

DOSSIÊ UCRÂNIA

**A ESCALADA
DO CONFLITO**

POR SERGE HALIMI E OUTROS

16

TENSÕES NA VIZINHANÇA

**CONFLITOS DE FRONTEIRA
NA AMÉRICA LATINA**

POR ROMAIN DROOG

26

PARA ALÉM DA QUESTÃO DO VÉU

**IRANIANAS ACENDEM
O FOGO DA REVOLTA**

POR MITRA KEYVAN

32**LE MONDE****BRASIL**
diplomatie**RECONSTRUIR
O BRASIL**

UCRÂNIA

A esquerda desarmada diante da guerra

De Jean Jaurès a Aristide Briand, de Lenin a Clara Zetkin, quando uma guerra eclodia na Europa e ameaçava enterrá-la, líderes da esquerda e manifestantes pacifistas levantavam sua voz. Esse não é o caso da guerra na Ucrânia. Enquanto o conflito se alastra e a mídia se inflama, a esquerda europeia emudece

POR SERGE HALIMI*

Desde fevereiro, o risco de uma guerra nuclear irrompeu em nossa atualidade cotidiana. Entretanto, na maior parte dos países do mundo, os partidos políticos olham para outro lado. Candidatos norte-americanos ao Senado – a assembleia que trata mais diretamente da política externa – se defrontaram por uma hora sem pronunciar a palavra “Ucrânia”; nenhuma manifestação de peso foi convocada sobre esse tema; a diplomacia parece em ponto morto; a quase totalidade das mídias aposta que a ameaça nuclear não passa de uma chantagem da Rússia destinada a esconder o encadeamento de derrotas militares de seu Exército. Explicam-nos que o urso está acuado e rosna; é um blefe, não há por que se preocupar. Na frente de combate, a luta se intensifica, bombardeios se sucedem a sabotagens. Enquanto isso, longe dali as pessoas insistem em falar de outra coisa.

Foi assim, em meio a uma indiferença quase geral, que, em 3 de outubro, ocorreu um debate sobre a Ucrânia na Assembleia Nacional da França. Por espírito de caridade, seria melhor esquecê-la. As falas constrangidas de deputados ansiosos por se defender de toda conivência passada com o presidente Vladimir Putin rivalizavam com as tiradas grandiloquentes sobre o “mundo livre”, que pareciam exumadas da naftalina dos anos 1950. Como sempre acontece por ocasião de qualquer conflito que envolva os Estados Unidos desde a Guerra da Coreia, líderes políticos sem caráter e jornalistas que, da história da humanidade só conhecem os anos de 1938 e 1939, repisam suas sempiternas analogias: Munique, Daladier, Chamberlain, Stalin, Churchill, Hitler.

Nas duas últimas décadas, “Saddam”, “Milosevic”, “Kadafi” e “Assad” já nos foram apresentados como reencarnações do *Führer* alemão; isso recomeça praticamente a cada cinco anos. Agora é a vez de “Putin, o senhor do Kremlin”. Repetidamente, somos conclamados a combater o diabo do momento, a puni-lo, arruiná-lo, destruí-lo; do contrário, sua aventura criminosa se expandiria. Em seguida, a cena se repete, quando descobrimos,



Soldados ucranianos acenam enquanto dirigem por uma via principal. Invasão russa da Ucrânia continua, na região leste

surpresos e desolados, que a situação instaurada após a queda do monstro nem sempre é o modelo de democracia liberal e inclusiva que fora prometido: milícias mafiosas sucederam Muamar Kadafi, a Organização do Estado Islâmico prosperou no viveiro dos ex-partidários de Saddam Hussein. Todavia, no caso da Guerra da Ucrânia, a aposta arriscada de uma “mudança de regime” em Moscou é encorajada não apenas por neoconservadores, apóstolos de gordos orçamentos militares e guerras civilizatórias sem fim, mas também por militantes de esquerda que gostariam que a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) permitisse a Kiev reconquistar a totalidade de seu território (inclusive a Crimeia). Como remediar a confusão criada por tais posicionamentos?

Em 1961, no auge da Guerra Fria, George F. Kennan, o teórico norte-americano da contenção da União Soviética (*containment*), advertia seus compa-

triotas (e alguns outros): “Não há nada mais egocêntrico que uma democracia envolvida num conflito militar. Ela logo se torna vítima de sua propaganda de guerra. Tende em seguida a atribuir um valor absoluto à causa que defende, e isso deforma sua visão de todo o resto. O inimigo se torna a encarnação do Mal. Seu lado, o centro de todas as virtudes. O confronto passa a ser visto de maneira apocalíptica. Se perdermos, será o fim, não valerá mais a pena viver, nada se salvará. Se ganharmos, tudo se tornará possível, [...] as forças do Bem avançarão sem encontrar obstáculo e as mais nobres aspirações serão satisfeitas”.¹

No caso da Ucrânia, a tentação desse “maniqueísmo democrático” é mais irresistível na medida em que os erros do governo russo são cada vez mais esmagadores. Ele violou a integridade territorial de seu vizinho, ignorando fronteiras internacionais reconhecidas por todos, e continua espezinhando o direito à existên-

cia do povo ucraniano. Tornou-se assim culpado de uma transgressão presente na carta da ONU, que proíbe semelhante recurso à força. De resto, membro fundador das Nações Unidas, a Rússia impede a organização de desempenhar seu papel de fiador da paz internacional, pois o Conselho de Segurança, no seio do qual ela dispõe do direito de veto, é o único organismo habilitado a punir um agressor. Age da mesma forma que os Estados Unidos por ocasião da Guerra do Iraque, mas com um fator agravante: depois de reconhecer as fronteiras da Ucrânia na independência em 1991, anexou em 2014 um pedaço do território do vizinho, a Crimeia. E acaba de reivindicar outros, o Donbass e algumas regiões ao sul da Ucrânia, que aliás só controla em parte.

Enfim, o Exército russo vai acumulando destruições, crimes de guerra e violência sexual (*ver p.18*). Não necessariamente mais que outras tropas de ocupação – lembremo-nos dos Estados

Unidos na Guerra do Vietnã, dos B-52, do uso maciço de desfolhantes, do agente laranja, do massacre de quinhentos civis pelo tenente William Calley na aldeia de My Lai, em 16 de março de 1968. Mas quem vai se lembrar de todas essas coisas se ninguém as menciona? Além disso, desde 24 de fevereiro é proibido citar qualquer fato capaz de manchar a toga imaculada do Ocidente e os relatos heroicos que lhe atribuem o papel de protetor dos fracos e oprimidos perante tiranos sedentos por sangue. O contexto em que somos a todo instante bombardeados por mentiras piedosas apenas dá testemunho da regressão intelectual e do clima de intimidação em que vivemos.² O risco é nos tornarmos também, por medo de desagradar, aqueles "sonâmbulos" só despertados em agosto de 1914.

UMA GUERRA NUCLEAR?

Mil novecentos e catorze: poucos dias antes da eclosão da Grande Guerra, a opinião pública francesa desviava os olhos para longe de Sarajevo e da linha azul dos Vosges. Em julho, no Palácio da Justiça de Paris, ocorria o julgamento de Henriette Caillaux. Meses antes, ela assassinara o diretor do *Figaro*, Gaston Calmette, que considerava responsável por uma campanha de difamação contra seu marido, Joseph Caillaux, um homem triplamente culpado aos olhos de um jornal de direita na época, pois era (moderadamente) de esquerda, hostil ao militarismo e arquiteto da lei do imposto de renda que a Assembleia Nacional acabara de votar. Henriette Caillaux foi absolvida no mesmo dia em que a Áustria declarou guerra à Sérvia. Seguiu-se imediatamente a mobilização geral. Em 22 de agosto, 27 mil soldados franceses foram mortos em um único dia. As pessoas não demoraram a se esquecer do julgamento de Henriette Caillaux, como provavelmente nos esqueceremos da morte de Elizabeth II e das mil polêmicas menores ou dos acontecimentos crapulosos que desviaram nossa atenção da Guerra da Ucrânia.

Antes da erupção do vulcão, já olhávamos para outro lado quando a lava borbulhava no Donbass, no Kremlin e no quartel-general da Otan. A essa altura, não é mais necessário lembrar a sucessão de provocações que levaram Moscou a pensar que os norte-americanos, contrariamente a seus compromissos assumidos quando da reunificação alemã, iriam se aproximar das fronteiras russas, atrair as ex-repúblicas soviéticas para sua zona de influência e ameaçar o dispositivo estratégico da Rússia. Os ocidentais se abstinham desse tipo de audácia no tempo da União Soviética e jamais teriam permitido que um de seus rivais estratégicos acampasse nas fronteiras dos Estados Unidos. Foi o que se viu com a crise de Cuba em 1962.

Na época, porém, as duas superpotências, embora adversárias no essencial, evitavam tomar os rumos da provocação, da ameaça e da guerra. Nisso, é certo que as ajudaram a falta de informações instantâneas e a menor nocividade das mídias. Um acordo secreto pôs termo à crise, evitando o apocalipse. À retirada dos mísseis soviéticos de Cuba seguiu-se não apenas a promessa de Washington de não invadir a ilha, tornada pública, mas também o desmantelamento dos mísseis norte-americanos na Turquia, que não foi revelado. Os governantes ocidentais procuravam então evitar que jornalistas ouvissem suas conversas com o colega russo; sabiam que diplomacia não quer dizer relações públicas. Evitavam também pronunciar, como Putin, intermináveis discursos exaltados, dos quais cada frase soa como um ultimato.

A crise de Cuba teve seus efeitos pacificadores. Washington e Moscou concluíram que a amplitude dos riscos obrigava-os doravante a substituir a guerra fria pela coexistência pacífica. "Sem deixar de defender seus interesses vitais", declarava John Kennedy em junho de 1963, "as potências nucleares devem evitar todo confronto que só der ao adversário a escolha entre a retirada humilhante e

a guerra atômica." O presidente norte-americano pediu que seus diplomatas se esquivassem de "pequenas provocações inúteis e retórica hostil".³

Por enquanto, o conflito na Ucrânia não deixa entrever nem final feliz nem sabedoria desse gênero. É uma guerra que, de qualquer maneira, terminará mal. A hipótese de uma Ucrânia esmagada pela Rússia, subjugada e desmembrada pelo vizinho, não é no momento a mais provável. Esse resultado seria, sem dúvida, um revés espetacular para os Estados Unidos e a Otan, mas em proveito de um nacionalismo russo autoritário e reacionário, aliado à Igreja Ortodoxa e à extrema direita. Semelhante desfecho – e temos quase receio em enunciar tamanha obviedade – não serviria a nenhuma causa progressista.

UMA NOVA "UNIÃO SAGRADA"

É inútil portanto exagerar a ameaça que uma derrota da Ucrânia faria pesar sobre o resto da Europa, fingindo crer que, se amanhã Odessa cair, Moscou atacará Londres, Berlim ou Paris. O modo como as tropas russas estão patinando no Donbass russófono após oito meses de guerra deveria nos impedir de pensar seriamente que vão querer ou poder ameaçar a Polônia ou a Lituânia, Estados-membros da Otan.

No entanto, a guerra também não terá um final feliz se a Rússia sair ao mesmo tempo vencida e humilhada. Seguramente, uma vitória militar da Ucrânia, obtida graças à ajuda maciça dos países ocidentais, poria termo à agressão russa e restabeleceria a soberania, ao menos formal, de Kiev sobre a totalidade de seu território. Mas, supondo-se que tal desfecho não induzisse Moscou a assumir riscos insensatos, inclusive nucleares, para revertê-lo, ele não se resumiria a uma vitória do povo ucraniano. Reforçaria também a posição dos Estados Unidos no mundo, abalada após os insucessos iraquiano e afegão, e consolidaria a hegemonia norte-americana em uma União Europeia que, em definitivo,

renunciou a qualquer ambição de autonomia estratégica. Enfim, abriria as portas para uma subordinação duradoura da Ucrânia à Otan, ou seja, para a certeza de um estado de tensão permanente com a Rússia, vizinha que ruminaria o tempo todo sua vingança.

Em um ou outro caso, a recusa de uma solução diplomática que permitisse aos protagonistas evitar a "retirada humilhante" temida por Kennedy significaria que as grandes potências, em vez de enfrentar o problema do aquecimento climático e das relações de dominação entre os Estados, consagrariam, durante décadas, sua energia ao rearmamento. Certamente, as derrotas da Rússia às vezes acarretaram reformas democráticas nesse país – abolição da servidão alguns anos após a Guerra da Crimeia (*ver* pág. 20), limitação do poder autocrático do czar em seguida à vitória do Japão em 1905 –, mas não houve "mudança de regime". E o perigo de uma escalada nuclear não existia.

Na Europa e nos Estados Unidos, a esquerda está alinhada ou intimidada. Em outras partes, mostra-se frequentemente ambígua e unida à política da Otan, que não deixa de ter responsabilidade nesse conflito. Concedamos que ela o faz para apoiar um país invadido, com direito de se defender e libertar seu território pelos meios que quiser, inclusive apelando para a ajuda estrangeira. No entanto, agindo assim, essa esquerda não deixa de se aliar, em uma questão essencial, aos governos que combate. E, acorrentada em uma nova "união sagrada", renuncia a exprimir qualquer autonomia, qualquer proposta – e isso corresponde ao que seus adversários sempre esperaram dela: que demonstre seu "espírito de responsabilidade" batendo as mãos em cadência. "Contrapor-se militarmente à agressão russa obriga, no estado atual das relações de força, a uma composição com a Otan", concluiu Edwy Plenel, que já apoiou fervorosamente a guerra da Otan no Kosovo, em 1999. "Nessa situação trágica, o imperialismo russo não nos deixa escolha."⁴

3

A SUA CENTRAL DE PODCAST

Conteúdo rico e variado? Debate sério? Vozes marcantes?

PASSA LÁ NA CENTRAL 3

INFORMAÇÃO NA PALMA DA SUA MÃO

CENTRAL3.COM.BR





30+ podcasts



conteúdo autoral e de parceiros



esporte, política, música e +



nos principais agregadores

SOLUÇÃO DIPLOMÁTICA

Outra esquerda, largamente silenciosa, não acredita nem na legitimidade nem na eficácia das sanções ocidentais, mas ainda assim as defende. E, quando a interrogamos sobre a Ucrânia, ela se apres- sa a mudar de assunto. Na França, en- quanto a esquerda alinhada com a Otan, isto é, os socialistas e ecologistas, estufa o peito por se saber apoiada pela quase totalidade dos meios dirigentes e da clas- se jornalística, a outra esquerda, comu- nistas e rebeldes reunidos, se retrai, mais preocupada em deixar passar a tempe- stade e preservar a aliança improvável arquitetada há alguns meses entre todos eles. Essa divergência entre atlantistas e “não alinhados” nem sequer é nova. Em 20 de abril de 1966, François Mitterrand e seus camaradas socialistas Max Lejeune e Guy Mollet apresentaram uma moção de censura contra o governo do general De Gaulle. Motivo? O presidente da Re- pública da época havia, retirando as for- ças francesas da Otan, “isolado a França e criado com isso uma situação perigosa para nosso país”. Agora, no momento em que a França apoia seus aliados atlân- ticos numa guerra suscetível de opô-la à Rússia, a divergência entre as duas es- querdas mais parece um rompimento, ainda que elas se componham para de- fender a ecologia e o poder de compra...

Às vezes chamada de “campista”, outra esquerda, poderosa na América Latina e no mundo árabe, se proclama anti-impe- rialista e repisa, como no tempo da União Soviética, a maior parte das teses de Mos- cou. Vale perguntar se ela não sabe que a Rússia atual não passa, segundo a fórmu- la do intelectual marxista Stathis Kuvela- kis, “de um Estado capitalista cuja classe dominante é constituída por uma oligar- quia formada graças à pilhagem da antiga propriedade do Estado, com pleno assen- timento e ajuda dos ocidentais”.⁵ Militan- tes libertários ucranianos acrescentam que não estão às voltas apenas “com uma guerra entre países que disputam uma posição geopolítica”, mas também “com uma luta de descolonização e libertação

nacional” no curso da qual Moscou im- põe governos fantoches, substitui a moe- da ucraniana pelo rublo e torna obrigató- rio o ensino da língua russa.⁶

Enfim, a esquerda anti-imperialista condena legitimamente o alinhamento da Ucrânia e da União Europeia com os Estados Unidos, mas omite que o homem responsável por essa mutação geopolítica, bem como pela adesão de dois Estados da UE à Otan (Finlândia e Suécia), se chama Vladimir Putin. Os inimigos do presidente russo gostam de nos lembrar que ele foi funcionário da KGB. Mas, levando em conta suas ações desde fevereiro, podemos nos perguntar o que ele teria feito para de- fender os interesses norte-americanos caso houvesse sido – como George H. Bush – diretor da CIA...

No entanto, os partidários de uma vi- tória total da Ucrânia fingem não notar que a Rússia já perdeu a aposta. Inú- meros reveses militares macularam o crédito de que gozava seu Exército; seu aventureirismo reforçou a presença dos Estados Unidos no Velho Continente; sua agressão consolidou um sentimen- to nacional ucraniano cuja existência o presidente russo negava ao falar de “um mesmo povo” (embora, na Crimeia, no Donbass e em outras regiões, numero- sos habitantes russófonos continuem a se sentir mais próximos de Moscou que de Kiev). Enfim, a Rússia depende mais que nunca da China, tanto para lhe ven- der seu gás como para não ficar isola- da diplomaticamente. Ou seja, já não é possível fingir que uma negociação com ela recompensaria sua invasão.

Será difícil entender várias coisas ao mesmo tempo, inclusive quando elas parecem contraditórias? Podemos de- fender o direito do povo ucraniano à soberania e, concomitantemente, constatar que um esmagamento “hu- milhante” da Rússia favorecerá, caso a humanidade sobreviva, a hegemonia dos Estados Unidos. Com efeito, são eles que dominam a Otan, entregam bilhões de dólares em armas à Ucrânia e tentam

assim enfraquecer um rival estratégico do bloco ocidental. O lugar dos dois ad- versários na ordem internacional expli- ca, de resto, que inúmeros países do Sul possam, sem ser solidários com a agres- são russa, reconhecer em Moscou uma potência de equilíbrio geopolítico cuja ruína ressuscitaria a arrogância norte- americana, com todos os perigos que isso implica para os eventuais recalcitrantes.

A política das sanções, sem legítimi- dade jurídica e frequentemente imposta a países que a repudiam, aumenta esse temor ao mesmo tempo que contradiz a invocação ocidental das “regras” e do “direito”. É espantoso que os países eu- ropeus tenham aderido a tais medidas com tanto açodamento, eles que fo- ram vítimas de um banditismo jurídico chamado extraterritorialidade quando Washington os obrigou a pagar multas colossais por terem comercializado com Cuba e Irã, que só os Estados Unidos, ig- norando o direito internacional, haviam decidido punir.⁷

A Guerra da Ucrânia deve terminar por uma solução diplomática. No momento, ainda não se sabe qual. A Rússia acaba de anexar territórios que mais cedo ou mais tarde terá de evacuar caso deseje um acordo. E o governo ucraniano declarou que não negociará com o presidente Pu- tin. Diante desse obstáculo, os não beligerantes deveriam renunciar ao papel de mata-mouros numa frente de combate onde os outros é que morrem e conversar com os países que Moscou e Kiev ainda escutam a fim de encontrar com eles os termos de uma regulamentação aceitável para ambas as partes. Os ocidentais que ajudam a Ucrânia a se defender devem também fazê-la entender que as armas fornecidas não lhe servirão para recon- quistar a Crimeia, pois isso Moscou não aceitaria, e menos ainda para lançar operações em território russo. A ideia de julgar o presidente Putin por crimes de guerra precisa igualmente ser abando- nada, tendo-se em mente que seu ex-ho- mólogo George W. Bush está aposentado e pintando quadros a óleo num rancho

do Texas. Enfim, como o presidente Bi- den evocou em 6 de outubro a “pers- pectiva de um apocalipse”, seria bom imaginar que ele procura, com todos os seus esforços, não sobreviver à catástro- fe, mas evitá-la. Também para a Ucrânia, um cessar-fogo e um conflito congelado valem mais que um inverno nuclear.⁸

Nessa situação, a inexistência da es- querda é impressionante. Ela não parti- cipa, cala-se ou não diz coisa com coi- sa. A visão de uma guerra de civilização ressurgir, as centrais movidas a carvão voltam a funcionar, as despesas mili- tares explodem. Onde está a esquerda? O que pensa? Que solução diplomática entrevê? Sabíamos que estava dividida nas questões de estratégia econômica, de símbolos culturais, de clientela elei- toral. A Guerra da Ucrânia confirma que a situação é ainda pior em se tratando de política externa, um domínio onde, para a esquerda, tudo está por fazer ou refazer – desde que ela tenha algum in- teresse pelo assunto...

*Serge Halimi é diretor do *Le Monde Diplomatique*.

- 1 George F. Kennan, *Russia and the West under Lenin and Stalin* [A Rússia e o Ocidente sob Lenin e Stalin], Londres, 1961. Citado por Ta- riq Ali, *Winston Churchill, His Times, His Crimes* [Winston Churchill, sua época, seus cri- mes], Verso, Londres, 2022.
- 2 Ver Serge Halimi e Pierre Rimbert, “Un volup- tueux bourrage de crâne” [Uma voluptuosa lavagem cerebral], *Le Monde Diplomatique*, set. 2022.
- 3 Discurso do presidente John Kennedy, Ameri- can University, Washington, DC, 10 jun. 1963.
- 4 Edwy Plenel, *L'épreuve et la contre épreuve* [Prova e contraprova], Stock, Paris, 2022.
- 5 Stathis Kouvelakis, “La guerre en Ukraine et l'anti-impérialisme aujourd'hui” [A guerra na Ucrânia e o anti-imperialismo hoje], *Contre- temps*, 7 mar. 2022. Disponível em: <https://www.contretemps.eu>.
- 6 Cf. Vladyslav Starodubtsev e Ashley Smith, *La Révolution Proletarienne* [A revolução proletá- ria], Paris, set. 2022.
- 7 Ver Jean-Michel Quatrepoint, “Au nom de la loi... américaine” [Em nome da lei... norte-ame- ricana], *Le Monde Diplomatique*, jan. 2017.
- 8 Anatol Lieven, “The war in Ukraine could lead to nuclear war” [O conflito na Ucrânia pode levar a uma guerra nuclear], *Jacobin*, Nova York, 6 out. 2022.

BBC
MAIGRET

BBC
HOUSE OF CARDS

BBC
ASHES TO ASHES

BBC
PARADE'S END

À LA CARTE

O streaming dos melhores filmes e das melhores séries
www.belasartesalacarte.com.br

R\$ 9,90 mensal ou R\$ 108,90 anual

EDITORIAL

Democracia sem panos quentes

POR SILVIO CACCIA BAVA

Depois da enorme festa cívica, um verdadeiro alívio trazido pela vitória de Lula, em que se anunciou a restauração da democracia, temos de reconhecer que o bolsonarismo continua aí, atacando as instituições, o resultado eleitoral, e propondo a ditadura. O futuro próximo nos reserva um cenário de conflitos e violência, especialmente nos dois meses que restam para esse governo de milicianos e seus apoiadores.

Os bloqueios nas estradas, recusando o resultado das eleições, promovidos por empresários bolsonaristas ligados ao transporte de carga, é também um teste de como as instituições democráticas vão tratar os atentados à democracia a partir de agora. O mesmo se pode dizer de como será tratada a insubordinação da Polícia Rodoviária Federal (PRF), que, desobedecendo às diretrizes do Tribunal Superior Eleitoral, bloqueou mais de quinhentos ônibus intermunicipais que levavam as pessoas para votar e depois se alinhou com os empresários de transporte de carga bolsonaristas, descumprindo ordens de liberação das rodovias.

Outra frente de importância que contribuiu para a tentativa de desestabilização da democracia – e continua atuante na disseminação das *fake news*, do ódio, do estímulo à violência – são os perfis em redes sociais financiados por empresários bolsonaristas, que cometeram crimes eleitorais e contra a democracia quando impulsionaram a disseminação de milhões de mensagens de desinformação, mentira e ódio, estimulando o confronto e o golpe de Estado.

Essas manifestações só prosperaram com a leniência de um governo federal de extrema direita, que na verdade se omite em suas responsabilidades e estimula manifestações que contestam o resultado das eleições.

O tratamento que será dado para aqueles que apostam no golpe de Estado e que praticaram crimes contra a democracia será determinante para estabelecer ou não os limites democráticos da ação pública e da convivência social, bem como para conter a violência e o arbítrio. Os grupos radicalizados do bolsonarismo precisam saber que há limites que não podem transpor.

Não é difícil identificar os criminosos. Depoimentos de caminhoneiros declararam a imposição pelos empresários de transporte de carga para que suas frotas bloqueassem as estradas. É só identificar, pela chapa dos veículos, a quem pertencem. Os financiadores das *fake news* também podem ser identificados

pela intimação às plataformas das redes sociais para que abram suas contas e demonstrem quem financiou o quê. A PRF teve uma ação pública, conhecida de todos, e a responsabilidade é de seus dirigentes, especialmente do diretor-geral.

A visão de que não se deve punir os transgressores para evitar uma maior polarização da sociedade é falsa. É reforçar a lei da selva, onde se pode tudo. É aceitar essa “liberdade” defendida pelos grupos fascistas, agora armados até os dentes, que já atacam pessoas e as assassinam em razão de suas posições políticas. As regras democráticas da convivência social e da gestão do Estado, construídas a duras penas numa sociedade elitista e opressora, são o único limite que nos separa da barbárie. Não podemos ser lenientes com as transgressões.

O STF, hoje um baluarte na defesa da democracia, tem de agir rápido e garantir a segurança pública, o respeito às leis, as punições aos infratores e o fim das ações intimidatórias e das tentativas de desestabilização da democracia promovidas pela extrema direita. São questões imediatas.

Da mesma forma, a seu tempo, será necessário enfrentar e julgar o aparelhamento dos órgãos de Estado, como a Procuradoria-Geral da República, que deixou de cumprir sua missão institucional para defender Bolsonaro dos crimes que praticou exercendo a Presidência.

É com medidas imediatas da parte do STF que evitaremos o transbordamento dos conflitos para o campo da sociedade civil, numa verdadeira guerra civil. Já houve sinais de que a contenção do radicalismo fascista, pela omissão do Estado, leva à mobilização de movimentos sociais, torcidas de futebol, sindicalistas, que se alinham na defesa da democracia.

A Frente Brasil Popular e a Frente Povo Sem Medo, em diálogo com o Fórum das Centrais Sindicais, declaram sua disposição de mobilização em defesa da democracia, direitos e soberania, razão pela qual se engajaram na eleição de Lula e se colocam de prontidão para a defesa da democracia e dos resultados eleitorais.¹ Seus propósitos declarados vão além, querem participar e influir na definição das políticas do novo governo.

É o momento de fazer valer as regras da convivência social estabelecidas em

nossa Constituição e conter as agressões e os atentados que violam essas regras. A sociedade brasileira precisa saber agora que não vamos derivar para a violência política aberta, num confronto que só traz mais violência, medo e morte.

Precisa saber também que no plano internacional a vitória eleitoral de Lula, reconhecida e comemorada pelos presidentes dos mais importantes países do mundo, vai trazer muitos benefícios para todos nós. Ela abre um novo período nas relações do Brasil com o mundo, impulsiona a reorganização de organismos multilaterais criados e liderados pelo Brasil no passado, retoma iniciativas para apoiar o desenvolvimento e a redução da pobreza em nosso continente, no continente africano, e em escala mundial. A nova presidência de Lula terá um grande impacto no cenário internacional. Afinal, em meio ao crescimento da extrema direita por toda parte, os brasileiros a combateram e a venceram democraticamente.

1 Nota Conjunta da Frente Brasil Popular e Frente Povo Sem Medo, de 02/11/2022.



© Claudius

CLAUDIUS

RECONSTRUIR O BRASIL

Eleições e democracia

O que temos como resultado das eleições é uma vantagem apertada de uma ampla coalizão política, a mais ampla formada desde o início da Nova República. Ampla e forte o suficiente para iniciar a reconstrução democrática do país

POR LEONARDO AVRITZER*

Um sábio das redes sociais postou a seguinte frase em relação às eleições brasileiras: existem momentos em que perder eleições é parte da democracia e outros no qual, ao se perderem as eleições, perde-se a própria democracia. A frase sintetiza o que esteve em jogo no domingo, dia 30 de outubro: a democracia brasileira com as feições que ela adquiriu depois de 1988. Ou seja, uma democracia com fortes preocupações sociais com a população de baixa renda, preocupações essas que se expressaram nas políticas de transferência de renda e nos aumentos reais do salário mínimo que se iniciaram ainda no governo Fernando Henrique Cardoso e continuaram até 2016, com um sistema de divisão de poderes tendo fortes prerrogativas por parte do Supremo Tribunal Federal e, por fim, com um Ministério Público comprometido com os direitos e com a ordem democrática. Todos esses elementos estiveram em jogo na eleição do último domingo, que também colocou em jogo a própria legitimidade eleitoral. A vitória de Luiz Inácio Lula da Silva foi significativa, mas é preciso reconhecer que o bolsonarismo continua forte em toda a região Sul e em parte dos estados da região Sudeste. A grande novidade em termos de região Sudeste foi a vitória do presidente Lula na cidade de São Paulo. Assim, o que temos como resultado das eleições é uma vantagem apertada de uma ampla coalizão política, a mais ampla formada desde o início da Nova República. Ampla e forte o suficiente para iniciar a reconstrução democrática do país.

Nesse sentido, a derrota de Jair Bolsonaro significa uma derrota do bolsonarismo como forma de governo, mas sua continuidade como um movimento antipolítico ainda está na agenda nacional. A antipolítica deve ser entendida como uma maneira de atacar o establishment político e, simultaneamente, desorganizar políticas públicas. Jair Bolsonaro foi eleito como representante maior da antipolítica e, enquanto tal, não só nomeou um ministério com pouquíssima representação dos partidos, até mesmo do PSL, pelo qual ele havia sido eleito, como também passou a se dedicar imediatamente a desestruturar três áreas de políticas públicas: a educação, em especial as universidades federais, o meio ambiente e os direitos humanos. Em todas essas áreas, a fun-



Pronunciamento do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva após resultado das eleições, em hotel de São Paulo

ção de governar foi entendida como ato de desfazer políticas, desestruturar burocracias e transformar a capacidade de governar para impedir a aplicação de medidas capazes de garantir a adoção de políticas públicas. Acrescente-se a isso a consolidação da antipolítica, o questionamento das estruturas de divisão de poderes, os ataques ao STF e a implantação do orçamento secreto (que desestruturou a capacidade do governo de colocar em prática políticas públicas e a própria ideia de que uma das funções do Parlamento é apoiar ou rejeitar políticas específicas propostas

pelo Poder Executivo). A derrota de Jair Bolsonaro nas eleições de 30 de outubro abre a oportunidade de reconstruir a política, algo que já foi realizado durante o processo eleitoral por meio da construção de uma ampla aliança em torno da candidatura do ex-presidente Lula. Ainda assim, o caminho de reconstrução será longo em razão do grande processo de erosão ocorrido nos últimos quatro anos.

DESAFIOS DO NOVO GOVERNO

Neste cenário, o próximo governo tem três desafios principais. Em primeiro

lugar, recuperar as relações entre os poderes, esgarçadas até o limite pelo atual presidente em seus ataques ao STF. Em segundo lugar, recuperar a governabilidade na organização do Estado – a tentativa de propor imediatamente uma PEC de reconstrução nacional aponta nessa direção. Em terceiro lugar, recuperar as políticas públicas distributivas, que foram responsáveis pelo processo mais acentuado de redução da pobreza e da desigualdade que se viu no Brasil. Permitam-me elaborar cada um desses pontos.

© Rovena Rosa/Agência Brasil



Desenvolveu-se no Brasil, desde 1988, uma estrutura de divisão de poderes com fortes prerrogativas por parte do Poder Judiciário, em especial do STF, que adquiriu protagonismo tanto em questões penais quanto como Corte revisora. Esse protagonismo se acentuou no governo Bolsonaro, de forma que pode ser considerada indesejável, mas foi inevitável. Coube à Corte, por meio da completa cooptação da Câmara na gestão Arthur Lira, o papel de último bastião da defesa da democracia. Foi nesse papel que Alexandre de Moraes assumiu um protagonismo inédito

ao retirar do ar centenas de perfis e canais do YouTube que faziam parte do que hoje denominamos “ecossistema de desinformação”. Evidentemente que o papel de último bastião da democracia, assumido tanto pelo STF como pelo TSE, foi muito importante, mas é preciso ter em conta que uma relação de complementariedade entre os poderes é necessária para a restauração da democracia e da governabilidade. Essa parece ser a primeira tarefa a que o novo governo Lula deve se dedicar.

A segunda questão fundamental é a reconstituição simultânea das prerrogativas do Congresso e da capacidade de execução orçamentária. Jair Bolsonaro formou um ministério antipolítico, com presença majoritária de militares e de membros do Poder Judiciário. Em determinado momento de seu governo, todos os ministros da casa eram militares. Bolsonaro, a princípio, não se preocupou em formar maiorias no Congresso e se tornou o presidente com o maior número de decretos derrubados pelo Congresso na história da Nova República. Mas, a partir da eleição de Arthur Lira para a presidência da Câmara, Bolsonaro mudou de postura e passou a contar com uma maioria automática e despolitizada. Foi essa maioria que deu origem ao elemento mais fortemente antirrepublicano da trajetória do Congresso Nacional, o orçamento secreto. Ele fragmenta o orçamento, rompe com o princípio da cidadania na distribuição de recursos públicos e retira o planejamento das políticas públicas da mão do Executivo, sem colocá-lo na mão de ninguém. O próximo governo tem de retomar o controle do orçamento e publicizá-lo dentro de uma lógica de retomada do controle do Executivo sobre o orçamento público. Essa constitui a única maneira de voltarmos a ter políticas públicas inclusivas. É nesse campo também que devemos entender a proposta de um orçamento participativo nacional, que poderá envolver a população na definição de prioridades orçamentárias em todas as regiões e grandes capitais.

Por fim, o novo governo precisa abraçar, da forma mais incisiva possível, novas agendas de políticas públicas: uma primeira no meio ambiente, uma agenda de combate à violência contra a

mulher e uma agenda de aprofundamento da integração racial, a política que sofreu menos descontinuidade de 2016 para cá. Eu diria que essas são as agendas nas quais os governos não avançaram suficientemente na última década. Apesar de o governo Lula ter adotado uma agenda antidesmatamento, ele não foi capaz de investir, de modo determinante, na criação de atividades econômicas alternativas para a manutenção da região. O projeto anti-moderno de desmatamento entusiasmou os habitantes da parte baixa da Amazônia. Investir com força em um projeto de reversão do desmatamento e das áreas de garimpo e associar esse projeto a uma nova inserção internacional do Brasil parece ser essencial para que a Amazônia não se desestruture como bioma. Ao mesmo tempo deter o desmatamento tem de estar associado à realização de um forte plano de inversões na região que seja capaz de criar alternativas ao desmatamento para a população de baixa renda.

O atual presidente do Brasil, desde a campanha de 2018, passou a representar a encarnação do que seria “uma nação cujo Deus é Senhor” ou “o Brasil do Senhor Jesus”

A segunda agenda fundamental é o combate à violência contra a mulher. O primeiro governo Lula criou a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, que desempenhou um papel importante em chamar atenção para diversas agendas femininas. Foi também no primeiro governo Lula que se concretizou a Lei Maria da Penha. No entanto, tudo indica que as agendas femininas e feministas do governo Lula ficaram restritas às mulheres de classe média e não foram capazes de pautar as formas violentas de relação entre homens e mulheres que levam ao feminicídio e às agressões abertas de gênero. Evidentemente, essa questão precisa se adaptar à nova dinâmica da influência religiosa na política, porém existe um conjunto de agendas relevantes nesse caso, como o aprofunda-

mento da igualdade de gênero no mercado de trabalho e uma política simbólica de maior presença das mulheres no ministério e em cargos de forte visibilidade política. Por fim, a integração racial e as ações afirmativas devem ser estendidas ao mercado de trabalho. Tanto as agendas do meio ambiente como as agendas de igualdade de gênero e raça devem ser agendas participativas. Especialmente no campo do meio ambiente, a possibilidade de organizar um *green new deal* brasileiro, em consonância com o que já está sendo feito nos Estados Unidos e na Europa hoje, parece constituir a maior oportunidade participativa do novo governo e ser capaz de integrar essas diversas agendas.

Em suma, esse é um governo de união nacional em torno da reconstrução da democracia. Essa reconstrução tem como primeiro ponto a reabilitação da política, que foi desvalorizada por um bolsonarismo que tentou mostrar que toda política é corrupta. Os resultados desastrosos da pandemia foram provocados por essa postura, que também impediu que Bolsonaro ampliasse seus apoios nessa eleição. A vitória do presidente Lula está diretamente relacionada à sua capacidade de forjar uma ampla coalização em torno da reconstrução da política. Foi possível perceber sinais dessa reabilitação da política ainda na noite de domingo, nos dois principais discursos da noite, o do presidente eleito e o do presidente da Câmara, Arthur Lira. Ambos sinalizaram na direção do fim da lógica amigo/inimigo e da polarização instituída pelo bolsonarismo. No entanto, o fim dessa lógica tem de passar por uma forte reabilitação do fazer política entre todos os poderes e por uma ampliação do fazer política em direção à sociabilidade. Pautas ambientais, de gênero e de raça, assim como agendas de políticas públicas, têm de passar por uma reconstrução da participação que ajude o sistema político a sinalizar para a sociedade um novo pacto nacional e internacional pela democracia.

***Leonardo Avritzer** é professor titular do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e coordenador do Observatório das Eleições. É autor, entre outros livros, de *O pêndulo da democracia*.

ELEIÇÕES 2022

A consolidação da direita cristã

Encerradas as eleições, uma reflexão desafiadora se impõe sobre o lugar da religião nesse processo. Das tantas possibilidades de análise, acompanhando o que já vinha sendo indicado por colegas pesquisadores das diferentes áreas das ciências humanas e sociais, proponho neste artigo nos determos em um elemento de destaque que provoca interrogações sobre o futuro próximo do cenário político do país: a consolidação de uma direita cristã brasileira

POR MAGALI CUNHA*

Com os mesmos pilares que geraram nos anos 1970, nos Estados Unidos, o movimento político Moral Majority (Maioria Moral), o Brasil experimenta, com o governo Bolsonaro e a campanha por sua reeleição, a consolidação de uma direita cristã.

Foi nos anos 1970 que teve início, nos Estados Unidos, um processo de recuperação do “evangelicalismo” como fator de unidade e transição. O fundamentalismo, movimento conservador nascido entre evangélicos daquele país, no início do século XX, para a defesa dos fundamentos da fé cristã em reação à modernidade, ganhou nova significação. Figuras de destaque, como os pastores Jerry Falwell, Tim LaHaye e Pat Robertson, de posse de amplos recursos financeiros e de acesso ao rádio e à TV, se organizaram para retomar a “América para Jesus”. Foi a era dos televangelistas.

É um tempo de maior ativismo político, com aproximação do Partido Republicano, formação de grupos de pressão, lobbies e articulações, como a Maioria Moral. Nessa etapa, os ultraconservadores evangélicos presbiterianos, batistas e metodistas desprenderam-se de uma vez por todas de uma identidade denominacional e uniram-se com grupos até então adversários, como pentecostais, judeus e católicos, em torno das pautas pró-vida e pró-família – isto é, contra o aborto (legalizado nos Estados Unidos em 1973) –, pela regulação das mídias, com indicações classificativas por faixa etária, e contra as conquistas dos direitos civis de mulheres e LGBTQIA+.

Rapidamente a direita cristã, da qual a Maioria Moral seria a principal organização, se tornou uma grande força política. Suas principais bandeiras eram a defesa dos “valores da família” (o que incluía a oposição ao aborto em qualquer caso, o combate à expansão dos direitos dos homossexuais e a restrição da pornografia); a volta da prática das orações e o ensino do criacionismo nas escolas públicas; o combate à disseminação do comunismo juntamente com uma defesa de cunho patriótico ferrenha do capitalismo e do “modo de vida” norte-americano; uma posição extremamente crítica às políticas de bem-estar social; e a defesa de uma postura pró-Israel por parte do governo norte-americano.

A Teologia do Domínio, gestada nos ambientes fundamentalistas de base calvinista, alimentou esse processo. A lógica era a busca da reconstrução da teocracia na sociedade contemporânea, no cumprimento da predestinação dos cristãos ocuparem postos de comando no mundo (presidências, ministérios, parlamentos, lideranças de estados, províncias, municípios, supremas cortes) – o domínio religioso cristão – para incidirem na vida pública.

A Maioria Moral entrou fortalecida nos anos 1980, mas foi nos 1990 que ganhou mais espaço, após a presidência do republicano Ronald Reagan. Essa ocupação do Partido Republicano conferiu poder a fundamentalistas cada vez que o partido assumia o posto maior do Estado. A força fundamentalista foi retomada nos anos Bush (pai e filho) e ganhou mais força com o governo de extrema direita de Donald Trump.

Cinquenta anos depois, o Brasil experimenta um movimento muito semelhante. Desde a década de 1990, a Teologia do Domínio vinha sendo ressignificada por ativistas políticos do universo pentecostal em busca de espaços de poder, recorrendo a uma “superioridade

moral evangélica” e à necessidade de subordinação do sistema jurídico dos Estados a leis bíblicas, fundamentalmente do Antigo Testamento. E é nessas bases que, na segunda década dos anos 2000, o desenho dessa nova direita cristã brasileira se articula, amplificado não mais por televangelistas, mas por influenciadores digitais, entre os quais pastores, padres, cantores gospel e outros personagens religiosos nascidos da cultura das mídias sociais.

A CONSOLIDAÇÃO

O antropólogo Ronaldo de Almeida, em artigo na *Folha de S. Paulo* (27 out. 2022), desafia: “Em vez de religião na política, devemos falar em religião como política. Mais do que a forma religiosa da política, que separa forma e conteúdo, ou mais do que religião entrando na política, como se nunca tivesse estado nela, fazer religião tem sido fazer política”.

O envolvimento de lideranças religiosas com os movimentos que levaram ao impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, e à eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, representou a configuração dessa religião política. Marcam o período episódios como a fundação da Associação

de Juristas Evangélicos (Anajure) e da União dos Juristas Católicos de São Paulo (Ujucasp), em 2012, que estabeleceram as bases de um ativismo jurídico cristão; a ocupação da presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal pelo deputado pastor da Assembleia de Deus Marco Feliciano (então PSC-SP), em 2013; a dimensão messiânica da Operação Lava Jato, sob a liderança do procurador da Igreja Batista Deltan Dallagnol; a consagração da aliança com o deputado federal Jair Bolsonaro, por meio de um rebatismo nas águas do Rio Jordão, em Israel, em 2016, pelo presidente do PSC, pastor Everaldo, da Assembleia de Deus, ao recebê-lo no partido.

Personagem-chave dessa articulação político-religiosa, o militar da reserva Jair Bolsonaro, catapultado à Presidência em 2018, se projetou com uma surpreendente identidade pancristã. Isto é, o capitão ora se autoidentifica como católico, ora performa uma imagem de evangélico. Desde 2016, o político transitou entre os dois grupos cristãos e acionou fortemente símbolos relacionados às duas tradições confessionais. A aproximação com judeus, refletindo a Maioria Moral norte-americana, também faz parte desse processo.

No contexto dos evangélicos, o amplo apoio a Jair Bolsonaro representou mais do que dar suporte a uma pessoa, mas a concretização de um ideal alimentado desde a chegada dos missionários dos Estados Unidos, no século XIX, que inauguraram a presença do segmento no país. O atual presidente do Brasil, desde a campanha de 2018, passou a representar a encarnação do que seria “uma nação cujo Deus é Senhor” ou “o Brasil do Senhor Jesus”.

Esse imaginário tem como principais componentes a busca da conversão de todos os brasileiros à fé evangélica, sobrepondo-se às outras religiões, e uma reforma do catolicismo; a aplicação de valores morais às leis do país; a negação de direitos sexuais e reprodutivos; a cura gay; a realização plena do Brasil como potência econômica mundial. O discurso religioso que alimentou a campanha eleitoral de Bolsonaro e os apoios de evangélicos durante o mandato na Presidência foi devidamente ancorado nesse imaginário.



© Reuters

Apoiadores do presidente Jair Bolsonaro protestam contra resultado das eleições

Outro componente imaginário evangélico foi amplamente trabalhado no populismo bolsonarista: o combate a inimigos. Evangélicos sempre desenvolveram no Brasil a ideia da perseguição como um motor de autoafirmação e autopreservação como minoria religiosa. Além disso, há a mística da leitura da perseverança cristã diante da perseguição, como no tempo da Igreja Primitiva, que representa uma virtude religiosa. A proposta de enfrentamento dos inimigos das famílias e da pátria, identificados com as esquerdas e os movimentos feministas, negros e LGBTQIA+, tem vinculação estreita com essa composição.

Esses elementos ganharam novos contornos com o discurso de defesa da “liberdade religiosa” assumido pelo governo Bolsonaro, como plataforma para as ações antidireitos dos religiosos. Foi disseminado o termo “cristofobia” para caracterizar como perseguição toda legislação e/ou decisão judicial que, cumprindo os protocolos do Estado laico, não permite que um único preceito religioso se transforme em determinação sobre a vida da população em geral. Liberdade religiosa, nesse sentido, não é a garantia da existência e da prática das diferentes religiões, com seus cultos e costumes respeitados, mas denota que cristãos devem ter a liberdade de agir sobre e contra outras religiões e culturas e, especialmente, controlar a sexualidade da população.

O catolicismo ultraconservador, frustrado com a perda de fiéis para as igrejas evangélicas a partir dos anos 1990, que atribui à politização da Igreja Católica dos anos 1980, com as Comunidades Eclesiais de Base, “padres e bispos vermelhos” da Teologia da Libertação, é parte desse cenário. Ele se vê também representado no discurso da moralidade sexual, da liberdade religiosa e da realização do Brasil como potência econômica mundial. Da parte desses católicos, a aliança com Bolsonaro representa uma reaproximação do poder, uma vez que esse grupo religioso esteve sempre próximo dele, desde a colonização portuguesa, mas perdeu influência nas últimas décadas.

Com isso, observa-se neste período uma convergência de propósitos entre católicos e evangélicos no apoio a Bolsonaro, na conformação dessa direita religiosa ancorada na plataforma ideológica do político.

Bolsonaro correspondeu a essas expectativas ao nomear, ao longo de seu mandato, nove evangélicos e católicos para ministérios significativos, entre eles a chamada ala ideológica de seu gabinete: Casa Civil, Educação, Direitos Humanos, Justiça, Turismo, Cidadania, Advocacia-Geral da União e Secretaria de Governo. Na segunda metade do governo, o presidente chegou a ressuscitar ministérios que extinguiu para acomodar

alguns desses personagens: Comunicações e Trabalho e Previdência. Isso sem contabilizarmos o segundo escalão desses e de outros ministérios.

Aqui se pode falar de conquista de capital social, simbólico, político e financeiro de lideranças e grupos evangélicos e católicos apoiadores. São muitos os grupos beneficiados – desde empresas de mídia religiosa a projetos de assistência social e missionários gerenciados por vários grupos cristãos. Pode-se falar também de aguçamento da autoestima evangélica, em especial com a divulgação de eventos públicos de caráter religioso promovidos por ministros e pela primeira-dama, que é evangélica, motivo de orgulho, algo com proporções nunca praticadas com promoção do Estado.

PELA REELEIÇÃO DE BOLSONARO

O trabalho pela reeleição de Bolsonaro para ampliação da força dessa religião política foi intenso e lançou mão de discursos e posturas radicalizados, relacionados ao ultraconservadorismo da extrema direita, sistematizados a seguir.

1. Aplicação da Teologia do Domínio para justificar os sinais de Deus em um líder escolhido, o presidente da República, Jair Bolsonaro, que, ainda que tenha discurso e comportamento moral questionáveis, pode ser ungido e usado por Deus, como foi o rei Ciro, da Pérsia (que, segundo a narrativa da Bíblia, livrou os judeus do exílio na dominação persa e lhes devolveu a terra santa).

2. Inversão dos valores do Evangelho, como igualdade, solidariedade, misericórdia e despojamento, classificando-os como sinônimo de comunismo, para, dessa forma, afinar a religião política à cultura do individualismo e à lógica neoliberal da inovação e do empreendedorismo.

3. Ênfase no discurso nós *versus* eles, do enfrentamento de inimigos e do senso de pertença a um grupo eleito, povo escolhido que tem autoridade divina para combater e eliminar os inimigos da fé. A expressão-chave desse fazer religioso-político é “anti”, colocar-se contra, com negação de qualquer tipo de reflexão e diálogo que justifiquem “o outro lado”.

4. Defesa radical das pautas pró-vida e pró-família, como oposição aos direitos sexuais e reprodutivos conquistados no ambiente do Estado democrático. Para isso, há imposição de pânico moral e uso de desinformação sobre a ameaça da suposta “ideologia de gênero”, em especial sobre crianças e adolescentes, via educação sexual nas escolas.

5. Assimilação do discurso armamentista e da linguagem da autodefesa e da vingança com interpretação ideológica da Bíblia para ajustar o discurso religioso da pacificação à retórica bélica.

6. Guerra cultural contra o perigo comunista/socialista/marxista, identificado como inimigo da pátria, da família,

de Deus e das igrejas, interpretado como entrincheirado em partidos políticos de esquerda, em movimentos sociais e de direitos humanos, em sindicatos, entre professores e professoras em todos os níveis educacionais e na ciência em suas diferentes dimensões.

7. Intensa ocupação das mídias sociais, com a produção ostensiva de conteúdo comprovadamente falso e enganoso com base em terrorismo verbal (imposição de medo), referente às ameaças daqueles que são compreendidos como inimigos da pátria, da família e de Deus, com forte ênfase no perigo do fechamento de igrejas e do silenciamento dos cristãos sob uma possível vitória das esquerdas nas urnas.

8. Ocupação das mídias religiosas institucionais e independentes para propagação desse conteúdo religioso-político e repercussão da desinformação publicada por perfis de influenciadores cristãos em mídias sociais.

9. A Teologia do Domínio, com o discurso que estimula a postura “anti” e a guerra cultural, passa a ser aplicada dentro das próprias igrejas, com ações de discriminação, exclusão, expurgos e perseguições a fiéis das igrejas e demais grupos religiosos identificados como não alinhados, que revelam simpatia ou ativismo progressista, de esquerda, por direitos humanos. Para isso se constrói uma noção de pecado e interdição ao alinhamento progressista que torna possível a desqualificação da fé desses opositores, bem como permite a intimidação e o assédio que lhes são impostos.

A DEMANDA POR NOVAS ABORDAGENS

Um olhar preliminar para levantar parlamentares com identidade religiosa cristã, eleitos para a Câmara Federal, mostra o predomínio dessa nova direita. Dos cerca de 71% dos eleitos que manifestaram em campanha identidade religiosa cristã, seja por vinculação notória, seja por autoidentificação ou uso de linguagem e de relacionamento com igrejas, 50% são identificados com a direita, 34,5% com a esquerda (com ampla maioria de católicos) e 15,5% com o centro, sendo a maior parte com tendência à direita. As candidaturas cristãs de direita mobilizaram amplamente a pauta moral (pró-vida, pró-família, antidireitos sexuais e reprodutivos) com discursos antiesquerda de terror verbal, com significativo número com apologia às armas e à militarização.

Esse quadro se soma à expressiva quantidade de votos que Jair Bolsonaro alcançou no segundo turno da disputa para a Presidência, boa parte depositada por evangélicos e católicos, segundo as pesquisas eleitorais. Isso indica quanto o discurso da direita cristã sobre política, o Brasil, Deus e a fé tem sido bem-sucedido. Mais do que votos, a direita cristã conquistou “corações e mentes”.


A radicalização do discurso de campanha pró-Bolsonaro nas igrejas no segundo turno, com a desqualificação extrema e a guerra às esquerdas, levou até mesmo a ataques para além dos discursos de mídias sociais. Houve episódios presenciais de ataques a padres, a pastores, interrupções de missas e impedimentos de eventos promovidos por cristãos progressistas. O caso do evento paralelo promovido pelo grupo extremista católico liderado pelo Centro Dom Bosco, durante as celebrações do tradicional Dia de Nossa Senhora Aparecida, em 12 de outubro, com vaia ao arcebispo que fazia um sermão na Basílica, expressa o clima que se formou.

Os efeitos dessa radicalização se dão nos desdobramentos do desfecho das eleições, pós-vitória de Jair Bolsonaro. No momento em que este artigo é redigido, lideranças cristãs se dividem. Um expressivo grupo se expõe entre chorar a derrota do “escolhido de Deus”, encontrar uma nova teologia que explique o fracasso das profecias, animar o rebanho para os novos tempos sem um protagonista no poder e manifestar indignação com os possíveis 30% irmãos de fé que se colocaram em oposição a ele.

Outro grupo leva a radicalização adiante, a guerra espiritual a ser travada em etapa mais profunda, com a contestação dos resultados, a participação em atos de desestabilização do processo pós-eleitoral, com bloqueio de rodovias e chamado ao enfrentamento pela “deseleição” de Lula com intervenção militar.

O futuro se mostra mais desafiador diante do novo governo. O Brasil, que sempre foi marcado por uma incrível pluralidade religiosa, agora convive com a força de uma direita cristã, que tem ao redor de si uma articulação inter-religiosa ultraconservadora que fala às demandas mais profundas da população e mexe com sentimentos e imaginários.

As pautas de direitos seguirão ameaçadas e essa proposta religiosa continuará atuando de forma política, com apelo a medos, à intolerância, à guerra e à imposição da insegurança com o presente e o futuro.

Ao novo governo emerge o desafio não apenas de conviver com esta nova realidade, mas também de aprender com ela e considerar os múltiplos espaços de audição e diálogo. Acima de tudo, considerar o lugar relevante que a religião tem na vida da população e reforçar quem já diz isso há muito tempo e tem buscado, nos espaços religiosos progressistas e ecumênicos, construir pontes com esse vigor que vem das bases e pode ser acionado na defesa da democracia, dos direitos e do bem viver. 

***Magali Cunha**, jornalista e doutora em Ciências da Comunicação, é colaboradora do Conselho Mundial de Igrejas, pesquisadora do Instituto de Estudos da Religião (Iser) e editora-geral do Coletivo Bereia.

ECONOMIA

Da calamidade à retomada do desenvolvimento

O pífio crescimento da economia brasileira desde 2017 é parte de um projeto, condição para manter o desemprego elevado e pressionar os salários para baixo. Já as mudanças nas regras fiscais abriram caminhos para a privatização de serviços públicos universais. Afora essa parte que “deu certo”, o governo Bolsonaro acumula fracassos mesmo para os empresários. Esse pesadelo está próximo ao fim, porém a vitória nas urnas foi apenas um pequeno passo diante dos desafios econômicos e políticos colocados

POR JULIANE FURNO*

A economia brasileira encontra-se em situação calamitosa. Em parte, é fruto de um desarranjo da condução desastrosa de Bolsonaro/Paulo Guedes, mas, sobretudo, em seu aspecto fundamental, é constructo de um projeto. A famosa frase de Romero Lucá quando da ascensão do golpista Michel Temer, “estancar essa sangria”, não se devia somente às denúncias de corrupção. Podemos apreender o golpe de 2016 como o estancamento da sangria do conflito distributivo, especialmente na dimensão salarial.

Pela dinâmica do retorno ao crescimento econômico, baixo desemprego, liberdade e fortalecimento do movimento sindical e avanço das políticas de transferência de renda e política de valorização do salário mínimo, os governos Lula e Dilma haviam criado condições para que a parcela referente aos salários subisse de forma mais acelerada na renda nacional em relação à fatia que cabia à renda do capital.

Com o desemprego baixo e o soerguimento do movimento sindical – selado na explosão do número de greves entre 2009 e 2013 –, houve um aumento substancial dos salários médios na sociedade e, sem elevação da produtividade, esse movimento impôs uma queda na taxa de lucro. Portanto, os governos Temer e, com mais afinco, Bolsonaro tinham como encomenda das classes dominantes a reversão dessa tendência.

Dessa forma, o pífio crescimento da economia brasileira desde 2017 não é um efeito indesejável. Fazia parte de um projeto, uma vez que crescimento diminuto é condição para manutenção de desemprego elevado, que, por sua vez, pressiona os salários para baixo, revertendo a tendência de esmagamento dos lucros. Para coroar esse processo, a reforma trabalhista e o fim da política de valorização do salário mínimo selaram a precarização da força de trabalho e concretizaram o sonho das elites brasileiras.

O governo Bolsonaro cumpriu sua missão não somente no *front* doméstico. No campo da geopolítica, a subordinação aos interesses imperialistas também foi uma faca de dois gumes. Desde 2008, o capitalismo vive mais uma de suas crises cíclicas. Ao contrário das demais, esta ainda está em curso e não cumpriu seu desígnio, que é a retomada do padrão de acumulação em um grau qualitativamente superior. Nas crises, segundo Marx, operam explicações pluricausais, em que sobressai a tendência de queda da taxa de lucro com sobreacumulação de acumulação.

Vejamos: nas economias centrais, pela elevada concorrência capitalista, há uma tendência de queda da taxa de lucro nos setores produtivos; portanto, a inversão de recursos nesses setores é de difícil retorno, já que as condições de concorrência são muito adversas e demandam investimentos muito substanciais em marketing; máquinas e equipamentos; ciência e tecnologia e demais inovações técnicas. Assim, há um montante de capitais sobreacumulados que estão sem fontes muito rentáveis de investimentos, em função das taxas de retornos dirimidas em relação à necessidade de capital adiantado.

Assim como em outras crises, especialmente na grande crise do fim do século XIX, os capitais dos países centrais precisam recorrer à periferia do sistema, onde a concorrência é menor e as possibilidades de lograr taxas de lucro extraordinárias ainda se apresentam. Pois bem, o Brasil se apresenta como um desses locais, uma vez que tem um desses setores em que há dirimida concorrência, já que o Estado é um dos principais ofertantes. Estamos falando de saúde, educação e seguridade social.

Ou seja, as mudanças nas regras fiscais, tanto o teto de gastos como a chamada PEC emergencial, aprovada no fim de 2020, são a abertura de caminhos para a privatização desses serviços públicos de natureza universal, e sua as-

fixia financeira poderá abrir caminho para que sejam abocanhados pelo setor privado e pelo capital internacional, carente de um locus de inversão produtiva em um segmento com taxa de lucro extraordinário porque ainda não totalmente mercantilizado.

Além de cumprir esse desígnio de submeter o Brasil a uma plataforma de valorização e deságue de capital sobreacumulado, o sufocamento desses recursos desabastece o fundo público, contribuindo para empobrecer ainda mais os trabalhadores, que terão de arcar com uma parcela maior dos custos de reprodução material da própria força de trabalho.

Afora a parte que “deu certo”, o governo Bolsonaro acumula fracassos, até mesmo para os setores empresariais. A condução descoordenada da pandemia, o negacionismo científico, o atraso na compra das vacinas e a forma autoritária no exercício da política renderam um clima de desconfiança e instabilidade macroeconômica. O real foi a moeda que mais se desvalorizou em relação ao dólar entre todas as moedas do mundo em 2020. A maior taxa de variação foi entre o início e o fim do mês de maio de 2020, quando da demissão do ministro Luiz Henrique Mandetta, o único com algum compromisso científico com a condução da pandemia. Isso atesta que o movimento do influxo e afluxo de capitais correspondeu mais ao comportamento das variáveis políticas do que propriamente fiscais, como alegavam os economistas ortodoxos.

Já em 2021, com o início da normalização econômica nas principais economias centrais e a inflexão rumo à retomada do crescimento, o Brasil se distanciou dos demais e passou a acumular sucessivos trimestres de retração econômica, não mais por motivos de pandemia, mas por erros na condução da política econômica. Em fevereiro de 2021, o Banco Central iniciou um ciclo de rever-

são da política monetária expansionista e passou a elevar sistematicamente a taxa básica de juros, mesmo com a economia mostrando desaceleração e, posteriormente, retração trimestral.

Como se não bastasse isso, a inflação que estava localizada em “núcleo”, basicamente alimentos, se dissipou para todos os setores, chegando – mais tarde – a atingir até mesmo os serviços. Diferentemente do que ocorria no restante do mundo, em que a inflação tinha componentes de custos em função do preço de matérias-primas, semicondutores, atrasos nos portos e até mesmo inflação de demanda, visto que nos Estados Unidos, em 2021, já havia sido retomado o pleno emprego, no Brasil a inflação tinha motivos basicamente domésticos. Aqui o que pressionava as altas eram os “preços administrados”, portanto, de responsabilidade do governo federal, sendo essencialmente energia e combustíveis.

O resultado de juros elevados, baixa demanda interna, retração dos gastos públicos e inflação de custos foram acúmulos de perdas no setor empresarial, sobretudo para as pequenas e médias empresas.

Por fim, o governo Bolsonaro não foi capaz de beneficiar-se daquilo que seus seguidores atribuem como o golpe de “sorte” que teria caracterizado os dois mandatos do presidente Lula: o boom de commodities. Em primeiro lugar porque “boom de commodities” não se mede apenas por preço/demanda pelos produtos primários, senão pela relação entre os “termos de troca”. No governo Bolsonaro, tanto os termos de troca melhoraram muito mais quanto os preços atingiram o pico dos últimos vinte anos e houve maior demanda internacional. Além disso, essas condições internacionais ocorreram em um cenário de câmbio competitivo para as exportações, diferentemente dos anos de governo de Lula, em que a taxa de câmbio se manteve apreciada.

Pois bem, o boom das commodities não se reverteu, como no primeiro caso, nem em aumento da taxa de investimento da economia brasileira, que está em seu ponto mais baixo da série histórica, nem em acúmulo de reservas internacionais. Pelo contrário. Nos últimos meses, o governo queimou um contingente expressivo de moeda estrangeira, comprometendo a solidez brasileira à volatilidade de crises externas.

OS DESAFIOS PELA FRENTE

Felizmente esse pesadelo está próximo ao fim. O dia 30 de outubro vai entrar para a história como o dia em que, contrariando todos os intentos de anos de criminalização de Lula e da esquerda brasileira, demos a volta por cima e pouco mais de 50% da população brasileira ousou se contrapor ao medo e votar na esperança. No entanto, a vitória nas urnas foi apenas um pequeno passo.

Os desafios estão selados em dois campos, separados por uma linha muito tênue: o político e o econômico, com primazia do primeiro. Diferentemente da vitória de 2002, agora o Brasil não sofre dos mesmos constrangimentos externos e, diria, esse é o ponto essencial. O acúmulo de reservas internacional nos faz ter muita capacidade de manejo e margem de manobra para contornar crises externas, cambiais e ataques especulativos.

No aspecto fiscal, embora seja muito alardeado pela imprensa, tanto em 2002 quanto em 2022 o endividamento público líquido do governo geral é próximo, algo em torno de 60% do PIB. Com reservas internacionais expressivas, o cenário de endividamento interno se torna um fator diminuto. Dessa forma, o desafio no campo fiscal brasileiro não é econômico, e sim político-administrativo. O que impede que o governo amplie os gastos públicos e possa empreender um robusto programa de enfrentamento emergencial à fome e à extrema pobreza são as regras fiscais rígidas, em especial o teto de gastos, que faz da política fiscal uma política pró-cíclica. Dessa forma, o desafio será encaminhar ao Congresso, nos primeiros dias de governo, uma proposta de gastos emergenciais por fora do teto, talvez usando o mesmo expediente de decretação de estado de calamidade pública – mecanismo constitucional – circunscrito a algumas áreas, como assistência social,

políticas de trabalho e renda, saúde e educação, enquanto se desenha na equipe econômica uma nova regra fiscal ou se acorda o retorno à antiga meta de resultado primário flexível.

O combate à fome será um desafio emergencial. Além da manutenção do auxílio emergencial, que em minha opinião deverá retornar ao desenho do Bolsa Família e estar inscrito na política de seguridade social, há milhares de moradores de rua que têm dificuldades, até mesmo cadastrais, para acessar o recurso. Nos primeiros meses de governo, uma proposta poderá ser a destinação de cestas básicas, recolhidas em pontos específicos de coleta, fortalecendo, com isso, a entrega direta de alimento e o papel de associações comunitárias, como associações de moradores e sindicatos, como pontos de coleta.

Outro desafio será o envio de uma proposta suplementar à LDO já entregue pelo governo Bolsonaro que preveja um aumento real do salário mínimo para 2023. Desde 2017, o salário mínimo não acumula ganho real e, em 2022, foi reajustado abaixo da inflação. A perda do poder de compra, no entanto, é ainda maior, uma vez que a cesta de consumo tipicamente consumida pelos mais pobres acumula altas expressivas em função do aumento do preço dos alimentos. Comparando-se o preço dos produtos da cesta básica, houve uma perda do poder de compra do salário mínimo de 24% no acumulado de qua-

tro anos do governo Bolsonaro. Dessa forma, não somente o ajuste salarial, mas também a retomada do Programa de Aquisição de Alimentos (PPA), dos estoques reguladores e da ampliação das políticas de reforma agrária e de crédito e assistência técnica à agricultura familiar são essenciais.

O real foi a moeda que mais se desvalorizou em relação ao dólar entre todas as moedas do mundo em 2020

Para a retomada sustentada do crescimento, com ênfase no patrimônio brasileiro que é o mercado interno, é necessária a retomada do investimento público. Diferentemente do apregoad, o investimento público não sufoca nem concorre com o investimento privado; pelo contrário, cria demanda e melhores condições para seu soerguimento. Para tanto, as empresas estatais precisam voltar a ser instrumentos de desenvolvimento econômico e industrial, sobretudo a Petrobras, que, por seu enorme poder de compra, mobiliza uma importante cadeia produtiva nacional. Além disso, retirar os investimentos federais da meta de resultado primário é essencial para que investimentos possam ser preservados e para que o crescimento

econômico e a geração de emprego sejam uma meta.

Por fim, é necessário planejamento. Essa palavra foi sendo negligenciada nos últimos anos e substituída por sinônimos que remetem a ideias de políticas de curto prazo. “Propostas”, “políticas”, embora importantes, não substituem a ideia de “planos”, de “planejamento”, que remetem ao ideal de mudanças de caráter estrutural, e não somente à administração de crises e mudanças de dimensão conjuntural. Além de corrigir a rota é necessário sonhar alto, e isso só será possível com o enfrentamento no campo político, que envolverá a mobilização da sociedade e a criação de uma maioria que logre sustentar as propostas em curso e uma equipe ministerial comprometida a pensar um “projeto de país”, de desenvolvimento para o Brasil, transpondo a armadilha do subdesenvolvimento em que nos encontramos há dezenas de anos. Atualmente as “missões sociais” podem nos ajudar a equacionar a necessidade de retomada da industrialização com avanço na inovação técnico-científica, corrigindo as mazelas das desigualdades sociais e do passivo ambiental. Isso tudo exigirá ousadia, persistência e qualificação. @

Juliane Furno é mestre e doutora em Desenvolvimento Econômico pela Unicamp e economista-chefe do Instituto para Reforma das Relações entre Estado e Empresa (Iree).



O atual ministro da Economia do governo de Jair Bolsonaro, Paulo Guedes, discursa em entrevista coletiva na cidade de Brasília em maio deste ano

ESTANCAR A SANGRIA DESTRUTIVA

A volta da asa-branca e do Brasil como potência socioambiental

Expectativa é que a agenda ambiental continue a ter papel central na esfera governamental federal, mas em direção diametralmente oposta, reconstruindo o desmonte realizado no setor

POR ADRIANA RAMOS E KENZO JUCA*

*Terra molhada, mato verde, que riqueza
E a asa-branca, tarde canta, que beleza
Ai, ai, o povo alegre, mais alegre a natureza*
“A volta da asa-branca”, de Luiz Gonzaga e Zé Dantas

A eleição do novo presidente brasileiro indica, entre outros fatores, uma tendência de retomada da normalidade constitucional, o reequilíbrio da correlação de forças no Parlamento e a possibilidade de cumprimento pelo Brasil de suas metas climáticas no âmbito do Acordo de Paris, esforço global de 195 países para limitar o aumento médio da temperatura global entre 1,5 e 2 °C, meta para a qual a redução das taxas de desmatamento da Amazônia e as emissões brasileiras têm peso relevante.

O recrudescimento da polarização contra a ultradireita autoritária e negacionista das mudanças climáticas transformou o resultado eleitoral numa espécie de catarse coletiva com a vitória da frente democrática, sintetizada na esperança de pacificação democrática e de retomada da rota do desenvolvimento sustentável no país. A aliança eleitoral de Lula reaproximou politicamente partidos progressistas e democratas com trajetórias e posicionamentos diversos. A classe política entendeu a dimensão da ameaça de um segundo governo Bolsonaro. Uniu também setores da sociedade que têm papel decisivo e lideram o debate em torno da questão climática nacional e da defesa dos direitos territoriais e constitucionais dos povos originários e tradicionais, gerando uma atmosfera positiva de colaboração e reconciliação com o que há de melhor no Brasil. Isso pode refletir positivamente no futuro governo e na pauta legislativa socioambiental. A expectativa é que a agenda ambiental deva continuar a ter papel central na esfera governamental federal, mas em direção diametralmente oposta, reconstruindo o desmonte realizado no setor.

A área ambiental foi uma das mais atacadas pelo atual presidente, derrotado no dia 30 de outubro. Durante sua gestão houve um aumento de 73% do desmatamento na Amazônia e a explosão do garimpo criminoso em áreas pro-

tegidas, entre muitas outras consequências nocivas. Os ambientalistas brasileiros têm ao menos duas expectativas imediatas com a volta de Lula ao poder: a reconstrução dos instrumentos governamentais de gestão, fiscalização e controle do desmatamento e do crime organizado na Amazônia e em outros biomas, restabelecendo o estado de coisas constitucionais na defesa dos direitos territoriais de povos originários e comunidades tradicionais; e o arquivamento do chamado “pacote da destruição” no Parlamento, pauta legislativa que pretende revogar os principais aspectos da legislação ambiental, a qual foi uma das prioridades do presidente derrotado e de setores da bancada ruralista.

O QUE ESPERAR NA ÁREA AMBIENTAL?

Durante todo o governo Bolsonaro, organizações e redes da sociedade civil fizeram um trabalho relevante de monitoramento dos atos e medidas editadas para promover o desmonte socioambiental. Merece destaque a “Iniciativa 2045”, do Observatório do Clima. Fruto do trabalho de mais de uma centena de especialistas de 63 organizações, apresenta um conjunto de medidas a serem adotadas para reconstruir a governança ambiental do país e avançar na agenda climática. A premissa do trabalho foi subsidiar o novo presidente no trabalho de desfazer o legado de destruição do atual governo, “implementar o Acordo de Paris e colocar o Brasil no caminho de realizar seu destino de ser uma potência ambiental”.

No entanto, a maior contribuição para a campanha de Lula sobre o lugar das questões socioambientais no próximo governo foi dada pela ex-ministra Marina Silva, ao apresentar seu apoio com base nos “compromissos de resgate da agenda socioambiental brasileira perdida”. Marina baseia sua contribuição na experiência do período mais frutífero da agenda socioambiental no Brasil, quan-

do esteve à frente do Ministério do Meio Ambiente no primeiro mandato de Lula. Revisitando a abordagem central de sua gestão, Marina retoma a questão da transversalidade como ponto de partida: “Em primeiro lugar, é muito importante entender que o social, o ambiental, o econômico e o político não se desvinculam, como demonstram os danos causados pela ação do atual governo, que, ao tentar destruir a estrutura de proteção ambiental no país, também atingiu, de maneira perversa, os direitos sociais e humanos e afrontou as conquistas democráticas, a começar pelo desmonte da estrutura participativa que era o cerne da área ambiental pública. A verdade é que falar da agenda socioambiental é falar de justiça social, de proteção do interesse de todos, hoje e no futuro, de uma ideia avançada de desenvolvimento do país, de relações políticas e sociais, de distribuição correta e equitativa dos bens da natureza”.

O documento apresentado também dialoga com o debate da transição para uma economia de baixo carbono, em consonância com o que se delineia no cenário internacional. O potencial brasileiro nas áreas de energias renováveis, florestas, biodiversidade e recursos hídricos é destacado como um diferencial positivo do país. A agenda destaca ainda as principais ações que devem ser postas em prática, a começar pela recomposição dos quadros técnicos e dos orçamentos das instituições ambientais e a retomada dos planos de prevenção e controle do desmatamento da Amazônia (PPCDAm) e do Cerrado (PPCerrado), além do estabelecimento de planos similares para os demais biomas brasileiros. A experiência de planos que integram todos os ministérios relacionados com o tema, sob uma coordenação política do mais alto nível de governo, é o caminho apontado para alcançar o desmatamento zero.

A expectativa é retomar políticas públicas ambientais que obtiveram êxito, como a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais e a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), destacadas no plano de governo. Para os povos in-

dígenas, Lula anunciou a criação do Ministério dos Povos Originários, embora a proposta não tenha sido detalhada. Povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e outras comunidades tradicionais também são citados como agentes fundamentais de uma política da economia da sociobiodiversidade, com instrumentos financeiros e tributários para o fomento à pesquisa, desenvolvimento e inovação ligados à sociobiodiversidade, com vistas ao “desenvolvimento de produtos, serviços e cadeias de alto valor agregado”, prioritariamente de produção oriunda do agroextrativismo e do manejo sustentável de agricultores familiares. A retomada da demarcação das terras indígenas e territórios quilombolas também está entre as prioridades, bem como a destinação dos cerca de 57 milhões de hectares de terras públicas não destinadas na Amazônia.

A proposta ambiciosa de trazer parâmetros socioambientais para o financiamento agrícola pode ser o grande diferencial de uma política agrícola e agrária moderna e conectada com as expectativas mundiais, junto com o estabelecimento de um Sistema Nacional de Rastreabilidade de Produção Agropecuária, que visa “à legalidade da cadeia produtiva e ao reposicionamento do Brasil nos mercados internacionais, por meio do aumento da credibilidade socioambiental e sanitária de seus produtos”.

Outros pontos que merecem destaque na agenda de compromissos foram a universalização do saneamento básico, medida muito necessária tendo em vista que 35 milhões de brasileiros não têm acesso a água tratada e mais de 100 milhões estão sem esgotamento sanitário.

OS COMPROMISSOS DO PRESIDENTE ELEITO

Em seu discurso da vitória, o presidente eleito disse que o Brasil “está pronto para retomar o protagonismo na luta contra a crise climática” e que o próximo governo vai “lutar pelo desmatamento zero na Amazônia”, corroborando o compromisso com a agenda de Marina. “Vamos retomar o monitoramento e a vigilância da Amazônia, e combater toda e qualquer atividade ilegal – seja garimpo, mineração, extração de madei-

ra ou ocupação agropecuária indevida", garantiu. "O Brasil e o planeta precisam de uma Amazônia viva. Uma árvore em pé vale mais do que toneladas de madeira extraídas ilegalmente por aqueles que pensam apenas no lucro fácil, à custa da deterioração da vida na Terra". "Um rio de águas límpidas vale muito mais do que todo o ouro extraído à custa do mercúrio que mata a fauna e coloca em risco a vida humana. Quando uma criança indígena morre assassinada pela ganância dos predadores do meio ambiente, uma parte da humanidade morre junto com ela", concluiu Lula depois de eleito.

As questões socioambientais também apareceram nas manifestações de líderes de governos estrangeiros que cumprimentaram Lula pela vitória, como o primeiro-ministro do Canadá, Justin Trudeau, o chefe da diplomacia da União Europeia, Josep Borrell, e o primeiro-ministro do Reino Unido, Rishi Sunak, reiterando o entendimento geral de que a pauta tem de ser prioridade de todos os governos. A expectativa ecoou no discurso de Lula, que disse que o país está aberto "à cooperação internacional para preservar a Amazônia, seja em forma de investimento ou pesquisa científica, mas sempre sob a liderança do Brasil, sem jamais renunciarmos à nossa soberania".

O novo presidente vai precisar mesmo de cooperação para dar conta dos desafios embutidos nos compromissos assumidos. Um relatório publicado em agosto pelo Instituto Socioambiental (ISA) e pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) revelou como o investimento nos órgãos ambientais foi reduzido de R\$ 6 bilhões, em 2018, para R\$ 3,7 bilhões, em 2021. O estudo também apontou uma redução de 72% na aplicação de multas do Ibama, entre 2019 e 2020. Nesse quadro, é relevante a manifestação de interesse dos governos alemão e norueguês em retomar o Fundo Amazônia, mecanismo-chave para os investimentos necessários à retomada da agenda socioambiental.

Sem dúvida, a retomada da agenda de combate aos desmatamentos deve estar nas prioridades do novo governo, bem como a desinstituição imediata das áreas protegidas, principalmente as terras indígenas, de garimpeiros e madeireiros ilegais.

A TEMPESTADE NÃO TERMINOU

Apesar desse cenário positivo e de um novo Congresso com fortes lideranças ambientalistas e indígenas, o governo Bolsonaro e a atual legislatura ainda podem causar muitos estragos na pauta ambiental. O risco é a votação, nas últimas semanas do ano, do chamado "pacote da destruição": projetos de lei prioritários para a fatia da bancada ruralista ligada ao crime organizado e a atividades ilegais. Entre esses projetos está o PL da Grilagem, que prevê mudança nas regras de regulariza-

ção fundiária para legalizar a grilagem de terras públicas protegidas, principal vetor propulsor do desmatamento e do garimpo criminoso na Amazônia, anulando as chances de alcance das metas de desmatamento zero, de redução de emissões e de fim do garimpo ilegal.

Outros temas gravíssimos que integram o pacote ruralista são o fim do controle estatal sobre o uso e a comercialização de agrotóxicos altamente perigosos, o chamado PL do Veneno; a revogação inconstitucional das regras de licenciamento ambiental, que vêm sendo consolidadas de forma harmônica desde os anos 1980, o que tornaria o licenciamento ambiental uma exceção, mesmo em grandes empreendimentos. Também pretendem alterar radicalmente o processo de demarcação de terras indígenas, com os PLs 490/2007 e 191/2020, ameaçando as áreas demarcadas, anulando a possibilidade de novas demarcações e liberando o garimpo e outras atividades ilegais em territórios indígenas.

Além disso, consta do pacote a tentativa de legalizar o represamento indiscriminado dos cursos de rios para irrigação de grãos e abastecimento de rebanho bovino em decorrência da estiagem, ameaçando de colapso as bacias hidrográficas e o fluxo de vazão dos rios. Pretendem institucionalizar o descumprimento do Código Florestal pelo agronegócio, com novas anistias a desmatamentos, e anular os efeitos da Lei da Mata Atlântica para permitir novos desmatamentos. Por fim, setores privados ligados à ilegalidade da cadeia da carne bovina tentam aprovar o projeto de privatização da defesa agropecuária e da vigilância sanitária, denominado por especialistas de PL da Carne Podre.

O NOVO CONGRESSO NACIONAL

A correlação de forças quantitativa entre os três principais blocos (centro-esquerda, Centrão e ultradireita) no Congresso Nacional que toma posse em fevereiro não foi alterada significativamente entre eles. A alteração deve ser relativa à orientação governamental, pois a força do governo eleito deve conseguir manejar o Centrão para a base governista, como fez o governo derrotado. Houve um aumento da polarização, em razão do fortalecimento dos extremos e da eleição de parlamentares polêmicos ultraconservadores e negacionistas do clima. Apesar de terem potencial para elevar o tom dos debates, esses parlamentares não devem ter papel relevante no processo legislativo propriamente dito, em decorrência de seu perfil e de suas preferências de atuação.

Por outro lado, ocorreu um salto qualitativo na representação das bancadas ambientalista e indígena, o que deve fortalecer a defesa de tais direitos, especialmente com a eleição das deputadas Marina Silva e Sônia Guajajara, que têm

altíssima capacidade de articulação, influência e formulação legislativa. Em termos gerais, portanto, a correlação de forças e o cenário para a pauta legislativa socioambiental melhoraram relativamente para a bancada ambientalista, apesar de esta ter sofrido perdas significativas de parlamentares não reeleitos. No plano quantitativo, não devem ocorrer alterações substanciais no Legislativo. A posição hegemônica da articulação política governamental deve definir o jogo no Congresso para a pauta socioambiental.

Basicamente, existirão três grandes blocos parlamentares na próxima legislatura da Câmara e do Senado, a partir de 2023: bloco governista ampliado, Centrão fisiológico adesista e ultradireita fundamentalista, numericamente equivalentes. As bancadas que representam interesses de setores privados, como ruralista, mineração, armamentista e evangélica, por exemplo, dividem-se entre a ultradireita e o Centrão, e este último já declarou publicamente interesse em compor a base do novo governo, que por sua vez dependerá desse bloco para constituir maioria no Congresso, gerando um alinhamento de interesses.

O bloco governista (que terá a centro-esquerda com cerca de 27% dos deputados na Câmara e 35% dos senadores) provavelmente não terá grandes dificuldades para formar a maioria parlamentar, considerada a vontade do governo e de líderes do Centrão (com 37% das cadeiras na Câmara e 54% no Senado). Isso anularia a capacidade numérica da ultradireita (que terá cerca de 37% na Câmara e 27% no Senado) de impor derrotas significativas ou criar embaraços em matérias prioritárias do governo no Congresso. A correlação de forças indica que o novo governo tem espaço e capacidade suficientes para dar o tom no Parlamento. Essa capacidade de articulação e de liderança em torno de suas pautas prioritárias também deve definir a correlação de forças em torno das pautas centrais da agenda socioambiental no Legislativo.


Portanto, a princípio, o Parlamento não deve representar grandes preocupações para o novo governo. Caso confirmadas tais projeções, que indicam a formação de uma maioria governista que abrangeria em torno de 64% dos deputados e 89% dos senadores, com tendência de ampliação, há uma folga relativamente tranquila caso exista uma articulação governamental forte que a mantenha coesa. Isso depende fundamentalmente da composição entre a base do governo com setores majoritários do Centrão. E a ampliação depende de dissidências pontuais de parlamentares de perfil mais governista e clientelista que tenham sido eleitos na bancada da ultradireita. A margem da maioria governista pode crescer ainda mais, caso consideremos essa possi-

bilidade de esfacelamento da bancada de ultradireita com a derrota eleitoral do presidente e o início de possíveis resultados positivos de uma nova gestão federal. Nesse cenário, a margem do governo poderia passar dos 70% de apoio na Câmara e dos 90% no Senado.

A PARTIDA E A VOLTA DA ASA-BRANCA

O atual cenário pós-eleitoral faz recordar um relevante paradigma da cultura nacional, a saga da ave asa-branca e sua analogia com o fluxo migratório brasileiro e o desenvolvimento nacional, imortalizada em duas obras-primas musicais, compostas pelo genial Luiz Gonzaga. A primeira inicia a saga com o sofrimento da música "Asa-branca" (de 1947, parceria de Gonzaga com Humberto Teixeira), considerada o "hino do nordestino", que retrata a trajetória do sertanejo migrante, obrigado a deixar o sertão rumo às metrópoles, fugindo da seca e das desigualdades socioeconômicas. Essa trajetória foi fundamental para o desenvolvimento do Brasil e de suas cidades, sobretudo São Paulo e Rio de Janeiro, mas também da Amazônia e do Centro-Oeste. Anos depois, a saga continua, com a bela "A volta da asa-branca" (de 1950, em parceria com Zé Dantas), que canta o retorno ao local de origem, idealizando a volta do imigrante após a chegada das chuvas com a mudança de estação ou a conquista da sobrevivência por meio do trabalho duro longe da terra natal.

Lula e Luiz Gonzaga são originários da mesma região do país e sintetizam a resistência, a sabedoria e a pacificação, numa síntese de Brasil e do imaginário coletivo do exílio e do regresso a um lugar sonhado – nesse caso, de garantia dos direitos constitucionais e de reparação de injustiças.

Derrotar Bolsonaro foi um passo fundamental para estancar a sangria destrutiva do crime ambiental e da violência em regiões como a Amazônia. Mas não é suficiente. Em seu primeiro discurso como presidente eleito, Lula demonstrou que entende a dimensão e a importância dessa agenda para seu governo, para o futuro do país e para as relações exteriores. É possível crer que, apesar dos grandes desafios políticos que estarão presentes, o novo presidente vai querer deixar uma marca positiva na luta contra as mudanças climáticas. Reside aí nossas esperanças, uma espécie de retorno ao local sonhado e de um novo futuro para o país e o mundo, a volta da asa-branca para casa. "Ai, ai, o povo alegre, mais alegre a natureza", como cantou Gonzaga. 

Adriana Ramos é coordenadora do programa Política e Direito Socioambiental do Instituto Socioambiental (ISA); e **Kenzo Jucá** é sociólogo, especialista em direito ambiental e assessor legislativo do ISA.

ELEIÇÕES

Amazônia fica sem originária progressista no Congresso

Amazônia Legal concentra a maior parte dos indígenas e das candidaturas de mulheres originárias do país, mas esse grupo elegeu na região apenas uma representante, que é bolsonarista. Como motivos da derrota, candidatas apontam desigualdade de verba, compra de votos e violência

POR MARTINA MEDINA*

Vanda Witoto (Rede-AM) percorreu cerca de 3 mil quilômetros durante sua campanha para deputada federal. O trajeto, que incluiu nove municípios e doze terras indígenas (TIs) no Amazonas, foi feito por transporte fluvial, terrestre e avião comercial. Aparentemente alta, a verba de R\$ 1,1 milhão foi insuficiente para divulgar a candidatura indígena em um estado com uma área de 1,57 milhão de km² (equivalente a seis estados de São Paulo) e 164 TIs, avaliou Vanda após derrota nas urnas.

A média de recurso recebida por cada um dos oito eleitos à Câmara Federal no estado foi praticamente o dobro: R\$ 1,96 milhão. Todos os vitoriosos são homens, autodeclarados brancos ou pardos, de partidos conservadores e já ocuparam cargos políticos antes. Saullo Vianna (União-AM), o terceiro mais votado, rodou cinco vezes mais do que Vanda. Com um recurso R\$ 1,5 milhão superior ao da candidata indígena, o deputado estadual chegou a visitar quinze municípios em uma mesma semana na reta final da campanha. Para cumprir a maratona eleitoral, Saullo alugou três táxis aéreos por R\$ 171 mil, oito vezes o valor total gasto por Vanda em transporte.

Enfermeira e pedagoga, Vanda foi a primeira amazonense a ser vacinada e se tornou símbolo no combate à Covid-19 durante a crise de oxigênio em Manaus após construir uma unidade de atendimento no Parque das Tribos, onde vivem mais de trinta etnias indígenas. Em sua primeira disputa eleitoral, ela obteve 25 mil votos, a maior votação da Rede-Psol no Amazonas. Mas a votação da federação de que Vanda faz parte foi seis vezes menor do que os 200 mil votos do quociente eleitoral necessário para eleger um deputado federal no estado.

Outra dificuldade na região é a compra de votos. Candidatos com mais recursos se aproveitam da dificuldade de deslocamento de indígenas e ribeirinhos até as urnas, oferecendo combustível em troca de votos, aponta Vanda. Maial Kaiapó (Rede-PA) testemunha a mesma dinâmica no Pará. No estado, apenas metade das TIs é contemplada



Sônia Guajajara discursa durante o Tribunal Permanente dos Povos, na USP



Maial Kaiapó conversa com moradores e lideranças da aldeia Kaikoturê, no Pará

por urnas eleitorais. Segundo o Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE-PA), a lei prevê o transporte de eleitores aos locais de votação quando necessário, mas isso não acontece na prática nas TIs.

Vanda e Maial aproveitaram as viagens para levar informação sobre legislação eleitoral aos povos originários. “Muitos parentes não sabiam que compra de votos é crime”, diz Maial. Advogada, ela já passou por órgãos públicos como a Funda-

ção Nacional do Índio (Funai) e tem uma forte herança no movimento indígena. É neta do cacique Raoni, e seu pai, Paulinho Paikan, foi um dos principais articuladores da inclusão dos direitos indígenas na Constituição de 1988. Sua candidatura é também um dos sinais do aumento de lideranças femininas no povo Kaiapó, que escolheu O-é Kaiapó, irmã dela, como primeira cacica do subgrupo Mëbêngôkre, no sul do Pará, em 2021.

A paraense recebeu R\$ 451 mil para a campanha, quatro vezes menos do que a média dos recursos dos três deputados federais mais votados no estado. A verba curta, além de restringir a circulação pelo território, impossibilitou o investimento em segurança. Defensora de uma plataforma contra o garimpo ilegal e pela preservação da Floresta Amazônica em pleno arco do desmatamento, Maial tomou cuidado de não divulgar sua agenda antecipadamente e deixou de espalhar material de divulgação nas regiões sul e sudeste do estado, onde o presidente Jair Bolsonaro chegou a ter 82% dos votos no segundo turno.

Além de cumprir a promessa de não demarcar terras indígenas, Bolsonaro defendeu publicamente o garimpo e o agronegócio na região amazônica, e seu governo incentivou projetos de lei liberando atividades econômicas, como a mineração, em TIs. No atual governo, o desmatamento acumulado na Amazônia atingiu 31 mil km², área superior à do estado de Alagoas, segundo dados do Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe).

RECORDE DE CANDIDATURAS

Maial e Vanda fazem parte do recorde de candidaturas indígenas em 2022, visto como uma das grandes novidades destas eleições. Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), 164 autodeclarados concorreram às casas legislativas em todo o país. Parte da alta é explicada pela mobilização indígena contra o histórico ataque aos seus direitos, intensificado no atual governo. Outra parte é formada por pessoas autodeclaradas indígenas, mas que integram partidos conservadores e não possuem o reconhecimento da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), caso do atual vice-presidente Hamilton Mourão (Republicanos-RS), eleito senador.

As mulheres se destacaram com 73 postulantes, 44,5% do total – maior parcela de candidaturas femininas entre todas as raças. Houve alta de 75% em relação ao pleito de 2018 e de 189% se comparado às das eleições de 2014, quando teve início a autodeclaração de cor e raça na Justiça Eleitoral. O crescimento

© Gabriela Portilho

entre os homens foi bem mais tímido: 89% e 33% na comparação com 2014 e 2018, respectivamente.

Segundo especialistas, o crescente interesse delas na política institucional é fruto de sua maior escolarização e ascensão como lideranças das principais entidades do movimento indígena. As mulheres também são as grandes responsáveis por atividades como cultivo de alimentos e obtenção de água, percebendo os impactos da mudança climática de forma mais direta em seu dia a dia e no das futuras gerações. Assim, têm sido impelidas a ocupar a linha de frente na defesa de seus territórios.

Dos nove indígenas eleitos este ano, cinco são mulheres. A Amazônia Legal, onde nove estados concentram 55% da população originária do país, reuniu quase metade das candidaturas femininas indígenas. Porém, apenas uma delas foi eleita: a tenente bolsonarista Silva Waiãpi (PL-AP). Com pouco mais de 5 mil votos, a menor votação entre as indígenas eleitas, ela foi puxada pelo PL e representará o Amapá na Câmara Federal.

FALTA DE PRIORIDADE

Vanda aponta que as mulheres indígenas da Amazônia enfrentam mais uma dificuldade nas eleições: suas candidaturas não seriam tão priorizadas pelo movimento indígena quanto as de grandes centros urbanos do país.

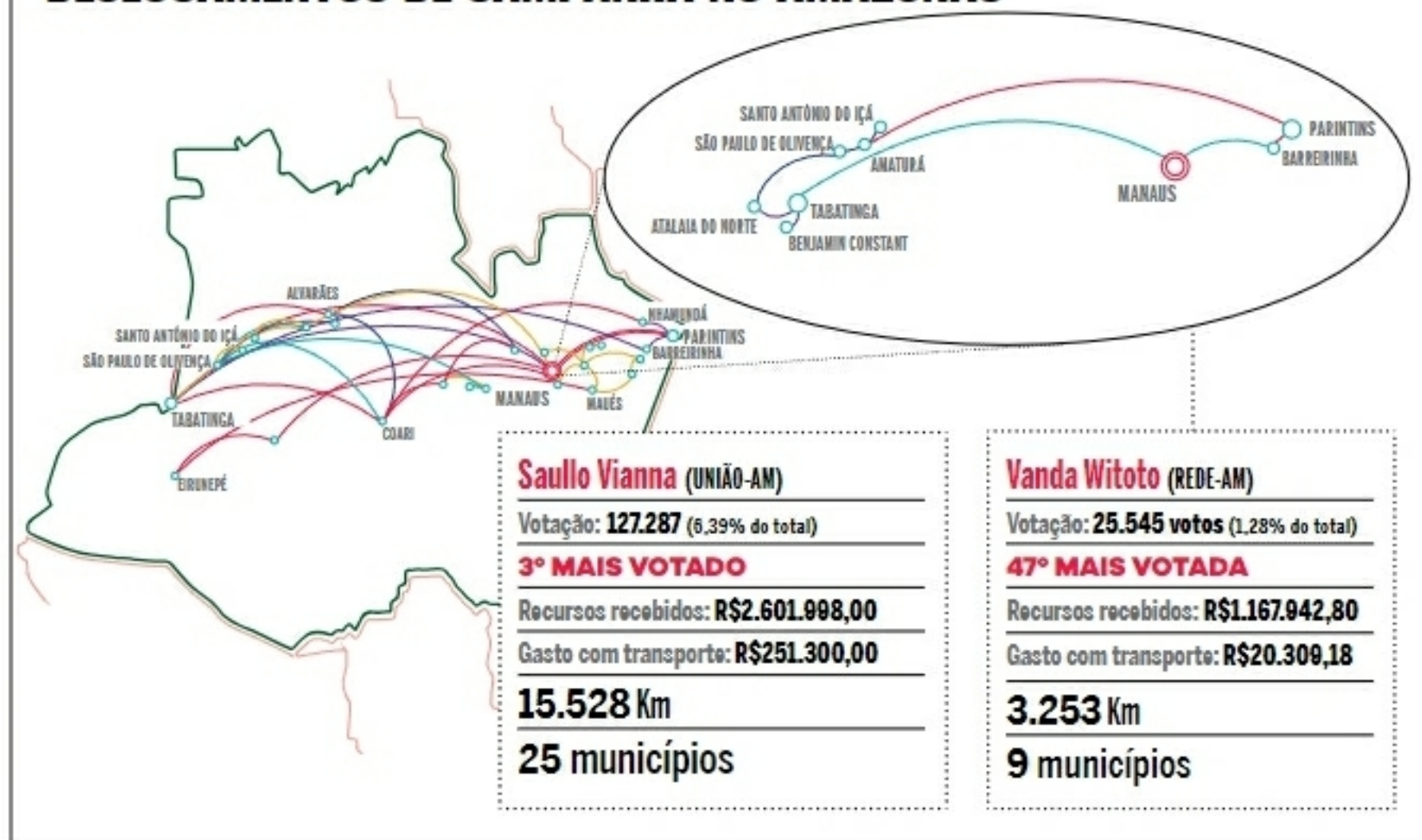
A Apib conseguiu eleger Sônia Guajajara (SP) e Célia Xakriabá (MG), ambas deputadas federais pelo Psol. A entidade lançou trinta candidaturas aos legislativos estadual e federal em vinte estados, com uma pauta comum em defesa do meio ambiente e dos direitos dos povos indígenas. Delas, dezesseis eram de estados da Amazônia Legal e 25, candidaturas femininas, denominadas Bancada do Cocar.

“Estivemos em Brasília nessa construção da Bancada do Cocar, mas, na prática, não houve nenhum fortalecimento real das candidaturas, sobretudo aqui do Norte”, disse Vanda. Segundo ela, a Apib e as organizações regionais que a compõem, como a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), fizeram pouca divulgação das candidaturas amazônicas em suas redes sociais, por exemplo.

“Eleger Sônia e Célia é um avanço muito importante, mas faltou ação concreta para as indígenas na Amazônia”, afirmou a amazonense, que cobra das entidades o fortalecimento mais equânime das candidaturas indígenas, especialmente na parcela onde essa população é maior.

Kleber Karipuna, coordenador executivo da Apib, diz que a organização fez o possível diante de suas limitações estratégicas, de pessoal e de orçamento, e que a configuração do processo eleitoral envolve fatores que fogem ao controle do movimento indígena, como distri-

DESLOCAMENTOS DE CAMPANHA NO AMAZONAS



buição do fundo eleitoral, disputa interna por prioridade nos partidos e sistema proporcional de votos.

O funcionamento desse sistema é um dos motivos para a não reeleição de Joênia Wapichana (Rede-RR), primeira indígena eleita deputada federal após um intervalo de 36 anos. Ela obteve 11.221 votos, mais do que os 8.491 do pleito anterior, o que a colocou à frente de três candidatos eleitos em número absoluto de votos. Mas a federação Rede-Psol não atingiu os 36 mil votos do quociente eleitoral, impedindo sua eleição.

Kleber avalia como positivo o saldo do projeto Aldear a Política, mas ressalta que a Apib levará as críticas em conta para provocar mudanças nas próximas eleições. Uma das metas para fortalecer as candidaturas na Amazônia a partir de 2023, segundo ele, é ampliar a formação política das lideranças e do eleitorado indígena. Outra é eleger representantes nas assembleias legislativas, câmaras municipais e poderes executivos. Com Célia e Sônia no Congresso, o plano é levar aos parlamentares a proposta de voto indígena unificado e garantir representação em estados de ampla população originária.

VOTO URBANO E NÃO INDÍGENA

Mesmo desejados e perseguidos por Maia e Vanda, os votos indígenas seriam insuficientes para eleger as duas candidatas. No Amazonas, maior estado indígena do Brasil, Vanda precisaria que os cerca de 200 mil indígenas votassem nela para ser eleita. No Pará, os 60 mil indígenas correspondem a apenas 25% dos votos necessários para se tornar deputada federal, e o TRE-PA contabiliza como eleitorado indígena no estado apenas 10 mil pessoas.

Maia obteve 6.628 votos no estado. A votação obtida pela Rede-Psol no Pará foi de 100 mil votos a menos do que o quociente eleitoral de 256 mil necessário para eleger um deputado federal por lá. Vanda fez uma campanha urbana extensa em Manaus, mirando o público não indígena, e acabou tendo mais votos do que a paraense, que concentrou sua caminhada pelo interior de seu estado.

Reconhecida nacional e internacionalmente pela defesa das pautas socioambientais, e de origem amazônica, Sônia Guajajara tomou a decisão estratégica de lançar sua candidatura por São Paulo, onde foi eleita com mais de 156 mil votos. É quase metade do quociente eleitoral necessário para a eleição à Câmara Federal pelo estado. A federação Rede-Psol em São Paulo, encabeçada por Guilherme Boulos, teve mais de 2 milhões de votos, completando o necessário para garantir a cadeira da líder indígena.

Diferentemente dos estados da região amazônica, a locomoção por São Paulo é mais fácil e rápida. Além disso, as melhores condições econômicas de parte do eleitorado possibilitam um voto desconectado de resultados imediatos, como acesso a vagas em creches. É o que explica a cientista política Débora Thomé, pesquisadora do estudo +Representatividade, do Instituto Update. “Pessoas de regiões mais ricas precisam menos do Estado, então conseguem votar mais pela ideologia e por grandes causas”, afirma.

“Assim, pode ser mais fácil que São Paulo eleja uma mulher indígena amazônica do que estados da própria região onde a maior parte da população forma uma rede clientelar com seus deputa-

dos”, diz Débora, acrescentando que o eleitorado na Amazônia, dominada pelo agronegócio e pela mineração, acaba votando majoritariamente em candidatos defensores dessas pautas. Seis estados da região elegeram governadores bolsonaristas em 2022.

Especialistas apontam que ter sido eleita por São Paulo não deve impedir Sônia de lutar pela Amazônia no Congresso. “A defesa da Amazônia é do Brasil e de todos os povos indígenas”, endossa a ex-ministra do Meio Ambiente Marina Silva, acreana também eleita deputada federal por São Paulo este ano. Ela cita sua intenção de defender, junto da Bancada do Cocar e demais progressistas, pautas capazes de beneficiar o bioma amazônico, como uma reforma tributária que incentive a bioeconomia.

Emplacar essas pautas, no entanto, não será tarefa fácil, já que Marina, Sônia e Célia enfrentarão um Congresso ainda mais conservador em 2023. A Bancada Amazônica perdeu treze deputados considerados verdes, segundo a plataforma Farol Verde. Na Câmara, deputados alinhados às pautas climáticas e socioambientais são 43% dos eleitos, contra 48% da bancada bolsonarista. O pêndulo deve se equilibrar um pouco mais com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, que prometeu lutar contra o garimpo ilegal nas TIs, retomar as demarcações dos territórios, fortalecer os órgãos indígenas e incluir ministros indígenas em seu governo.

*Martina Medina é jornalista. Esta história foi produzida com o apoio do Fundo para o Jornalismo Voltado a Florestas Tropicais, em parceria com o Pulitzer Center.

UCRÂNIA, A ESCALADA

Sanções, uma faca de dois gumes

Em 1856, a Rússia perdeu a Guerra da Crimeia (*pág. 20*). Agora que ela desafia o Ocidente na Ucrânia, que lembranças restam dessa derrota? Na época, os vencedores impuseram-lhe um tratado de paz de acomodação. Hoje, os oponentes sonham em deixá-la de joelhos. Os crimes, principalmente os sexuais, estão aumentando no campo de batalha (*pág. 18*), enquanto Moscou brande a ameaça nuclear: a estabilidade global poucas vezes foi tão frágil... E o que a esquerda propõe para sair dessa espiral? Enquanto uns preferem fugir do assunto, outros defendem as convicções bélicas dos neoconservadores (*pág. 2*), reclamando a adoção de sanções que também castigam a Europa e os países emergentes (*ler abaixo*)

POR HÉLÈNE RICHARD*

Há poucos meses, os dirigentes europeus queriam acreditar que “a guerra econômica e financeira total” lançada contra Moscou seria um caminho satisfatório. “A Rússia é um país enorme e tem uma grande população [...], mas seu PIB é apenas um pouco maior que o da Espanha”, declarou o comissário do mercado interno europeu, Thierry Breton, na RTL, em 1º de março, garantindo que o “impacto será fraco” na Europa. Seis meses depois da primeira rajada de sanções ocidentais, a economia russa mostra que foi afetada, mas o desmoronamento não ocorreu. O FMI calculou, em março, uma recessão de 8,5%. Agora, o Banco Mundial fala de uma queda do PIB de 4%. Nesse ritmo, a riqueza do país está longe de ser “reduzida à metade”, como anunciou em Varsóvia, no dia 26 de março, o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, diante de um público polonês.

Por sua vez, a União Europeia enfrenta uma inflação de dois dígitos, puxada pelos preços estratosféricos da energia. No fim de setembro, a França liberou o equivalente ao orçamento da educação nacional para financiar medidas de apoio ao poder de compra, e Berlim triplicou esse investimento com um plano de salvaguarda de sua indústria no valor de 200 bilhões de euros. No Reino Unido, onde a alta dos preços pode chegar a 20% no início de 2023, um movimento social dos trabalhadores do transporte ferroviário, por aumento dos salários, paralisou o país (*ler mais na pag. 24*). Para reduzir os preços das contas de gás e de eletricidade das residências britânicas, o governo desembolsará o equivalente a 15 bilhões de euros, uma medida que se integra a um esforço orçamentário elevando-o para 6,5% do PIB.¹ Sem contar os fornecimentos de armas e a ajuda financeira à Ucrânia, que, de acordo com o FMI, tem necessidade de US\$ 7 bilhões por mês para o funcionamento de seus órgãos governamentais.

Tendo como pano de fundo a crise energética, setores já afetados pelas perturbações consecutivas da pandemia

(químico, siderúrgico, de produção de grãos ou de papel) funcionam de maneira mais lenta do que seria normal ou encerraram suas atividades: extremamente sedentos por energia, sua rentabilidade passou a ser negativa. Alguns grupos anunciaram querer mudar sua produção para o Vietnã, para o Magreb ou... para os Estados Unidos. Estes últimos aumentaram 63% de seu fornecimento de gás natural liquefeito (GNL), vendido por um preço muito alto na Europa e no Reino Unido, para substituir o produto russo.² Para mudar parcialmente sua produção para outro país, sessenta empresas alemãs, entre elas Lufthansa, Aldi, Fresenius e Siemens, ficaram interessadas no estado de Oklahoma, cujo governador exaltou, nas colunas do jornal de negócios *Handelsblatt*, as vantagens comparativas para os investidores.

No entanto, em 3 de outubro, a deputada Aurore Bergé cumprimentou seu líder Emmanuel Macron por sua atuação no comando da União Europeia: “Nosso presidente sustentou a ideia de autonomia estratégica europeia”. Em vista do desastre anunciado, a expressão poderia dar motivo para rir. Na realidade, a (relativa) unidade europeia, vangloriada pela deputada da maioria, só se iguala a seu alinhamento com os objetivos e os interesses de Washington. Estratégia deliberada ou falta de calibragem?

O choque com a invasão explica, em parte, essa cegueira: no dia seguinte ao do ataque, Berlim suspendeu definitivamente a inauguração do gasoduto Nord Stream 2, uma demanda antiga da Casa Branca. Mas esse movimento foi facilitado pela estreita colaboração orquestrada pela Comissão Europeia entre as duas margens do Atlântico. De acordo com uma pesquisa do *Financial Times*,³ o governo Biden passou “mais ou menos de dez a quinze horas por semana no telefone ou em videoconferência com a União Europeia e os Estados-membros” entre novembro de 2021 e fevereiro de 2022, data da invasão, para elaborar um pacote de sanções prevendo uma possível invasão. Bjoern Seibert, chefe de gabinete da presidenta da Comissão Euro-

peia, Ursula van der Leyen, ocupou uma posição-chave na gestão do dossiê, com suas idas e vindas entre Washington e os Estados-membros. “Na história da União Europeia, jamais tivemos contatos tão estreitos com os norte-americanos sobre uma questão de segurança; é realmente sem precedentes”, uma fonte felicita a comissão.

Na primeira rodada, os aliados transatlânticos estão de acordo sobre uma estratégia de represálias financeiras maci-

ças.⁴ A exclusão de sete bancos russos do sistema de telecomunicações financeiras interbancárias mundiais (Swift – Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication) está relacionada a uma medida: o bloqueio, ou seja, a requisição de metade das reservas internacionais do Banco Central da Rússia (cerca de 300 bilhões de euros), a fim de paralisar um salvamento do rublo. Ao contrário do que se esperava, o sistema bancário russo se mantém de pé. O controle dos capitais e



O presidente Putin discursa em cerimônia na capital russa, em setembro de 2022

o compromisso assumido com os exportadores de converter 80% de suas divisas em moeda nacional reduzem o prejuízo. E os russos, habituados com as crises (1988, 1998, 2008, 2014), não correm para os caixas eletrônicos.

Após o relativo fracasso dessa *blitzkrieg* financeira, o tabu das sanções energéticas se enfraquece. A descoberta, em 1º de abril, da violência do Exército russo contra os civis na cidade ucraniana de Bucha acentuou a pressão. Ao ministro das Finanças alemão, que afirma que os “fornecimentos de gás russo não são substituíveis a curto prazo” e que interrompê-los “nos prejudicará mais do que à Rússia”, o diretor do Centro de Energia do Instituto Delors responde: “Pura e simplesmente, uma mentira”,⁵ sem detalhar quais seriam os outros fornecedores disponíveis... Esse economista, com muita generosidade, alfineta uma Alemanha incapaz “de renunciar a dois pontos do PIB para salvar vidas [ucranianas]”. E dá uma de pedagogo: “O mais importante é que Vladimir Putin não tenha mais dinheiro para fazer sua guerra”.

Adotados em abril e maio, os embargos energéticos (de imediato 90% do petróleo escalonado para o gás), ao contrário, encheram seus bolsos. Eles provocam


uma corrida em direção aos fornecedores substitutos (Noruega, Argélia, Estados Unidos). Resultado: a escalada dos preços compensa a redução dos volumes exportados. Só em petróleo, Moscou entesoura em média US\$ 20 bilhões por mês em 2022, diferentemente dos US\$ 14,6 bilhões de 2021.⁶ Em vez de exangue, “a Rússia nada em somas disponíveis de dinheiro”, declara Elina Ribakova, economista e diretora adjunta do Instituto de Finanças Internacionais (IIF – Institute of International Finance), com sede em Washington.⁷ Ela prognosticou, em fevereiro, “uma desvalorização [cambial], tensões nas reservas e, possivelmente, um desmoronamento total do sistema financeiro russo”...⁸ Dinamizado pelo preço dos hidrocarbonetos, a partir do fim de abril o rubro voltou a ser trocado pelo valor de seu patamar antes da guerra (80 rublos por dólar), antes de decolar.

O efeito bumerangue das sanções acentua as tensões na Europa. Para salvar sua indústria, Berlim se endivida maciçamente a taxas confortáveis, ao contrário da Itália e da Grécia, provocando o desmembramento da zona do euro. A querela diz respeito também ao teto do preço do gás, sustentado por 24 países, entre eles a França, que acreditam que

os europeus são capazes de impor um preço aos seus fornecedores, principalmente aos norte-americanos. “O conflito na Ucrânia não deve se traduzir em uma dominação econômica norte-americana e um enfraquecimento da União Europeia”, parece descobrir tardiamente o ministro da Economia francês, Bruno Le Maire, diante da Assembleia Nacional. E continua: “Não podemos aceitar que nosso parceiro norte-americano nos venda seu GNL por um preço quatro vezes maior do que o que ele vende para seus industriais”. A Alemanha, a Dinamarca e a Holanda recusam o teto, por medo de desviar os fluxos de um mercado europeu sedento de gás.

Não há dúvida de que a Rússia ainda não enfrentou o mais difícil: seu enfraquecimento econômico estrutural está em andamento. No que se refere aos hidrocarbonetos, a Ásia só poderá absorver uma parte da soma que poderia ganhar. Pequim hesita em desfazer um embargo relacionado às tecnologias ocidentais, correndo o risco de se expor a represálias norte-americanas. O responsável pela diplomacia europeia, Josep Borell, também faz um apelo à “paciência estratégica”. Mas será que ele poderá decretar as sanções “eficazes” quando a recessão russa se aprofundar em 2023? Tudo depende do objetivo a ser alcançado: a derrota militar russa? O fim do regime de Putin? Nada garante que o cerceamento de medidas que fracassou no Irã e na Coreia do Norte tenha êxito na Rússia. Mesmo porque alguns países recusam a indevida imposição de sacrifícios onerosos à 11ª economia mundial. Apesar de sua reaproximação de Washington, por rivalidade com a China, Nova Délhi acrescentou às suas compras tradicionais de armamentos grandes encomendas de petróleo russo (cerca de 1 milhão de barris por dia). Defensora da influência norte-americana no Oriente Médio, a Arábia Saudita se aliou com a Rússia na Organização dos Países Exportadores de Petróleo e aliados (Opep+) para sabotar a iniciativa de fixação de um teto para o preço do petróleo. O cartel decidiu reduzir, nas barbas de Washington, sua produção, apesar de uma visita do presidente norte-americano a Riad, nos dias 14 e 15 de julho, que desde então promete “consequências”...

Aí está o paradoxo dessa “nova arte de governar a economia, capaz de infligir prejuízos a quem rivaliza com o poder militar”, exaltado em março por Biden em Varsóvia.⁹ Ao aplicar à Rússia, segundo país exportador de petróleo do mundo e um dos principais fornecedores de produtos primários, tais como os grãos e o trigo, Washington e seus aliados colocaram um garrote na circulação sanguínea mundial. Ora, “a integração mais generalizada dos mercados ampliou os canais pelos quais os choques provocados por essas sanções se repercutem na economia mundial”, explica um estudo do

FMI.¹⁰ E prossegue: “Não é de espantar que precisamente os países [emergentes, importadores líquidos de produtos básicos] foram os que não adotaram sanções contra a Rússia. Isso ocorre porque eles são os mais expostos ao risco de uma crise em seu balanço de pagamentos se as exportações russas continuarem sob pressão durante um longo período”. Assim, as formas de contornar restrições, via os países não alinhados com Washington, se multiplicam, tornando ilusório o objetivo de isolar hermeticamente a Rússia. Ao contrário do que costuma fazer, o presidente de extrema direita do Brasil, Jair Bolsonaro, se fez de defensor das populações em discurso em 20 de setembro: “Mas não acreditamos que o melhor caminho seja a adoção de sanções unilaterais e seletivas, contrárias ao direito internacional. Essas medidas têm prejudicado a recuperação da economia [após a pandemia de Covid-19] e afetado os direitos humanos de populações vulneráveis, inclusive em países da própria Europa”.¹¹ Por ocasião de um encontro com seu homólogo russo (já considerado, por Paris, como uma provocação), o presidente senegalês, Macky Sall, apelou para os ocidentais excluírem o setor alimentício do perímetro de suas sanções, julgando que elas criam “sérias ameaças para a segurança alimentar do continente”, ecoando o alerta da ONU sobre um “possível ciclone de famintos”. De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), cerca de 20 milhões de afegãos estão diante de uma insegurança alimentar aguda desde a retirada norte-americana. As sanções ainda não salvaram vidas ucranianas, mas já matam. 

***Hélène Richard** é jornalista do *Le Monde Diplomatique*.



© Sputnik Photo Agency/Reuters

- 1 "National policies to shield consumers from rising energy prices" [Políticas nacionais para proteger os consumidores de um aumento dos preços da energia elétrica], Brugel, 21 set. 2022.
- 2 Les Échos, Paris, 4 out. 2022.
- 3 "Weaponisation of finance: how the west unleashed 'shock and awe' on Russia" [Transformar as finanças em uma arma: como o Ocidente desencadeou "susto e temor" na Rússia], *Financial Times*, Londres, 6 abr. 2022.
- 4 Ler, de Mathias Reymond e Pierre Rimbart, "Os traidos, os malandros e os poderosos da batalha da energia", *Le Monde Diplomatique Brasil*, jun. 2022.
- 5 "Malgré Boutcha, les Européens peinent à sanctionner le gaz russe" [Apesar de Bucha, os europeus penam para aplicar sanções relativas ao gás russo], *Huffington Post*, 5 abr. 2022.
- 6 *Wall Street Journal*, Nova York, 30 ago. 2022.
- 7 Ibidem.
- 8 "War in Ukraine Could Cause Sizable Contraction for Russian Economy, IIF Says" [A guerra na Ucrânia poderá causar uma contração considerável na economia russa, diz IIF], *Wall Street Journal*, 28 fev. 2022.
- 9 Discurso pronunciado em Varsóvia, mar. 2022.
- 10 Nicholas Mulder, "L'arme des sanctions" [A arma das sanções], FMI, jun. 2022.
- 11 "Lula y Bolsonaro sobre Ucrania y las sanciones contra Rusia" [Lula e Bolsonaro sobre a Ucrânia e as sanções contra a Rússia], *Noticias del Mundo*, 1º out. 2022.

CRIMES DE GUERRA

O estupro como arma

A Corte Penal Internacional terá de determinar se os estupros cometidos por soldados russos na Ucrânia constituem crimes contra a humanidade. Enquanto isso, muitos obstáculos para fazer justiça às vítimas permanecem de pé

POR ILIONÉ SCHULTZ*

No início de julho, a temperatura era de cerca de 40 °C num automóvel pequeno que levava Tatiana Zezioukina e Lyudmila Kravchenkopara para perto da fronteira da Bielorrússia. “Estávamos indo a Yahidne, um povoado ocupado pelos russos durante quase um mês”, explica a primeira. E prossegue: “350 pessoas ficaram retidas à força no subsolo de uma escola e acreditamos que ocorreram estupros nesse período”. As duas militantes, membros da Rede Internacional de Ajuda a Sobreviventes de Crimes Sexuais (denominada Sema que, em suaíli, significa falar alto e bom tom), foram ao local para investigar. Na escola, abandonada e com vidraças quebradas, o vigilante conta: “Eles pediram, sim, mas não demos nossas mulheres para os soldados”. Uma mulher se aproxima, hesitante. Ela declara ter encontrado preservativos na casa dela após a libertação e, em seguida, acaba dando o nome de duas vítimas.

Desde o fim de março, algumas semanas depois do início da guerra, quando as forças ucranianas começaram a libertar cidades ocupadas – Bucha, Irpin e outras –, os relatos de estupros cometidos pelas forças russas em civis ucranianas emergiram nas redes sociais e na imprensa: uma mulher violentada por vários soldados diante do marido; uma habitante de Bucha encontrada nua em seu jardim, coberta apenas com seu casaco de couro, violentada antes de ser assassinada; duas adolescentes violentadas por cinco soldados que também lhes quebraram os dentes... O presidente Volodymyr Zelensky falou, no início de abril, de “centenas de casos”. Representantes das Nações Unidas, dirigentes europeus e norte-americanos se indignam e solicitam que inquéritos e investigações sejam aprofundados. Pela primeira vez, falam de estupro como “arma de guerra” na Ucrânia.

Embora o estupro tenha sempre existido na guerra, seu uso enquanto instrumento de guerra se tornou quase sistemático nos conflitos contemporâneos. Ele passou a ser utilizado de maneira estratégica por autoridades político-militares para humilhar, destruir e tomar o poder, cometido sobretudo contra mulheres, mas também contra homens. Foi com o conflito na ex-Iugoslávia que o estupro começou a ser reconhecido como arma. Foi punido,

pela primeira vez, como crime contra a humanidade pelo Tribunal Penal Internacional para a Iugoslávia (TPII, 2001) e como ato de genocídio pelo Tribunal Específico para Ruanda (1988). Os estupros e violências sexuais estão integrados no estatuto da Corte Penal Internacional (CPI) desde 2002.

UMA FORMA DE INAÇÃO

As jurisdições que se ocupam dos crimes praticados durante o conflito ucraniano deverão julgar estupros cometidos desde a invasão russa em fevereiro de 2022. Mas não só esses. Em dezembro de 2020, a CPI declarou que já havia “sérios indícios” para crer que inúmeros crimes de guerra tinham sido cometidos na Ucrânia desde 2014 – data da anexação da Crimeia pela Rússia –, inclusive estupros e violências sexuais.¹

Em 2015, Tetiana e Lyudmila ficaram aprisionadas durante vários dias, no Donbass, por um batalhão pró-ucraniano (batizado Tornado) e foram vítimas de assédios e de ameaças de estupro. Na verdade, naquele período, enquanto as posições dos beligerantes eram muito instáveis no leste da Ucrânia e as estruturas estatais tinham sido arruinadas, as violências sexuais eram correntemente praticadas dos dois lados da linha de frente, nos arredores dos postos de controle ou nos cativeiros, de um lado, por batalhões armados e pelos serviços secretos pró-ucranianos, e, do outro, pelos membros do “Ministério da Segurança” dos separatistas. Estupros com objetos e coletivos, ameaças, nudez forçada e choques elétricos nas partes genitais foram executados com o objetivo de humilhar, intimidar, punir, obter informações e até mesmo, por parte dos separatistas, extorquir bens e dinheiro.

De acordo com a Missão de Monitoramento dos Direitos Humanos na Ucrânia (HRMMU – Human Rights Monitoring Mission in Ukraine), das Nações Unidas, essas violências não eram, então, utilizadas “com fins estratégicos”, mas fundamentalmente como método de tortura.² Ela avalia, em um relatório de 2021, em cerca de 340 o número de vítimas de violências sexuais em cativeiros, desde 2014, das quais entre 170 e 200 se encontram no lado dos separatistas, e entre 140 e 200, no dos ucranianos. Números subavaliados, segundo um grande número de pesquisadores que ressaltam que a mis-

são das Nações Unidas, há oito anos, não tem nenhum acesso aos locais dos cativeiros nas repúblicas separatistas e na Crimeia. As vítimas, que enfrentam uma forma de impunidade, muitas vezes têm medo de dar testemunho ou de fazer uma queixa, “por temerem represálias”, como salientou a missão das Nações Unidas em 2017.³

O caminho percorrido por Irina Dovgan, fundadora da rede Sema, ilustra essas dificuldades. Capturada por um grupo separatista na primavera de 2014 perto de Donetsk, ela foi agredida, amarrada em um poste e humilhada em praça pública; tiraram sua roupa, bateram em seus seios, ameaçaram estuprá-la. “Estou dizendo apenas 5% do que eles me fizeram...”, revela essa elegante loira de 58 anos de idade no jardim de sua casa, perto de Kiev. Em 2016, Dovgan conseguiu a ajuda de um advogado. Em 2017, ela foi interrogada por um procurador militar, mas seu processo foi engavetado por vários anos. Somente em 2021, após uma coletiva de imprensa organizada por ela para apresentar a rede Sema foi que o procurador-geral abriu um procedimento... do qual Dovgan não tem a menor notícia atualmente.

“Todas as mulheres que eu defendo, exceto uma, foram estupradas por vários soldados, três em média”, revela Larysa Denisenko

Mesmo que as autoridades ucranianas tenham aberto mais de 750 inquéritos sobre crimes cometidos em civis entre 2014 e 2020 por suas próprias Forças Armadas, vários relatórios de defensores dos direitos humanos salientam uma forma de inação. “Nada foi feito para que houvesse justiça às vítimas de desaparecimentos involuntários, atos de tortura e detenção ilegal pelas mãos de membros dos SBU [Serviços de Informações Ucranianos] no leste da Ucrânia entre 2014 e 2016”, lamenta a Anistia Internacional.⁴ No entanto, em um processo decisivo para a democracia ucraniana, membros do batalhão pró-ucraniano Tornado foram julgados, em 2016, pelas violências cometidas no Donbass, entre elas os estupros. Na época, o processo, a portas fechadas, inflamou os ânimos. Violências

e ameaças ocorreram dentro e fora do tribunal pelos apoiadores dos paramilitares para intimidar o aparelho judiciário. Oito ex-combatentes foram condenados a penas que vão de oito a onze anos de prisão. No entanto, nenhum foi condenado por crime de guerra, embora os fatos pudessem ter sido qualificados como tal. A legislação ucraniana sobre os crimes de guerra, assegurados especificamente pelo artigo 438 do Código Penal, não detalha os crimes sexuais, o que complica o trabalho dos magistrados, muitas vezes mal informados sobre o assunto. Ainda mais porque, até 2019, os estupros com objetos, por sodomia ou entre pessoas do mesmo sexo, por exemplo, não eram considerados violações pela lei, modificada posteriormente para se alinhar aos padrões internacionais.

MEDO DE NÃO MAIS SE CASAR

Um desafio se impõe hoje na Ucrânia: acompanhar melhor as vítimas de violências sexuais que forem, a partir de então, cometidas em massa e utilizadas como “tática de dominação política e militar pelas forças russas”, analisa Véronique Nahoum-Grappe, antropóloga e especialista em crimes de guerra. Para Matilda Bogner, representante da Missão de Monitoramento das Nações Unidas na Ucrânia, a amplitude seria “significativamente maior do que a observada na primeira fase do conflito”. Sua missão já contabiliza várias dezenas de casos de violências sexuais cometidas pelas Forças Armadas russas. Estupros de homens, mulheres ou crianças, cometidos muitas vezes na frente de outros membros da família ou da comunidade; em geral coletivos para mulheres e em detenção para homens. “Todas as mulheres que eu defendo, exceto uma, foram estupradas por vários soldados, três em média”, revela Larysa Denisenko, advogada ucraniana especialista em direito internacional humanitário.

Em julho, o escritório do procurador-geral ucraniano confirmou conduzir inquéritos sobre 43 processos de violências sexuais cometidas pelas forças russas na Ucrânia. Mas esses números não refletem a realidade, explica Oleksandr Pavlichenko, do Helsinki Human Rights Group (HHRG), lembrando que muitas vítimas fugiram do país, a fim de escapar de uma estigmatização particularmente forte “nas cidades em que as jovens têm medo de nunca mais poderem se casar;

elas dizem também que os culpados jamais serão punidos”.

Talvez as vítimas tenham ficado ainda mais desconfiadas após o caso Lyudmila Denisova, nome da ex-comissária dos direitos humanos de Kiev, que tinha revelado ter recebido, via sua linha direta, criada logo após o início da guerra, cerca de 450 denúncias de estupro, e tinha publicado detalhes, às vezes muito brutais, em suas redes sociais. No fim de maio de 2022, alguns dias depois de sua demissão pelo presidente, ela reconheceu, para a imprensa, ter “exagerado” alguns testemunhos para sensibilizar os políticos e a opinião pública ocidental.⁵ Uma fonte, membro de uma ONG em Kiev e que conhece bem o caso, não esconde sua decepção: “Entre esses relatos, existem alguns verdadeiros, é óbvio, mas essa utilização política das violências sexuais é muito problemática. Sem dúvida, ela fez isso para provocar a sociedade, para vingar esses crimes e obter mais força. Porém, na realidade, isso forneceu, sobretudo, uma arma muito poderosa para a propaganda russa e fez com que as vítimas sentissem medo”.

Se por um lado a missão das Nações Unidas na Ucrânia diz não ter elementos suficientes para determinar a amplitude ou o caráter sistemático dos crimes sexuais desde a invasão russa, por outro inúmeros observadores locais – principalmente a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE)⁶ – consideram que, ali, o estupro é utilizado como arma de guerra. “Certamente jamais encontraremos uma ordem escrita por Putin dizendo: ‘É preciso violentar todas as ucranianas’”, explica Larysa Denisenko. Mas, segundo essa advogada, isso não invalida a responsabilidade da cadeia de comando. “Ninguém lhes diz para parar”, adianta, antes de lembrar que Putin condecorou, com medalhas, militares da 64ª Brigada de Fuzileiros Motorizados, prováveis autores das violências cometidas em Bucha – portanto, dos estupros. Para explicar, em parte, essas violências, a antropóloga Véronique Nahoum-Grappe aponta a “hipocrisia” inicial da guerra, com tropas às quais se prometeu uma missão “para salvar [os ucranianos] dos nazistas”, mas que, de fato, encontraram a repressão das populações locais. “Portanto, o próprio sentido dessa guerra foi posto em xeque e, se acrescentarmos o abandono de sua hierarquia, isso cria as condições para essas violências.”



Os investigadores nacionais e internacionais vão ter de, com muita paciência, reunir as peças do quebra-cabeça para poder julgar os culpados. Sabendo que o Tribunal Penal Internacional vai tratar apenas dos casos de maior repercussão, um grande número de defensores dos direitos humanos argumenta a favor da criação de um tribunal híbrido que reúna magistrados ucranianos e internacionais. Enquanto isso, é a justiça ucraniana que se encontra no comando. Portanto, há urgência, segundo Oleksandra Matvitchuk, em modificar o Código Penal. A diretora do Centro pelas Liberdades Cívicas (uma ONG ucraniana que recebeu o Prêmio Nobel da Paz em 2002) luta há vários anos para aprovar o Projeto de Lei n. 2.689, que detalha de maneira muito mais concreta

os crimes de guerra e os crimes contra a humanidade suscetíveis de serem punidos, principalmente as violências sexuais. Aprovado pelo Parlamento em 2020, esse texto aguarda desde então a assinatura do presidente Zelensky. “Os militares se opõem a essas mudanças”, esclarece Pavlichenko, do HHRG. “Com a guerra, eles se tornaram heróis. Não há, portanto, vontade política neste momento.” Matvitchuk resume: “Trata-se de ficar em silêncio”.

***Ilioné Schultz** é jornalista.

1 “Statement of the prosecutor, Fatou Bensouda, on the conclusion of the preliminary examination in the situation in Ukraine” [Declaração da procuradora, Fatou Bensouda, sobre a conclusão da análise preliminar da situação na Ucrânia], 11 dez. 2020. Disponível em: www.icc-cpi.int.
2 “Conflict-related sexual violence in Ukraine 14

March 2014 to 31 January 2017” [Violência sexual relacionada a conflito na Ucrânia, de 14 de março de 2014 a 31 de janeiro de 2017], Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights. Disponível em: www.ohchr.org.
3 Jean-Baptiste Naudet, “Viols, sévices, humiliations: l’effroyable système de torture dans les prisons russes” [Estupros, sevícias, humilhações: o terrível sistema de tortura nas prisões russas], *Nouvel Obs*, Paris, 12 dez. 2021.
4 “Ukraine 2021”, Amnesty International. Disponível em: www.amnesty.org.
5 Matthias Bau e Sophie Timmermann, “Reports of sexual violence in the war: Why the Ukrainian parliament dismissed human rights chief Denisova” [Relatos sobre a violência sexual na guerra: por que o Parlamento ucraniano demitiu a comissária dos direitos humanos Denisova], *Correctiv*, 11 ago. 2022.
6 “OSCE Secretary General condemns use of sexual violence as weapon of war, urges for international support to survivors” [Secretária-geral da OSCE condena uso da violência sexual como arma de guerra e demanda apoio internacional urgente para sobreviventes], OSCE, 19 jun. 2022.

EM MEADOS DO SÉCULO XIX, O FIM DE UMA ORDEM EUROPEIA

Quando a Rússia perdeu a Guerra da Crimeia

Em grande medida esquecida nos países que a venceram, como a França e o Reino Unido, a Guerra da Crimeia (1853-1856) é objeto de uma memória vibrante na Rússia. A nação eurasiática, no entanto, saiu derrotada do conflito...

POR MARIE-PIERRE REY*

De envergadura europeia, a Guerra da Crimeia, conflito de grandes proporções do século XIX, apresenta mais de um paradoxo. O primeiro diz respeito aos traços deixados pelo confronto: tanto na França como no Reino Unido, os nomes Malakoff, Alma, Crimeia, Sebastopol ou ainda Inkerman e Balaclava deixaram sua memória gloriosa em monumentos, em nomes de ruas de muitas cidades, na literatura e no cinema (assim como a heroica e desastrosa cavalaria Carga da Brigada Ligeira), e a lembrança de figuras conhecidas – como Canrobert, Mac Mahon, lorde Raglan, Florence Nightingale – ou desconhecidas – como o zuavo da Ponte d'Alma em Paris – foi preservada. Contudo, essa guerra foi aos poucos sendo esquecida nas sociedades e Estados ocidentais, que, entretanto, a travaram para apoiar o Império Otomano. Bem ao contrário, a Rússia e os russos, que a perderam, conservaram dela uma recordação vibrante, encarnada em textos literários (como *Os relatos de Sebastopol*, de Tolstói), objetos e monumentos funerários erigidos para os heróis – na medida dos traumas sofridos.

Passado à posteridade com o nome de Guerra da Crimeia, o confronto não se limitou à península: estendeu-se por uma área bem mais vasta, ao Cáucaso, à Ásia, mas também ao Mar Branco e até às Ilhas Solovetski! Outro paradoxo: foi extremamente letal (perto de 800 mil mortos), mas só uma minoria (240 mil) dos homens envolvidos desapareceu em combate, pois a maior parte tombou vitimada por tifo, cólera, disenteria ou escorbuto. Foi um conflito “moderno”: o primeiro da história europeia a ser fotografado por profissionais; a receber cobertura de repórteres de guerra; a usar o telégrafo; a empregar navios a vapor; a usar armas novas e devastadoras, como os fuzis de cano raiado; a recorrer a hospitais de campanha, onde trabalharam numerosas mulheres, enfermeiras religiosas ou leigas; e a fazer uso, com o cirurgião Nikolai Pirogov, do éter como anestésico no campo de batalha. Mas foi também um conflito tradicional, com embates à baioneta (como na tomada do Forte de Malakoff), intermináveis

operações de cerco (Balaclava, Kars, Sebastopol), trincheiras lamacentas e epidemias. Conflito de dimensão geopolítica e religiosa, não opôs Estados cristãos a um Estado muçulmano, mas foi, de maneira nunca vista, uma coalizão de Estados cristãos em apoio do Império Otomano contra o Império Russo ortodoxo. Enfim, mobilizou a opinião pública como nenhum outro conflito antes dele por causa das grandes tiragens dos

jornais, que promoviam campanhas de ajuda financeira aos combatentes, escritos xenofóbicos de enorme virulência e um sentimento visceralmente antieuropeu na Rússia. Mas inspirou também textos pacifistas (no exílio, Victor Hugo escreveu um dos primeiros panfletos antimilitaristas da história europeia) e terminou de modo clássico, em março de 1856, pela assinatura de um tratado internacional em Paris.

O conflito foi consequência de uma dupla rivalidade, geopolítica e religiosa. Por um lado, a questão do futuro do Império Otomano e das prerrogativas que o Império Russo se arrogou às suas custas; por outro, a questão dos Lugares Santos, objeto de atritos entre cristãos.

Graças à assinatura do tratado russo-turco de Kutchuk-Kainardji, o qual, concluído por Catarina II em 1774, concedeu-lhe o direito de proteção dos

GUERRA DA CRIMEIA, 1853-1856



- Limites setentrionais do Império Otomano em 1783
- Império Otomano e seus aliados
- Império russo
- Deslocamento de aliados
- Deslocamentos russos
- Vitória dos aliados
- Vitória russa
- Território perdido pela Rússia na guerra
- Passagem estratégica
- Estado próximo do Império Russo que permaneceu neutro

Fonte: Christian Grataloup, Atlas historique mondial, L'Histoire - Les Arènes, 2019; Georges Duby, Grand Atlas historique, Larousse, 2011.

cristãos ortodoxos que eram súditos da Porta (Império Otomano), a Rússia dos czares passou a interferir nos negócios turcos. Desde o fim do século XVIII, não parou de reivindicar direitos específicos sobre o Mar Negro e os estreitos de Dardanelos e Bósforo, além de avançar sobre os Bálcãs. No reinado de Nicolau I, que teve início em 1825, esses objetivos ficaram ainda mais ambiciosos, e o controle dos estreitos ("chaves da casa", dizia o monarca) se tornou o alvo principal da diplomacia russa. De fato, enquanto o Império Otomano aparecia como "o homem doente da Europa" e sua condição atiçava os apetites territoriais das potências vizinhas, São Petersburgo queria por força impedir toda partilha que não fosse em seu benefício e posava de protetor privilegiado da Turquia. Agressiva, essa política não tardou a desembocar em uma série de tratados bilaterais vantajosos para a Rússia, como o de Andrinopla, concluído em setembro de 1829, e mais ainda o de Unkiar-Skelessi, o qual, assinado em julho de 1833, proibia o Império Otomano de permitir a entrada de navios estrangeiros em Dardanelos em caso de guerra contra a Rússia. Esse dispositivo, que na verdade transformava o Mar Negro em um "lago russo", segundo a fórmula do ministro das Relações Exteriores de Luís Filipe, François Guizot, suscitou a oposição das potências europeias: em 13 de julho de 1841, em Londres, as vantagens concedidas à Rússia foram violentamente questionadas pela Convenção Internacional dos Estreitos, que interditou a entrada dos estreitos de Bósforo e de Dardanelos a todo navio de guerra que não fosse turco ou de algum aliado da Turquia. Nicolau I, no momento, teve de resignar-se; mas para ele esse recuo era apenas temporário.

A questão geopolítica era a principal, mas havia outra, de natureza religiosa. A França, "filha primogênita da Igreja", agia como protetora do clero latino, e o Império Russo se considerava herdeiro do trono de Bizâncio, defensor da ortodoxia. Assim, quando em 1852 Napoleão III obteve do Império Otomano, guardião dos Lugares Santos da Palestina, a restituição aos católicos das chaves da Igreja da Natividade em Belém, Nicolau I viu nisso uma ameaça à sua política otomana e uma provocação da França. Ansioso por enfraquecer a relação franco-turca, propôs à rainha Vitória, em janeiro-fevereiro de 1853, um plano de partilha do Império Otomano. A Grã-Bretanha ficaria com o Egito e Creta; a Rússia, com os principados romenos, a Sérvia e a Bulgária, além de assumir o controle dos estreitos. Rigorosamente bilateral, o plano ia de encontro à abordagem internacionalizada da questão otomana tal qual estabelecida pela Convenção dos Estreitos e, em particular, deixava a França fora da negociação. O czar e seu ministro das Relações Exte-

riores, Charles Robert de Nesselrode, supuseram então que poderia se materializar uma comunidade de interesses anglo-russos relativamente à questão do Oriente. Mas se enganaram: hostis ao desmembramento da Porta, os britânicos também se opunham ao avanço dos russos em direção aos estreitos, temendo que eles acabassem por se instalar no Mediterrâneo oriental e ameaçassem a segurança da rota das Índias. No mesmo instante, Napoleão III pretendia alcançar dois objetivos de um só golpe: no plano externo, reafirmar os antigos interesses de Paris no Levante e devolver à França uma boa parte de sua preeminência perdida em 1815; e, no plano interno, conquistar a aliança católica para seu regime. Para além da querela dos Santos Lugares, todo um conjunto de questões complexas estava em jogo.

No início de 1853, a diplomacia russa ainda não percebia a hostilidade crescente provocada por sua política balcânica, e, certo de seus direitos tanto quanto da invencibilidade de suas tropas, Nicolau I se decidiu pelo conflito. Em fevereiro, enviou ao sultão Abdulmejid I o príncipe Menchikov, que arrogantemente exigiu a institucionalização de um protetorado russo sobre os súditos ortodoxos do império. Ante a recusa do sultão, que jamais aceitaria semelhante atentado à sua soberania, o Estado russo invadiu em julho as províncias romenas da Moldávia e da Valáquia, ligadas à Porta, a pretexto de que ali os cristãos ortodoxos estavam sendo maltratados. Assim, deu à sua ação ares de cruzada religiosa. Em resposta, o Império Otomano declarou guerra à Rússia no dia 4 de outubro. Após um primeiro combate naval vitorioso em Pitsunda, em 9 de novembro, o almirante Nakhimov mandou bombardear e destruir a flotilha turca ancorada no porto de Sinope, três semanas depois. Como a situação estava se tornando crítica para o Império Otomano, a França e a Inglaterra assinaram, em 12 de março de 1854, um tratado de aliança com os turcos (em troca do qual a Porta se comprometia a promover reformas) e, no dia 27, declararam guerra ao império dos czares, seguidas um ano depois pelo Reino da Sardenha.

Agora europeia, a guerra teve operações militares em diferentes teatros: no Mar Báltico (Ilhas Aaland), nos Bálcãs, no Cáucaso, no Delta do Danúbio, no Mar Branco e na Ásia (onde os russos deitaram por terra a fortaleza turca de Kars, em 26 de novembro de 1855, após quatro meses de cerco). No verão de 1854, Nicolau I decidiu retirar suas tropas dos principados danubianos, num aceno de boa vontade. Mas os aliados, desconfiando dessa reviravolta, resolveram prosseguir na ofensiva e desembarcaram na Crimeia em 14 de setembro de 1854. Desse momento em diante, foi nessa península que se travaram os combates mais encarniçados, mas

nem por isso decisivos. Foram assim as batalhas do Alma (20 set. 1854) e de Inkerman (5 nov.), vencidas pelos aliados franco-britânicos, ou ainda a de Eupatória, que assinalou um êxito das tropas turcas em 17 de fevereiro de 1855.

Após alguns meses, as Forças Armadas russas, numerosas mas mal equipadas, pouco aguerridas e com uma Marinha tecnicamente inferior às frotas francesa e inglesa, revelaram falhas gritantes. No plano logístico, sem estradas de ferro ao sul de Moscou, o abastecimento em homens e material para a Crimeia, efetuado por terra, mostrou-se incapaz de atender às necessidades dos combatentes. Apesar da defesa heroica de seus habitantes, Sebastopol, sitiada durante um ano, caiu em 11 de setembro de 1855, após a tomada da fortaleza de Malakoff por Mac Mahon, três dias antes. Nessa data, Alexandre II, que havia sucedido a seu pai em março de 1855, não queria ouvir falar em rendição, mas, pressionado pela Áustria e pela Prússia, seus aliados que permaneceram neutros durante o conflito, finalmente consentiu nas negociações, iniciadas em janeiro de 1856 com base em um protocolo preparado pelo governo austríaco.

"A Rússia não se queixa, ela se recolhe", declarou o príncipe Alexandre Gortchakov, novo ministro das Relações Exteriores

Concluído em 30 de março de 1856 nos salões do Quai d'Orsay, o Tratado de Paris, apagando as humilhações sofridas no Congresso de Viena, assinalou o fim da ordem europeia estabelecida em 1815, o recuo da Rússia e o brilhante retorno da diplomacia francesa a um lugar de destaque na cena internacional.

O Mar Negro foi "neutralizado": não era permitido instalar ali arsenais, e as fortalezas otomanas ou russas situadas em suas margens seriam demolidas; os russos ficavam assim isolados dos estreitos, o que tranquilizou os britânicos quanto à segurança da rota para as Índias. A integridade do Império Otomano estava garantida pelos signatários do acordo e os russos não poderiam mais reivindicar direitos específicos sobre os cristãos ortodoxos da Porta. São Petersburgo devia também renunciar às suas prerrogativas sobre as províncias danubianas e reconhecer a autonomia destas, tanto quanto a integração do sul da Bessarábia à Moldávia. Enfim, a Rússia foi obrigada a restituir ao Império Otomano as embocaduras do Danúbio e a fortaleza de Kars, além de aceitar a internacionalização do rio. Todavia, a França e a Áustria deram provas de certa moderação com relação à Rússia: os

projetos do ministro inglês lorde Palmerston, que reclamava a restituição da Crimeia (tomada em 1783) à Turquia, bem como de uma parte do Cáucaso, permaneceram letra morta.

O FIM DE 40 ANOS DE DOMINAÇÃO

O tratado significou, assim, um triunfo para Napoleão III; desmilitarizando o Mar Negro e garantindo a integridade do Império Otomano, o documento pôs termo de um só golpe a quarenta anos de dominação russa nos Bálcãs. Mas houve outras consequências importantes: ele permitiu ao Reino da Sardenha colocar, pela primeira vez, a questão da unidade italiana, que seria depois apoiada por Napoleão III em nome de sua política das nacionalidades. Além disso, desautorizado na Europa e nutrido um forte ressentimento antieuropeu, o Império Russo não tardou a demonstrar um novo interesse pela Ásia: esse seria o início da conquista militar e colonial da Ásia Central e do avanço para o Extremo Oriente.

"A Rússia não se queixa, ela se recolhe", declarou o príncipe Alexandre Gortchakov, novo ministro das Relações Exteriores, pouco depois da assinatura do tratado. De fato, os anos que se seguiram à regulamentação do conflito trouxeram profundas mudanças internas. Escancarando a magnitude de seu atraso econômico em comparação com outras grandes potências europeias, nas áreas de comunicação e transporte, e revelando tanto a fraqueza estrutural de seu Exército como a debilidade física de seus soldados, a guerra convenceu Alexandre II a iniciar uma era de reformas, cuja principal medida foi a abolição da servidão em março de 1861. O Império Otomano também inaugurou uma série de reformas políticas e sociais, nos termos do acordo concluído com Londres e Paris em 1854.

Quanto ao isolamento da Rússia, não duraria muito: decepcionado com a Santa Aliança com a Áustria e a Prússia, já que estas não lhe deram nenhum apoio durante a provação da Crimeia, o Império Russo logo procurou reorientar suas alianças diplomático-militares. Ora, a partir de 1870-1871, a França vencida, amputada da Alsácia e da Lorena, estava ela própria em busca de um aliado na Europa continental. Aos poucos, essas circunstâncias foram favorecendo a retomada do diálogo franco-russo, que redundou em 1891-1892 na formação de uma aliança política e militar entre a Terceira República e o império dos czares. Em 1904, essa aliança foi reforçada pela conclusão da Entente Cordial franco-britânica. Cinquenta anos após a Guerra da Crimeia, os velhos inimigos se tornaram amigos.

***Marie-Pierre Rey** é professora de História Contemporânea da Universidade de Paris 1 Panthéon-Sorbonne.

DIREITA É FORÇADA A GOVERNAR COM A EXTREMA DIREITA

Ainda é bom viver na Suécia?

Após crescer de 5,7% para 20,5% dos votos em doze anos, em setembro o partido de extrema direita Democratas Suecos passou a ocupar um lugar privilegiado no Parlamento, apoiando a coalizão de direita. Seu avanço poderia ser uma surpresa em um país que é sinônimo de social-democracia, porém ele se explica pela memória de certa abordagem do Estado de bem-estar social

POR VIOLET GOARANT*

Em Medborgarplatsen, a “Praça dos Cidadãos” de Estocolmo, vozes bradam: “Nenhum racista em nossas ruas”. Elas logo são abafadas pelo riff de guitarras, bateria pesada e teclado de rock de músicos musculosos vestindo camiseta preta. É o começo de uma turnê da Folkfest, “festa popular” do partido de extrema direita Democratas Suecos (*Sverigedemokraterna*, ou SD), quinze dias antes das eleições de 11 de setembro. Nessas eleições, o Democratas Suecos transformou-se no segundo maior partido do país, recebendo 20,5% dos votos, atrás dos Sociais-Democratas, que tiveram 30,3% dos votos, mas deixaram o poder, pois a coalizão de centro-esquerda que lideravam perdeu a maioria no Parlamento.

No ritmo, Jessica Stegrud entra no palco toda sorridente, de vestido branco. A deputada do Parlamento Europeu dos Democratas Suecos não demora a louvar a Suécia de outrora: “Vivíamos em grande pobreza, o desenvolvimento veio rápido. Em apenas duas gerações, a Suécia se transformou em Estado de bem-estar social. Um dos principais motivos disso é que, na época, tínhamos políticos que se preocupavam com o país!”, repete. Elogiando as “sábias decisões tomadas no passado com base na visão do que era melhor para a Suécia”, ela presta uma verdadeira homenagem à social-democracia dos anos 1930.

Primeiro-ministro social-democrata, de 1932 a 1946, Per-Albin Hansson fez do conceito conservador de *Folkhemmet* (literalmente “casa do povo”) um vetor de mudança na sociedade e sinônimo de Estado de bem-estar. Segundo a historiadora Jenny Andersson, todo partido sueco permanece mais ou menos ligado a esse conceito, e não apenas os Sociais-Democratas empenhados em ancorar a certeza de que a Suécia é um país “bom de viver”. No entanto, o conceito foi agora retomado pela extrema direita, que interpreta o *Folkhemmet* como a “homogeneidade da população nacional”, “a casa da nação”.¹

Na construção do modelo de Estado de bem-estar sueco, destacam-se os políticos social-democratas Alva Myrdal, Prêmio Nobel da Paz em 1982, e seu marido, o economista Gunnar Myrdal, ganhador do prêmio Banco da Suécia em Ciências

Econômicas (o “Nobel de Economia”) em 1974. A partir de 1934, o casal apresentou diferentes reformas sociais para melhorar as condições de vida muitas vezes miseráveis das famílias suecas: acesso gratuito a cuidados de saúde, merenda escolar gratuita, subsídios familiares, amplo e sólido programa de moradia, regulamentação do aluguel, tudo que ainda hoje faz o orgulho dos suecos.

No entanto, o casal Myrdal também criticou o controle da natalidade, sinônimo de um declínio da população que “levaria a uma degeneração da raça, portanto a um ‘suicídio da espécie’”, escrevem.² “Se a pressão demográfica cair, o país ficará sobrecarregado por imigrantes de raças estrangeiras com alta taxa de fecundidade. De acordo com a lei do mais forte, eles se apoderariam de nossa preciosa herança cultural e a deformariam. Essa invasão pode levar a um rebaixamento do país no plano internacional e pôr em perigo nossa paz.”

O Instituto Nacional de Biologia Racial, fundado em 1922 e financiado pelo Estado, dava respaldo científico às reformas políticas. Os professores mediam o crânio dos samis, povo autóctone do norte da Europa, fotografavam seus corpos nus e preservavam suas ossadas. Esses lapões eram vistos como “exóticos” e “incapazes de se desenvolver”.³ E foram forçados a se converter ao protestantismo.⁴ O Instituto Nacional de Biologia Racial só mudou de nome e interrompeu esse tipo de estudo em 1958.

RETORNO DO INVESTIMENTO

Entre 1934 e 1976, por razões ao mesmo tempo médicas, eugenistas e morais, a Suécia adotou uma política de esterilização de pessoas consideradas “desviantes”. Tratava-se de evitar a reprodução de doentes mentais e “fracos de espírito”,⁵ como as mulheres sexualmente desinibidas, que levavam uma vida “depravada”, consideradas incapazes de serem mães. Quase 63 mil pessoas foram esterilizadas à força ao longo dessas quatro décadas.

Em 2022, as quatro medidas emblemáticas dos Democratas Suecos parecem enquadrar um antigo cartão-postal da Suécia: “Um verdadeiro Estado de bem-estar social”, “segurança”, “política de imigração séria” e “combustível barato” – uma medida final que se dirige

sobretudo ao Bensinupproret 2.0, movimento nascido em 2019 com inspiração nos Coletes Amarelos franceses. Soma-se ao conjunto a soberania energética a ser reconquistada, insiste no palco Stegrud, ela mesma uma profissional da área. Estes tempos de inflação dos preços da energia explicam sua presença junto ao líder dos Democratas Suecos, que se apronta para subir ao palco.

“Jimmiiiie!”, lança um homem no meio da multidão. Anunciado como o “verdadeiro rei” da Suécia, Jimmie Åkesson surge sob música e fogos de artifício, de calça bege e camisa branca com as mangas dobradas. Ele é seguido por um guarda-costas em alerta. Há nove anos, o líder de cabelos castanhos engomados foi atingido por uma torta na cara nesse mesmo local, sendo obrigado a sair às pressas. Mas, desta vez, há mais simpatizantes do que oponentes.

“Está na hora de substituir o governo social-democrata!”, proclama Åkesson em um microfone estourado, sob os aplausos e assobios do público. Ajeitando em tique os óculos com as duas mãos, ele alisa o cabelo: “Muitos suecos estão cansados da insegurança, cansados da violência, cansados...”. Apaixonado pelas anáforas, ele repete que “está na hora de colocar a Suécia em primeiro lugar” e que “a Suécia será boa de novo”.

Em 2006, os Democratas Suecos abandonaram o logotipo de uma chama nacionalista que lembrava demais suas origens neonazistas de 1988 – seu primeiro líder, Anders Klarström, era um antigo militante do Partido do Reich Nórdico, abertamente nazista. O Democratas escolheu o desenho de uma inocente *Hepatica nobilis* azul e amarela, com as pétalas ao vento. “As flores que para nós iluminam os campos de primavera talvez pertençam à mesma planta que anunciava a primavera para as pessoas que viviam aqui, quando a Suécia ainda estava em sua infância”,⁶ comove-se Jimmie Åkesson, recordando que, outrora, essa planta medicinal era usada para tratar feridas.

Embora olhe para o passado, o partido de extrema direita sabe usar as ferramentas do presente. Segundo o Barômetro das Mídias Sociais Suecas 2022, sua conta oficial no Facebook é a mais forte da Suécia. A página de Åkesson

vem em terceiro lugar. Um bom retorno do investimento: na reta final antes das eleições, o orçamento dos Democratas Suecos para Facebook e Instagram era três vezes maior que o do principal partido conservador, os Moderados. Apesar de um pequeno recuo de seu partido, o líder dos Moderados, Ulf Kristersson, tornou-se primeiro-ministro em 18 de outubro, à frente de uma coalizão de direita composta de Liberais e Democrata-Cristãos, mas também pelos Democratas Suecos, satisfeitos em apoiar sem participar, mas muito presentes no Parlamento, com 73 dos 176 deputados que formam a maioria.

Dentro dessa economia da atenção, todos os recursos são válidos: hino típico de programa de televisão, clipes ao estilo norte-americano nos canais do YouTube e fotos de meninas vestindo trajes de banho e camisetas com mensagens. Os Democratas Suecos também dominam a iconografia de segundo grau, específica da internet. O pôster do Folkfest mostra uma vaca de capacete *viking* tocando guitarra, Godzilla saindo de uma chaminé de uma casa tradicional sueca e uma explosão atrás de Åkesson, que olha ao longe, de Ray-Ban no nariz. “As mídias sociais favorecem uma retórica mais polarizada, despida de nuances e simplificada”, destaca Gunilla Almström Persson, professora de Retórica da Universidade de Estocolmo.

O voto conservador ganha entre os jovens. Eleições simuladas que imitam as do Parlamento são organizadas todo ano pela agência pública dedicada à juventude e à cidadania. Funcionando ao mesmo tempo como exercício pedagógico e barômetro eleitoral, essas “eleições” realizadas em faculdades e escolas voluntárias mostram uma evolução surpreendente: em 2014, os alunos do ensino médio votavam majoritariamente nos Sociais-Democratas, e os Democratas Suecos tiveram apenas 11% dos votos. Oito anos depois, eles colocaram os Moderados na liderança e 20% deles escolheram os Democratas Suecos.

“Toda vez que recebo uma notificação, ela fala de assassinatos, gangues criminosas, narcotraficantes, só vibração ruim...”, observa Tusse Chiza, um cantor de 20 anos. “Entre meus conhecidos, muitas pessoas culpam o governo



Jimmie Åkesson, líder dos Democratas Suecos, faz campanha em Motala, Suécia, em setembro. Deputado desde 2010, Åkesson cultiva a imagem de um sueco "comum"

anterior por isso. E querem mudança.⁷ As rixas entre gangues rivais fazem da Suécia o único país onde a violência por arma de fogo está aumentando na Europa.⁸ Segundo o Conselho Nacional de Prevenção ao Crime (Brå), ela está relacionada principalmente a jovens infratores do sexo masculino de "áreas prioritárias", os bairros populares onde vive a maior parte da população imigrante ou nascida de pais imigrantes,⁹ o que aumenta a estigmatização. Com os Democratas Suecos, a Suécia voltaria a ser um paraíso de segurança: "Quero o país que conheci em minha infância", declarou Anette Nyberg, uma parlamentar eleita pelo partido. "Quero proteger os idosos e as crianças que estão crescendo."¹⁰

Há doze anos, vários partidos queriam bloquear o acesso dos Democratas Suecos às comissões parlamentares. Isso não deu certo, mas durante os dois mandatos anteriores o partido não conseguiu acessar cargos de responsabilidade, apesar de seu avanço. Os resultados das últimas eleições abriram-lhe em grande estilo as portas do Parlamento: além do lugar de segundo vice-presidente, os Democratas Suecos conseguiram quatro presidências de comissões parlamentares (Trabalho, Economia, Justiça e Relações Exteriores), bem como quatro vice-presidências (Assuntos Cívicos, Transportes e Comunicações, Defesa e Tributação).

Para governar, a aliança de direita precisa incluir os Democratas Suecos, o que ainda era inaceitável em 2018. Os Moderados de então recusavam-se a co-

laborar com esse "partido xenófobo" e seus parlamentares "incompetentes". A fim de preparar o terreno e estabelecer sua credibilidade, os Democratas Suecos aprimoraram seu discurso e fizeram uma reformulação de fachada de seu site antes da campanha. O visual está mais limpo e os artigos que detalhavam seu programa foram removidos. Os links levam a moções parlamentares apresentadas ao longo do tempo. Pontos-chave do programa foram apagados, como o exame médico obrigatório para imigrantes recém-chegados, a renacionalização da escola ou o questionamento da adesão à União Europeia – que eles dizem ter abandonado em 2019. Em compensação, o site passou a mencionar pela primeira vez a mudança de opinião sobre o país aderir à Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), a que os Democratas Suecos eram contrários até o fim da década de 2010.

LIMITE DO DIREITO DE ASILO

Algumas medidas capazes de render frutos foram esclarecidas, como o fechamento de todas as escolas privadas muçulmanas. Na primavera passada, o extremista dinamarquês-sueco Rasmus Paludan, do partido Stram Kurs [Linha Dura] queimou cópias do Alcorão em várias cidades da Suécia. Esses autos de fé, sempre autorizados e supervisionados pela polícia sueca, causaram indignação em muçulmanos, chegando a provocar tumultos. Em um contexto de brigas armadas entre grupos, os

veículos incendiados e os confrontos com a polícia chocaram a opinião pública. Colocando lenha na fogueira, o secretário dos Democratas Suecos, Richard Jomshof, deu muitas declarações, causando perplexidade no Twitter ao dizer que "o islã, essa vergonha da religião [...], não tem nada a fazer em nosso país". O deputado dos Democratas Suecos propagou seu discurso durante uma discreta excursão pelo país, paralelamente ao divertido Folkfest. Hoje, Jomshof preside a Comissão de Justiça do Parlamento.

Apresentado em outubro, o acordo da aliança dos direitos, "Tidöavtalet", dá lugar de destaque à política de imigração e à política de segurança dos Democratas Suecos. O projeto de governo inclui, por exemplo, a limitação do direito de asilo e penas mais severas para membros de gangues. Em particular, planeja estender a vigilância por vídeo e facilitar as buscas policiais. Cabe dizer que, se conseguiram impor seus temas nessa área, os Democratas Suecos também deram uma guinada liberal. Mal chegaram ao poder e já apagaram suas críticas à União Europeia e aceitaram o fim dos aluguéis regulamentados e das menores tributações para incentivar os empregadores a contratar – o que desaprovavam quando estavam na oposição. Eles também desistiram da tributação dos superlucros sobre empresas privadas beneficiárias de contratos públicos. De suas promessas de retorno ao Estado de bem-estar social sueco de

outrora, parece persistir mesmo apenas sua dimensão xenófoba.

***Violet Goarant** é jornalista em Estocolmo.

- 1 Jenny Andersson, *När framtiden redan hänt: socialdemokratin och folkhemsnostalgin* [Quando o futuro já aconteceu: social-democracia e nostalgia dos lares populares], Ordfront, Estocolmo, 2009.
- 2 Alva Myrdal e Gunnar Myrdal, *Kris i befolkningsfrågan* [Crise na questão populacional], Bonnier, Estocolmo, 1934.
- 3 David Naylor, "How the Sami were affected by research in 'racial biology'" [Como os samis foram afetados pelas pesquisas em "biologia racial"], Uppsala Universitet, 10 dez. 2021.
- 4 A lei sobre a liberdade de religião data apenas de 1952. A separação entre a Igreja Protestante Luterana Sueca e o Estado data de 2000. [N.E.]
- 5 Maija Runcis, *Steriliseringar i folkhemmet* [Esterilizações na "casa do povo"], Ordfront, Estocolmo, 1998.
- 6 "Sverigedemokraterna byter partisymbol" [Os Democratas Suecos mudam o símbolo de seu partido], comunicado à imprensa dos Democratas Suecos, 26 maio 2006.
- 7 "Unga kulturskapare om valresultatet: 'Det har blivit töntigt att vara sosse'" [Jovens criadores culturais sobre os resultados das eleições: "Tornou-se bobo ser sosse"], *Dagens Nyheter*, Estocolmo, 30 set. 2022.
- 8 "Dödligt skjutvapenväld i Sverige och andra europeiska länder: en jämförande studie av nivåer, trender och våldsmetoder" [Violência armada fatal na Suécia e outros países europeus: um estudo comparativo de níveis, tendências e métodos de violência], Conselho Nacional de Prevenção ao Crime da Suécia, Estocolmo, 2021.
- 9 "Tydliga skillnader bland unga i särskilt utsatta områden" [Diferenças claras entre os jovens em áreas particularmente vulneráveis], Gabinete Nacional de Estatística.
- 10 "SD-väljare: Därför röstar vi på Sverigedemokraterna" [Eleitores do SD: É por isso que votamos nos Democratas Suecos], *Expressen*, Estocolmo, 2021.

GREVES SE MULTIPLICAM, CONSERVADORES OPTAM PELA AUSTERIDADE

No Reino Unido, o verão do descontentamento

Boicote das contas de luz, greve nas docas, correios, fábricas e ferrovias: no Reino Unido, o “verão do descontentamento” continua neste outono, enquanto o país mergulha na crise econômica e política. No cargo desde 6 de setembro, a primeira-ministra Elizabeth Truss levou apenas 44 dias para anunciar sua renúncia...

POR MARC LENORMAND*

No último verão, o Reino Unido foi atravessado por uma onda de greves sem precedentes. A principal reivindicação dos trabalhadores é aumento salarial, diante de uma inflação que chegou a 10,1% em julho e de novo em setembro, um nível que não se atingia desde 1982. Nas docas de Felixstowe e Liverpool, nas ferrovias, nos correios, no transporte público das grandes cidades e sobretudo na indústria manufatureira, os sindicatos consultaram seus membros e obtiveram ampla maioria em favor da paralisação do trabalho. Se algumas concessões foram conquistadas rapidamente no setor industrial, pela simples ameaça de ação, as greves foram longas no setor de transporte público e mais ainda nas docas e ferrovias. Após várias décadas de inércia, esse retorno do conflito social encerrou uma sequência marcada pela primazia das chamadas questões constitucionais, que haviam assegurado o domínio do Partido Conservador, o que não foi acompanhado, longe disso, pelo estreitamento dos laços entre o Partido Trabalhista (Labour) e os sindicatos.

A imprensa britânica logo começou a falar em um “verão do descontentamento”, em referência ao “inverno do descontentamento” de 1978-1979, quando uma série de greves atacou ferozmente as políticas de austeridade do governo trabalhista de James Callaghan. No entanto, as mobilizações do verão de 2022 lembram muito mais o “verão glorioso” de 1972:¹ a oposição ao teto dos aumentos salariais defendido pelo governo conservador de Edward Heath havia atingido os setores de mineração, ferrovias, docas e construção, passando pela indústria. Porém, a economia britânica experimentava, desde a década de 1960, o início de uma desindustrialização que se espalharia sob o efeito de crises monetárias e recessões. Os conflitos caíram no setor privado a partir de meados da década de 1970. O “inverno do descontentamento” de 1978-1979 foi uma espécie de transição, quando as paralisações

dos operários da Ford e dos trabalhadores rodoviários foram seguidas pela greve dos serviços públicos. Os conservadores, no poder de 1979 a 1997, minaram os bastiões históricos da luta dos trabalhadores: os combativos sindicatos da mineração e da impressão foram neutralizados após acirrados conflitos em meados dos anos 1980; as empresas de energia e das comunicações foram privatizadas na segunda metade da década. As comunidades locais, a educação e a saúde passaram a constituir o centro de gravidade do conflito social.

A recente onda de greves parece tanto mais notável quanto a legislação antissindical – introduzida sob Margaret Thatcher e John Major, mantida pelos trabalhistas e depois reforçada pelos conservadores a partir de 2010 – impede o recurso à ação: ela proíbe o bloqueio dos locais de trabalho, as greves de solidariedade e as reivindicações de caráter geral (como a defesa de conquistas relacionadas à aposentadoria). Sua violação expõe os funcionários à demissão e os sindicatos a processos judiciais. Nem direito individual nem prática coletiva regulamentada, a interrupção da atividade torna-se uma ação que cabe às organizações de trabalhadores organizar e fiscalizar. Impõem-se sobretudo a consulta dos membros, o voto de mais de metade dos inscritos e a obtenção de 50% dos votos a favor da cessação do trabalho (e até 40% do corpo votante nos setores-chave da economia). Desde a primavera, uma participação maciça e majoritária esmagadora garantiram, se não a vitória das greves, pelo menos sua existência. Tal quadro institucional, porém, limita a ação a setores nos quais as organizações sindicais estão suficientemente estabelecidas para buscar relações de força favoráveis. A taxa de sindicalização da população trabalhadora britânica, que se situava em 23,1% em 2021, oculta uma grande diferença: enquanto pouco mais da metade dos trabalhadores dos serviços públicos é sindicalizada, menos de 13% dos trabalhadores do setor privado o são.² Assim, o aumento dos salários

depende da mobilização dos poucos redutos sindicais do setor privado, nos transportes, nas docas, na indústria manufatureira e nos correios.

A esse respeito, Mick Lynch, secretário-geral do National Union of Rail, Maritime and Transport Workers (RMT, Sindicato Nacional dos Trabalhadores Ferroviários, Marítimos e de Transportes), o principal sindicato dos trabalhadores ferroviários, não parece sem fundamento ao afirmar que está lutando pela classe trabalhadora britânica como um todo. Ao anunciar seu retorno (“*The working class is back*”, “A classe trabalhadora está de volta”), ele convoca um imaginário capaz de reunir categorias populares britânicas brutalizadas por uma década de austeridade (à qual um estudo recente atribui 330 mil mortes).³ Mas também se trata de tentar acabar com o refluxo sindical iniciado nos anos 1980 e com a supressão da questão social do debate público. A última onda de protestos remonta aos anos de marasmo econômico, após a crise financeira de 2007-2008.⁴ Sob o governo trabalhista de Gordon Brown em 2008, greves salariais selvagens no setor público e privado de refinarias contra a terceirização e a concorrência de empresas da União Europeia que empregavam trabalhadores de países mais pobres da comunidade já levavam a mídia conservadora a falar em “verão do descontentamento”. Do outono de 2010 à primavera de 2012, as políticas de austeridade do governo de coalizão dominado pelos conservadores provocaram greves e manifestações maciçamente seguidas nos serviços públicos ou mesmo mobilizações estudantis contra o aumento dos custos da educação.

DESAFIOS IDENTITÁRIOS

O esgotamento desses protestos, simbolizado pela evacuação do principal acampamento do Occupy London em fevereiro de 2012, coincidiu com o surgimento da questão nacional na Escócia. Depois que o Partido Nacional Escocês (SNP), principal partido independentista do país, obteve maioria absoluta em

maio de 2011 no Parlamento de Edimburgo, o primeiro-ministro da Escócia, Alex Salmond, afirmou ter um mandato popular e, em outubro de 2012, seu governo e o do Reino Unido concordaram com a organização de um referendo sobre a independência até o fim de 2014. Pouco depois, em janeiro de 2013, David Cameron prometeu realizar um referendo sobre a manutenção ou não do Rei-



© Renato Caetano

no Unido na União Europeia em caso de vitória conservadora nas eleições marcadas para 2015. Iniciava-se assim uma longa sequência “constitucional”: de um lado, a emergência da questão escocesa e as molas nacionalistas da oposição à União Europeia polarizavam o debate em torno de questões identitárias e dividiam a esquerda britânica e o movimento sindical; de outro, essas divisões combinavam-se com o refluxo do conflito social após 2012 – em 2015, observou-se o menor número de dias de greves já registrado –, para deixar o campo aberto às reformulações nacionalistas da questão social, às quais se uniu parte das classes populares.

O SNP posiciona-se à esquerda desde a década de 1980, colhendo os frutos da decepção do eleitorado em relação aos trabalhistas: nas eleições para o Parlamento escocês em 2011, o partido avançou muito nos bairros populares de Glasgow e Edimburgo. Esse voto não significava necessariamente um apoio à causa da independência, da mesma forma que o voto trabalhista não revelava necessariamente uma oposição à independência: a questão nacional não era então o único nem o principal

determinante do voto. O referendo de 18 de setembro de 2014, marcado por uma elevadíssima taxa de participação (84,6%) e por uma votação elevada na independência (44,7%), refletia, porém, uma nova polarização do campo político escocês em torno da questão nacional, cuja ancoragem foi confirmada pelos escrutínios realizados desde então. O referendo de 2016 sobre a manutenção do Reino Unido na União Europeia também produziu uma nova polarização, estruturante pelo menos até o início de 2020, entre apoiadores e opositores do Brexit. Além disso, a questão da União Europeia colocou em dificuldades o Partido Trabalhista, unido desde a década de 1980 a uma comunidade econômica percebida como protetora diante da onda thatcherista, mas cuja ala esquerda continuava relutante ao liberalismo europeu. À esquerda do movimento sindical, o RMT apoiou a Coalizão Sindicalista e Socialista (Tusc) em favor da saída da União Europeia, depois de lançar a aliança No2EU – Yes to Democracy [Não à União Europeia – Sim à democracia], com organizações como o Partido Comunista, para trazer críticas de esquerda às eleições europeias de 2009.⁵

Mesmo que persistam os debates em torno das consequências da saída da União Europeia e que um novo referendo sobre a independência da Escócia possa ser realizado já em 2023, essa sequência institucional foi encerrada pelas eleições de dezembro de 2019, transformadas por Boris Johnson em um novo referendo sobre o Brexit. Os conservadores então sonhavam em ser um novo “Partido do Povo” (People’s Party), prometendo remediar o rebaixamento do norte da Inglaterra. Então a crise sanitária impôs outras questões, sobre o estado do serviço público de saúde e as deficiências do mercado. Foi sobretudo o aumento gradual do conflito social a partir do inverno de 2021-2022 que completou a transição para uma nova sequência.

No entanto, isso se passa em um contexto de desalinhamento entre o movimento sindical e o Partido Trabalhista. Desde sua criação, em 1900, como uma extensão parlamentar do movimento operário, o Partido Trabalhista ocupa um espaço central no seio da esquerda, reforçado pela manutenção de fortíssimas relações organizacionais e financeiras com os principais sindicatos. Essa relação foi marcada por tensões crescentes, quando os governos trabalhistas decepcionaram as expectativas sindicais, e por reconciliações, quando o partido, de volta à oposição, reconectou-se com organizações que, por sua vez, buscavam uma saída política para suas reivindicações. Assim, elas colocaram seus recursos financeiros e organizacionais a serviço do Partido Trabalhista durante as eleições de 2015, 2017 e 2019. Jeremy Corbyn, que foi alvo de ataques virulentos dentro de seu próprio movimento, desde antes de sua eleição como líder em 2015, chegou a contar com o apoio público e inabalável de Leonard McCluskey, secretário-geral do Unite, o principal sindicato do setor privado.

BOICOTE DAS CONTAS DE LUZ

Esse vínculo estreito foi muito enfraquecido desde a eleição de Keir Starmer para a liderança do partido e a ruptura com os anos Corbyn. Na mesma medida em que os dirigentes sindicais aceitaram seu próprio afastamento e a virada neoliberal do Partido Trabalhista nas décadas de 1980 e 1990 liderada por Neil Kinnock, John Smith e Tony Blair, a reorientação operada por Starmer colide com a lógica de novos dirigentes sindicais marcados pela esquerda e determinados a afirmar sua autonomia em relação ao partido. É o caso do RMT, expulso do Labour em 2004 depois que algumas de suas seções decidiram apoiar partidos políticos de esquerda radical. Mas é também o caso de organizações ainda filiadas ao partido: em 2015, Dave Ward foi eleito secretário-geral do CWU (sindicato dos trabalhadores dos correios), com a promessa de emancipação; no Unite, Sharon Graham substituiu McCluskey em

2021, em uma linha de redirecionamento dos recursos para a ação nos locais de trabalho. A atitude da direção trabalhista reforçou essa dinâmica. Se em um primeiro momento ele chegou a proibir os membros de seu gabinete paralelo de ir aos piquetes dos ferroviários, Starmer dedica-se, acima de tudo, a apresentar o Partido Trabalhista como o melhor aliado das direções das empresas.

As pesquisas dão aos trabalhistas esperanças de receber os votos de um eleitorado moderado; os ataques à libra esterlina e à dívida britânica reforçam essa estratégia oportunista. Para os mercados financeiros, se as tentativas do governo de Elizabeth Truss, que acabaram sendo abandonadas, de “redução de impostos não financiados em favor dos mais ricos foram a gota d’água, foi o teto dos preços [da energia] que encheu o pote até a boca”. Conforme explica o pesquisador Keir Milburn, essa medida, estimada em 150 bilhões de libras (R\$ 935 bilhões), foi anunciada no início de setembro, notadamente sob a pressão de um possível boicote às contas de energia.⁶ A campanha Don’t Pay conseguiu a mobilização de centenas de milhares de famílias, enquanto a coalizão Enough is Enough reuniu sindicatos, associações e deputados da esquerda trabalhista em torno de uma plataforma de reivindicações contra o aumento do custo de vida. Conscientes de suas próprias fragilidades, bem como dos limites impostos pelo quadro institucional, os sindicatos foram buscar novos aliados. Alianças necessárias quando se sabe que o novo chanceler do Tesouro, Jeremy Hunt, anunciou, em 17 de outubro de 2022, um retorno à austeridade orçamentária que poderia ser acompanhada por uma nova pressão antissindical. ●

***Marc Lenormand** é professor de Estudos Ingleses e Civilização Britânica na Universidade Paul Valéry, em Montpellier, França.



- 1 Ralph Darlington e Dave Lyddon, *Glorious Summer: Class struggle in Britain 1972* [Verão Glorioso: luta de classes no Reino Unido em 1972], Londres, Bookmarks, 2001.
- 2 Department for Business, Energy & Industrial Strategy, "Trade Union Membership, UK 1995-2021: Statistical Bulletin" [Associação Sindical, Reino Unido 1995-2021: Boletim Estatístico], 22 maio 2022.
- 3 David Walsh et al., "Bearing the burden of austerity: how do changing mortality rates in the UK compare between men and women?" [Suportando o fardo da austeridade: como se comparam as mudanças nas taxas de mortalidade no Reino Unido entre homens e mulheres?], *Journal of Epidemiology and Community Health*, Londres, out. 2022. Ver também Sanjay Basu e David Stuckler, "Quand l'austérité tue" [Quando a austeridade mata], *Le Monde Diplomatique*, out. 2014.
- 4 Ler Tony Wood, "Le mouvement social britannique sort de sa léthargie" [Movimento social britânico sai da letargia], *Le Monde Diplomatique*, jun. 2011.
- 5 Ler Owen Jones, "Colère sociale, vote à droite" [Insatisfação social, voto na direita], *Le Monde Diplomatique*, out. 2014.
- 6 Keir Milburn, "Don't pay took down Kwasi Kwarteng" [Don't Pay derrubou Kwasi Kwarteng], Novara Media, 18 out. 2022.

QUANDO AS NARRATIVAS NACIONAIS SE CHOCAM

Conflitos de fronteira na América Latina

Herdadas das independências, as fronteiras latino-americanas estão longe de ser sem importância. Muitas disputas opõem os países a seus vizinhos ou a uma potência europeia. As narrativas nacionais, muitas vezes reforçadas nos currículos escolares, alimentam a sacralização dos territórios e clamam pela recuperação de terras perdidas

POR ROMAIN DROOG*

Rosário de ilhas de areia branca no Caribe habitadas pela comunidade raizal, que vive principalmente da pesca, o arquipélago de San Andrés, na Colômbia, é a imagem de um cartão-postal. No entanto, desde uma decisão proferida pela Corte Internacional de Justiça da Organização das Nações Unidas (CIJ-ONU) em 21 de abril de 2022, os raizais tiveram de pendurar suas redes. As ilhas colombianas são um enclave em um mar territorial que acaba de ser reconhecido como pertencente à Nicarágua, o que torna ilegal a pesca nessas águas.

O arquipélago de San Andrés é apenas o exemplo mais recente de uma série de questionamentos de fronteiras, tanto marítimas como terrestres, no espaço latino-americano. Dos dezoito casos pendentes ou atualmente em julgamento no Tribunal de Haia, um terço diz respeito a disputas de fronteira entre países do continente. Além das divisões ideológicas, sociais e culturais, as tensões geográficas atravessam todas as sociedades latino-americanas e unem as comunidades nacionais: o perigo externo que paira sobre a fronteira, ao mesmo tempo concreto e imaginário, contribui para o sentimento de nação.

No papel, porém, o princípio que rege a delimitação territorial parecia muito claro. Quando se aproximavam as independências nacionais na região, majoritariamente ocorridas entre 1810 e 1822, a posse dos novos territórios remetia ao princípio conhecido como *uti possidetis juris*: “Como possuí, assim possuais”. O novo Império do Brasil optou por preservar sua unidade territorial traçando seus contornos sobre aqueles negociados durante o Tratado de Madri, de 1750. Seguindo a mesma regra jurídica, as nações emancipadas da Coroa Real espanhola retomaram os limites das estruturas administrativas subordinadas já existentes: o território da Real Audiência de Quito tornou-se o Equador, o Vice-Reino do Rio da Prata converteu-se na Argentina etc. As jovens repúblicas de então, mantidas pelas novas elites crioulas locais, pretendiam emancipar-se de

seu estatuto colonial sem desfazer completamente as estruturas institucionais (e sociais) imperiais.¹

No entanto, o princípio do *uti possidetis juris* esbarra em muitas armadilhas. Perseguindo a utopia de uma América Latina unificada, encarnada na figura de Simón Bolívar, os territórios onde hoje identificamos a Colômbia, o Panamá, a Venezuela e o Equador permaneceram unidos sob o brasão da Grã-Colômbia por décadas, até se separarem em 1831. A Argentina, por sua vez, havia muito dividida entre os interesses discordantes da capital e das províncias do interior, fragmentou-se em várias entidades antes de se refederalizar, por volta de 1860. Isso sem contar os inúmeros conflitos armados do século XIX que transformaram as fronteiras nacionais da região: a Guerra do Paraguai (1865-1870), que amputou metade do território paraguaio, a Guerra Mexicano-Americana (1846-1848) ou ainda a Guerra do Pacífico (1879-1884), entre o Chile, o Peru e a Bolívia, que deixou esta sem acesso ao mar.

A IMPORTÂNCIA CAPITAL DAS ARTES

Além disso, a lógica extrativista do Império Espanhol concentrava-se em alguns pontos estruturantes (como as minas, as grandes cidades e os portos), com base nos quais se organizava o restante do território. No momento das independências, grande parte do espaço das Américas permanecia pouco ou não explorada (como é o caso da imensa Floresta Amazônica e das infinitas planícies da Patagônia povoadas pelos mapuches) ou não mostrava nenhum pertencimento claro (como foi o caso do arquipélago de San Andrés, transferido durante a era colonial da capitania da Guatemala para o Vice-Reino de Nova Granada, atual Colômbia). Em uma área na qual até então as estruturas territoriais coloniais eram delimitadas de forma uníssona pela metrópole, as novas repúblicas estabeleceram suas regras de modo independente umas das outras, sem se preocuparem com os vizinhos. Essa polifonia levou ao desenvolvimento de romances nacio-

nais contraditórios na região, fonte de muitos conflitos territoriais.

Uma vez libertas do domínio colonial, as jovens elites latino-americanas começaram a trabalhar para assentar o destino de seu país em narrativas nacionais estruturantes. Tratava-se de teorizar-se como repúblicas independentes. A diversidade de populações e de realidades históricas dentro de um mesmo território obrigou esses líderes a criar, e depois alimentar, uma consciência nacional passível de ser compartilhada pelo conjunto da sociedade. As artes desempenharam aqui um papel fundamental: construiu-se um cânone cultural, uma literatura, um teatro, um folclore “puramente” nacionais. Compuseram-se hinos, criaram-se mitos populares, elevaram-se estátuas pela glória dos novos heróis da nação. Essas narrativas foram depois retransmitidas nas salas de aula, em um momento no qual o acesso à educação elementar começava a se generalizar.

Essas grandes epopeias espelhavam as narrativas dos países vizinhos e estavam enraizadas na questão territorial. Como aponta o cientista político equatoriano Adrián Bonilla em um artigo dedicado ao nacionalismo do Peru e do Equador: “A identidade, o sentimento de pertencimento, a ‘comunidade’ que se constrói e se vê como ‘Equador’ ou ‘Peru’ remete necessariamente a seu espaço físico, ainda mais quando existem universos paralelos de representações que tensionam a imagem nacional: a multiplicidade de expressões locais e culturais específicas, bem como a similitude das sociedades que têm mais ou menos a mesma história nacional, a mesma composição étnica e economias e recursos similares, sobretudo quando comparadas em escala mundial”.²

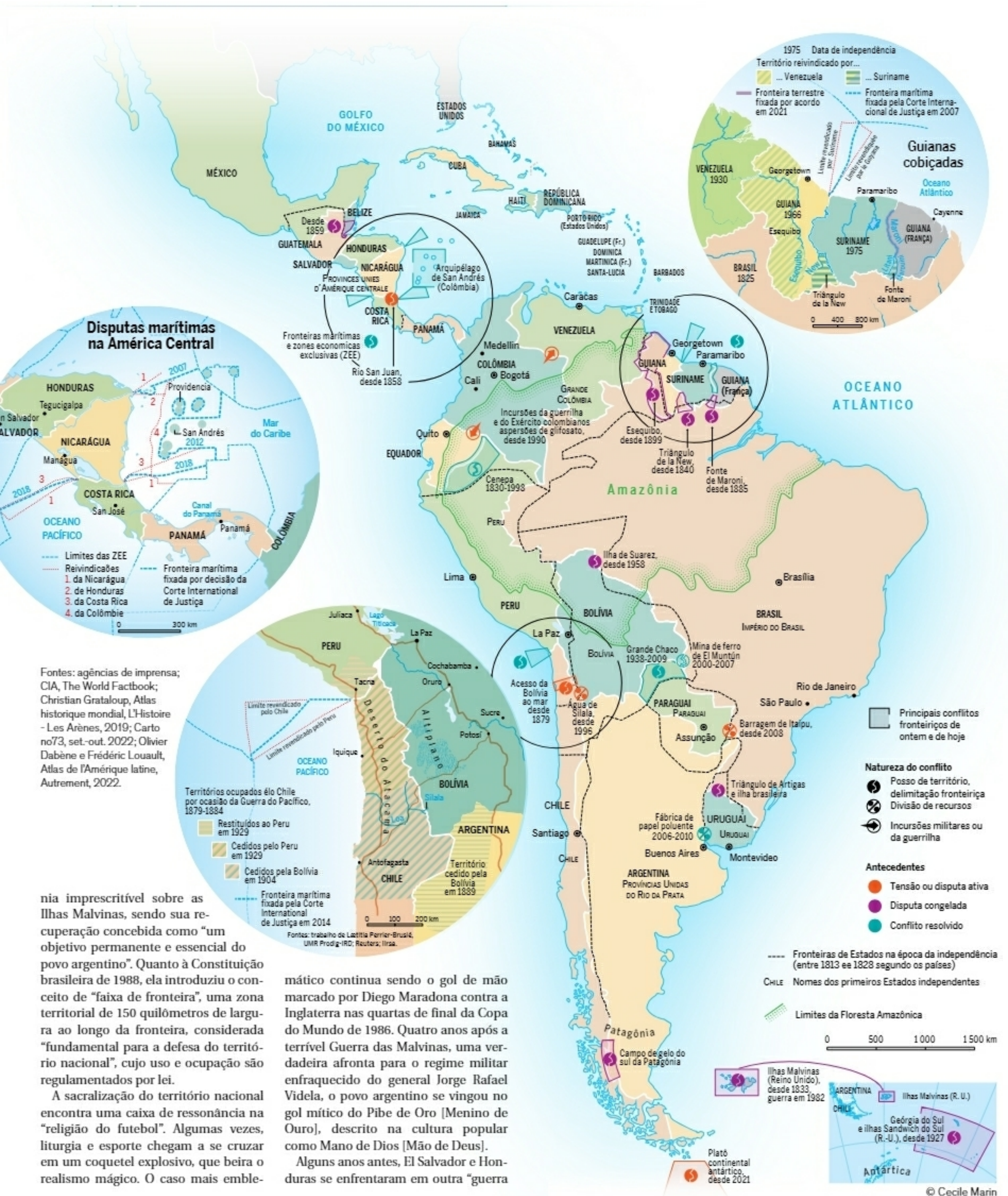
Em uma região como a América Latina, onde os recursos naturais são abundantes e diversos, a natureza faz parte do romance nacional. A disputa territorial entre o Peru e o Equador diz respeito a uma parte da Floresta Amazônica: foi ela que acabou levando à Guerra de Cenepa, em 1995, último conflito arma-

do na região. Do ponto de vista equatoriano, essa luta encontrou legitimidade na cosmovisão nacional. O país andino estruturou sua narrativa na premissa do Equador como nação amazônica, por isso perder o território de Cenepa (e consequentemente o acesso ao Rio Amazonas) representava um atentado à identidade nacional. A mesma situação aplicou-se à questão do acesso da Bolívia ao mar durante a Guerra do Pacífico (1879-1884).³ Considerando-se uma potência marítima (que aliás ainda possui uma força militar naval), a Bolívia vê esse conflito não apenas como uma ameaça de natureza econômica, mas também como uma violação de sua narrativa nacional.

Nessas condições, as disputas de fronteira constituem queixas legítimas: a exigência de recuperação de um membro amputado do corpo nacional. Com um sistema educacional funcionando como vetor de transmissão, as mentalidades perpetuam a grande narrativa nacionalista, de geração em geração. Na Argentina, por exemplo, as Ilhas Malvinas são sistematicamente incluídas nos mapas nacionais exibidos nas salas de aula. A Lei Nacional de Educação, em vigor desde 2006, afirma: “A luta pela recuperação de nossas Ilhas Malvinas, Geórgia do Sul e Sandwich do Sul fará parte do conteúdo curricular comum de todas as jurisdições”. Nesse clima, portanto, não surpreende que, em 1985, no fim da guerra, um estudo tenha mostrado que 73,6% da população do país estava convencida de que a Argentina perdeu territórios desde sua independência. Ter sido privada das Ilhas Malvinas parece mais forte do que os milhões de quilômetros quadrados tirados do Paraguai ou dos territórios mapuches da Patagônia durante a famosa “conquista do deserto”. Esse sentimento de perda aumenta proporcionalmente ao nível de escolaridade: 86% dos entrevistados com diploma de ensino superior contra 61% daqueles que cursaram apenas a escola primária. Quanto mais tempo os argentinos permanecem no sistema educacional, mais assimilam a doutrina nacionalista.

A RELIGIÃO DO FUTEBOL

Essa noção de luta territorial encontra seu apogeu quando é incorporada ao texto-fonte, ao DNA do Estado: sua Constituição. A questão territorial então se transforma em política de Estado. Para citar apenas alguns exemplos, o artigo 268 da Constituição boliviana declara seu “direito imprescritível ao território que lhe dá acesso ao Oceano Pacífico e seu espaço marítimo”. O artigo 10 da Constituição venezuelana de 1999 descreve o território nacional como aquele correspondente à “Capitania Geral da Venezuela de 1810” (incluindo *de facto* o território de Esequibo, em litígio com a vizinha Guiana). A Constituição argentina de 1994 afirma sua sobera-



nia imprescritível sobre as Ilhas Malvinas, sendo sua recuperação concebida como “um objetivo permanente e essencial do povo argentino”. Quanto à Constituição brasileira de 1988, ela introduziu o conceito de “faixa de fronteira”, uma zona territorial de 150 quilômetros de largura ao longo da fronteira, considerada “fundamental para a defesa do território nacional”, cujo uso e ocupação são regulamentados por lei.

A sacralização do território nacional encontra uma caixa de ressonância na “religião do futebol”. Algumas vezes, liturgia e esporte chegam a se cruzar em um coquetel explosivo, que beira o realismo mágico. O caso mais emble-

mático continua sendo o gol de mão marcado por Diego Maradona contra a Inglaterra nas quartas de final da Copa do Mundo de 1986. Quatro anos após a terrível Guerra das Malvinas, uma verdadeira afronta para o regime militar enfraquecido do general Jorge Rafael Videla, o povo argentino se vingou no gol mítico do Pibe de Ouro [Menino de Ouro], descrito na cultura popular como Mano de Dios [Mão de Deus].

Alguns anos antes, El Salvador e Honduras se enfrentaram em outra “guerra

do futebol". A inimizade entre os dois vizinhos, provocada pelas ondas de migração salvadorenha rumo a Honduras, violentamente repelidas por este último, foi habilmente mantida pelos regimes ditatoriais dos dois países. Ela se cristalizou nas eliminatórias da Copa do Mundo de 1970. A primeira partida entre as duas seleções, vencida por Honduras, provocou o suicídio de uma jovem salvadorenha de 18 anos, que não suportou a derrota de seu país. O tiro no coração provocou uma emoção nacional tão forte que o presidente salvadorenho e toda a seleção nacional de futebol estiveram presentes em seu funeral. Na partida de volta, disputada em El Salvador, o hotel onde a equipe de Honduras se hospedou foi sitiado. A equipe precisou de proteção do Exército para chegar ao palco onde, última provocação, os organizadores queimaram a bandeira hondurenha e a trocaram por um pano de prato no momento do hino nacional. Duas semanas depois estourou a guerra entre os dois países, um conflito relâmpago que durou quatro dias, resultando em 2 mil a 6 mil mortes.

Em resposta à sacralização dos conflitos territoriais, a Igreja Católica teve seu papel em alguns processos de paz na região. Desde os tempos coloniais, a instituição incentivou a Coroa espanhola ao trabalho cartográfico, de modo a explicitar a expansão do catolicismo pelo mundo. No século XX, ela voltou a pedir o mapeamento das fronteiras, mas com o objetivo de apaziguar os povos. O papa João Paulo II, por exemplo, esteve pessoalmente envolvido na resolução do conflito na Patagônia entre o Chile e a Argentina, bem como na obtenção de um cessar-fogo durante a Guerra de Cenepa.

Outros atores se destacaram na resolução de disputas territoriais, especialmente o Brasil. No início do século XIX, a definição das fronteiras nacionais, sobretudo na Amazônia, mostrou-se crucial para esse país. Cercado por uma miríade de jovens repúblicas, ansiosas para dar sua dentada em um bolo ainda não claramente dividido, o Brasil iniciou o processo de definição de suas fronteiras buscando manter a maior parte da floresta sob suas asas. A narrativa nacional do país amazônico por excelência é uma com a selva e seu rio (Amazônia), mãe de tudo e de todos. A geração dos românticos brasileiros das décadas de 1830-1840 construiu a imagem nacional em torno de uma natureza tropical primitiva idealizada. A exaltação dessa abundância natural serve de fundamento para a identidade nacional. Além disso, o Brasil faz fronteira com outros dez países, o que aumenta o risco de disputas territoriais. Assim, o colosso latino-americano logo decidiu profissionalizar seu corpo diplomático, encarregado de gerenciar essas novas relações de vizinhança.

Para além da definição de suas próprias fronteiras, na condição de po-



Herdadas das independências, as fronteiras latinas não são sem importância. Disputas opõem os países a seus vizinhos

tência regional e detentor de 70% da Floresta Amazônica, o Brasil zela pelo estabelecimento de demarcações claras com os territórios de seus vizinhos, de modo a evitar desestabilizações de escala regional. Assim, a República do Brasil esteve envolvida, como força mediadora, nas disputas territoriais amazônicas entre a Colômbia e o Peru (1932) e entre este e o Equador. Esse último conflito, latente desde a independência dos dois países, encontrou uma resolução parcial com o Acordo do Rio de Janeiro, de 1941. A Guerra de Cenepa terminou em 1998 graças à intervenção brasileira, com a assinatura dos Acordos de Brasília.

Enquanto as potências ocidentais estiveram frequentemente envolvidas na resolução de conflitos no início do século XX, notadamente os Estados Unidos, o Reino Unido e a França, as últimas décadas caracterizaram-se pelo uso de ferramentas regionais e multilaterais. Em alguns casos, países terceiros da vizinhança imediata serviram de fiadores. Foi o caso do conflito entre o Equador e o Peru, cujas negociações foram conduzidas por Argentina, Brasil, Chile e Estados Unidos. Alguns desses países, então garantidores da paz, foram eles próprios confrontados com seus conflitos territoriais, entre si ou com um dos beligerantes: a Argentina contra o Chile no sul da Patagônia, e o Chile contra o Peru na definição de sua fronteira marítima.

Em 1948, um grande número de países da região aderiu ao Pacto de Bogotá, que obrigou os signatários a considerar todos os instrumentos pacíficos de resolução de crise e priorizar as

instâncias regionais e a Corte Internacional de Justiça. Nem todos os conflitos foram evitados, mas a emoção que despertaram facilitou sua transferência para níveis regionais ou multilaterais, em um processo de desescalada. As sentenças mais recentes emitidas pelo Tribunal de Haia estão repletas de exemplos oriundos da América Latina: Bolívia contra Chile (2018), Costa Rica contra Nicarágua (2009, 2015 e 2018), Nicarágua contra Honduras (2007), Nicarágua contra Colômbia (2012 e 2022), Peru contra Chile (2014). Quanto à Organização dos Estados Americanos (OEA), ela tem um papel central na resolução pacífica dos eternos conflitos entre Guatemala e Belize (uma serpente marinha que dura desde 1859), bem como entre Honduras e El Salvador.

Essas disputas afetam as relações bilaterais entre os Estados latino-americanos. Elas permitem, no entanto, consolidar um espaço de diálogo regional capaz de desarmar algumas situações. Há algum tempo, na América Latina, as fronteiras aproximam mais do que dividem. O desenvolvimento de instituições supranacionais, a projeção internacional da América Latina como um continente de paz, a forte interdependência entre países fronteiriços (nos planos econômico, turístico, de segurança ou em questões migratórias) e a profissionalização dos corpos diplomáticos nacionais são parâmetros que facilitaram a pacificação das disputas territoriais nos últimos anos.

O exemplo mais recente remete ao ressurgimento da disputa pelas frontei-

ras marítimas entre o Chile e a Argentina, em setembro de 2021. A questão foi rapidamente absorvida pelos canais diplomáticos, para os quais um conflito armado parece desde então difícil de imaginar. No entanto, o reaparecimento do tema poucas semanas antes de prazos eleitorais cruciais para os governos então no poder demonstra a potencial instrumentalização da questão das fronteiras. Mas, como sugere Bonilla, o peso do nacionalismo na região reflete paradoxalmente a fragilidade das estruturas do Estado nessas áreas periféricas, onde populações e territórios são muitas vezes negligenciados: "Na ausência de elementos que preencham de substância a soberania estatal, esta privilegia o exercício da autoridade e a posse do território. Portanto, sua conservação ou acumulação adquire uma maior força simbólica e um papel central na legitimação da existência do ente estatal". No conceito de Estado-nação, quando o primeiro dos dois elementos vem a faltar, o outro às vezes assume.

***Romain Droog** é conselheiro econômico da Embaixada da Argentina na Bélgica e jornalista da associação Nouveaux Espaces Latins.

- 1 Ler Renaud Lambert, "Icare ou l'impossible démocratie latino-américaine" [Icaro ou a impossível democracia latino-americana], *Le Monde Diplomatique*, mar. 2021.
- 2 Adrián Bonilla, "Las imágenes nacionales y la guerra" [As imagens nacionais e a guerra], *Colombia Internacional*, n.40, Universidad de los Andes, Bogotá, 1997.
- 3 Ler Cédric Gouverneur, "La Bolivie les yeux vers les flots" [A Bolívia com os olhos voltados para o mar], *Le Monde Diplomatique*, set. 2015.

OS CONTRATOS DE MINERAÇÃO POLPUDOS DA FREEPORT-MCMORAN

Uma gigante do cobre na Indonésia

A Freeport-McMoRan é uma das maiores empresas de mineração listadas em Wall Street. Longe da lenda do chefe genial que começou do nada para dominar o mundo do cobre, os dirigentes da companhia se beneficiaram do apoio de políticos norte-americanos corruptos, golpes baixos da CIA, conluíus na América do Norte, na Papua Ocidental... E seguem atuando dessa forma

POR PHILIPPE PATAUD CÉLERIER*

Quando uma mineradora se alegra com seu futuro, é uma bênção para os acionistas e uma maldição para quase todo o resto. Quanto mais excepcionais são as jazidas que ela explora, mais excepcional é seu círculo de relações. E, por menos enraizado que ele seja na elite política e financeira do país mais poderoso do planeta, sua liberdade de ação será vertiginosa: sempre além dos lucros calculados, sempre aquém das responsabilidades assumidas. Entre a dezena de gigantes da mineração que arrasam os mais variados relevos de nosso planeta, a empresa norte-americana Freeport-McMoRan intriga pela enorme amplitude dos desastres que gera e pela pouquíssima repercussão que eles alcançam. Como explicar que essa mineradora associada a inumeráveis tragédias em nível ambiental, político, econômico, geopolítico, humano e social seja tão pouco conhecida do grande público?

Especializada na extração e produção de cobre, ouro, cobalto e molibdênio (utilizado principalmente para tornar o aço mais resistente a altas temperaturas), a mineradora sediada em Phoenix, Arizona, nos Estados Unidos, vai de vento em popa. Seu líder, Richard Adkerson, de 75 anos, está muito confiante. O preço do cobre, que teve uma forte queda com a pandemia de Covid-19, voltou a subir, impulsionado pelas grandiosas declarações do presidente dos Estados Unidos:¹ Joe Biden vai lutar contra o aquecimento global. No centro de sua nova política está a transição energética. Sua principal estratégia para isso consiste em transformar a maior indústria manufatureira do país: o setor automobilístico, com seus 285 milhões de veículos (97% deles a combustão), que ele quer substituir por veículos elétricos com uma pegada de carbono muito melhor... caso se ignore o impacto ecológico relacionado à extração dos metais raros indispensáveis à sua fabricação.

Um carro elétrico requer duas a quatro vezes mais cobre que seu equivalente a combustão. Com um carro produzido a cada dois minutos no mundo, a demanda e o preço do cobre só podem subir, a menos que nossas necessidades caiam, o que não parece uma tendência quando se sabe que em 2021 o sedutor

Tesla se tornou o primeiro veículo elétrico a entrar no Top 20 dos carros mais vendidos nos Estados Unidos. Adkerson é todo sorrisos. A mineradora é, desde 1988, a maior produtora mundial de cobre listada em Bolsa. Os acionistas da Freeport-McMoRan não têm com que se preocupar – desde que sua produção acompanhe a demanda e os consumidores permaneçam felizes em ignorar os processos nocivos necessários para a produção desses equipamentos considerados tão virtuosos.

DE ROCKFELLER A KISSINGER

Se a Freeport quisesse reduzir a pegada de carbono de sua atividade mineradora, não faltariam meios para isso. Em 2006, ela desembolsou US\$ 25,9 bilhões para adquirir a norte-americana Phelps Dodge,² uma oferta muito atrativa para os acionistas dessa gigante do cobre. Assim, a companhia pôs as mãos em 60% da produção de cobre dos Estados Unidos, incluindo o vasto distrito mineiro de Morenci, a maior jazida do Arizona (37% da produção nacional). E também nas minas chilenas de El Abra, nas peruanas de Cerro Verde e ainda na mina de Tenke Fungurume (cobre e cobalto), na República Democrática do Congo, vendida em 2016 à China Molybdenum após arriscados investimentos em recursos fósseis.³ No entanto, essa transação financeira sem precedentes pela magnitude do valor relatado é recebida com moderação pelo mundo da mineração. A Freeport não apenas se apoderou de um ator histórico (fundado em 1834) muito maior do que ela própria, mas também o fez usando fundos advindos essencialmente de uma área de mineração explorada sem nenhuma transparência a mais de 13 mil quilômetros dos Estados Unidos, na ilha de Nova Guiné, na parte ocidental desse território papua violentamente anexado pelos indonésios em 1963.

Como a Freeport – originalmente Freeport Sulphur Company, uma empresa do Texas – conseguiu descobrir e depois explorar, a mais de 4 mil metros de altitude, em uma das cadeias montanhosas mais inacessíveis do planeta (a “montanha de minério”, ou Ertsberg em neerlandês), o complexo mineiro Ertsberg-Grasberg, com um excepcional potencial de exploração de cobre e ouro?

Para entender como a empresa norte-americana negociou essa concessão, em 1967, é necessário remontar ao contexto da Guerra Fria, que opôs as duas grandes potências do pós-guerra – Estados Unidos e União Soviética – na luta para impor cada uma sua ideologia sobre os países recém-descolonizados, entre eles a jovem República da Indonésia, libertada do jugo holandês (1945-1949) pelo carismático general Sukarno. Nacionalista fervoroso, apóstolo do não alinhamento, ardente defensor da soberania econômica, Sukarno liderou um dos países mais vastos e ricos do Sudeste Asiático, e também o mais populoso, com 100 milhões de habitantes. Pouco a pouco, as fileiras do Partido Comunista da Indonésia (PKI) – o maior fora do bloco sino-soviético – foram engrossando, uma fonte de preocupação para os Estados Unidos, que Sukarno agravou ao ameaçar os norte-americanos de unir-se ao campo soviético caso eles não forçassem a Holanda a ceder sua última possessão colonial, a Nova Guiné Holandesa. Os holandeses, porém, pretendiam entregá-la a seus únicos e legítimos proprietários, os papuas, seguindo o princípio do direito dos povos de dispor de si mesmos... mas não de suas riquezas. Os ocupantes estavam bem cientes das fabulosas reservas papuas descobertas em 1936 pela Companhia Holandesa de Petróleo da Nova Guiné Holandesa, assim como a Standard Oil Company, controladora do império petrolífero do bilionário norte-americano John D. Rockefeller, que assumira o controle alguns meses antes, graças a um arranjo jurídico realizado por um de seus mais eminentes advogados, Allen Dulles. Este último veio juntar-se a seu irmão mais velho, John Foster, diretor associado, em um dos escritórios de advocacia internacionais mais influentes, Sullivan & Cromwell.⁴

Aqui, poder financeiro e líderes políticos se encontram. Ao ministro alemão da Economia do Terceiro Reich, Hjalmar Schacht, John Foster Dulles abriu seus contatos na indústria, mineração e setor bancário para ajudar o Partido Nazista a financiar e equipar seu Exército,⁵ o que não trouxe o menor dano para sua carreira política. Ele se tornaria secretário de Estado dos Estados Unidos (1953-1959), e seu irmão Allen seria o primeiro dire-

tor civil (1953-1961) da CIA. Afinal, os irmãos Dulles só estavam preocupados em acabar com a ideologia comunista e em defender – mediante uma comissão – os interesses dos Estados Unidos. O poder norte-americano dependia sobretudo da expansão de suas multinacionais petrolíferas e mineiras, consciente do vínculo simbiótico que une recursos naturais, meios econômicos e poder militar.

Na Indonésia, a determinação de Sukarno e a teimosia da Holanda preocupavam o governo dos Estados Unidos, assim como frustravam os interesses das *Big Oil*, mineradoras ávidas por explorar o subsolo papua. A Freeport Sulphur estava entre as que mais pressionavam, sobretudo depois de seus reveses em Cuba: ela perdeu todos os investimentos e ativos em mineração no país, nacionalizada pelo novo líder Fidel Castro após a derrubada do ditador Batista, longamente apoiado pelos Estados Unidos.⁶ Essa perda, estimada em quase US\$ 100 milhões, atingiu todos aqueles que haviam atuado – acionistas, bancos, círculos empresariais, escritórios de advocacia, inclusive a Sullivan & Cromwell – para garantir que o grupo pudesse contar com as condições contratuais ideais. Entre seus influentes beneficiários e protetores: John Hay Whitney (1904-1982), um dos criadores do capital de risco e principal acionista fundador da Freeport Sulphur. Diretor do *New York Herald Tribune* e embaixador dos Estados Unidos no Reino Unido (1957-1961), Whitney apoiou financeiramente a campanha presidencial de Dwight D. Eisenhower (1953-1961). Este, uma vez eleito, passou todas as operações realizadas pela CIA para a direção da “companhia Dulles and Dulles”.

Nessa prestigiosa genealogia empresarial destacam-se eminentes figuras: Godfrey S. Rockefeller, sobrinho do bilionário homônimo; Robert Lovett, secretário da Defesa (1951-1953) de Harry Truman e um dos “arquitetos da Guerra Fria”; o almirante Arleigh Burke, organizador, com Allen Dulles, da desastrosa operação cubana conhecida como Baía dos Porcos, que tentou derrubar Fidel Castro. Sem esquecer Henri Kissinger, secretário de Estado dos presidentes Richard Nixon e John Ford (1973-1976), antes de ingressar no Conselho de Administração

da Freeport. Um conjunto de personalidades capazes de cumprir tarefas ambiciosas: expulsar os holandeses, liquidar o PKI e substituir habilmente o populárrimo Sukarno, refratário a qualquer interesse extranacional, por um sucessor dotado de qualidades mais oportunas e pronto a dar aos Estados Unidos um cheque em branco para explorar os recursos naturais do arquipélago. Esse homem providencial foi o general Suharto, que, desde 1962, comandava as Forças de Reserva Estratégica (Kostrad) de paraquedistas da Nova Guiné Ocidental, então ocupada pelos holandeses.

GOLPE DE ESTADO OPORTUNO

Pelo Acordo de Nova York (15 ago. 1962), a Holanda acabou sendo forçada a transferir para a Indonésia a Nova Guiné Ocidental, em 1º de maio de 1963, garantindo aos papuas um referendo de autodeterminação. O simulacro de referendo foi organizado em 1969 pelos indonésios, após seis anos de ocupação e várias dezenas de milhares de papuas assassinados.⁷ O presidente Sukarno foi deposto por um golpe de Estado (30 set. 1965) tramado por Suharto e pela CIA, que forneceu as armas e a lista de membros (ou supostos membros) do PKI a serem assassinados.⁸ Tudo sob a direção do Departamento de Estado dos Estados Unidos e aprovado pelo Foreign Intelligence Advisory Board (Conselho Consultivo de Inteligência Estrangeira), que inclui entre seus membros o ex-coordenador de suprimentos de petróleo para as forças aliadas durante a Segunda Guerra Mundial: Augustus Long, diretor da poderosa companhia petrolífera Texaco e membro influente do conselho de administração da Freeport.

Enquanto o golpe de Estado lavava o arquipélago em sangue, fazendo entre 1 milhão e 2 milhões de vítimas com métodos tão eficazes que fizeram escola na América Latina sob o nome de “Método Jacarta”,⁹ as equipes da Freeport se estabeleciam nas reservas de Ertsberg. Em abril de 1967, a Freeport Sulphur criou sua subsidiária na Indonésia: a PT-Freeport Indonesia (PT-FI). A companhia assinou então o primeiro contrato de uma empresa estrangeira com o novo regime do general Suharto. Cláusulas contratuais inéditas concederam-lhe direitos exclusivos de mineração por trinta anos sobre uma concessão de 250 mil hectares isentos de arrendamento, *royalties* e impostos nos três primeiros anos de exploração rentável. Essas exigências foram impostas pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos por recomendação da Freeport, que assegurou o potencial de mineração de Ertsberg. Para o general Suharto, esse contrato desequilibrado era uma forma de assegurar o apoio da genealogia político-econômica mais influente dos Estados Unidos. A Indonésia abriu-se aos investimentos norte-americanos sob a prote-

ção tutelar de Washington, que também garantiu os primeiros empréstimos colossais necessários para dar a partida no projeto de mineração.¹⁰ O regime ditatorial de Suharto tinha vindo para ficar. A mensagem era clara.

Enquanto o golpe de Estado lavava o arquipélago de sangue, as equipes da Freeport se estabeleciam nas reservas de Ertsberg

Essa era a realidade também para as populações papuas desapropriadas de suas terras, espoliadas de todos os direitos, sem nenhuma contrapartida para compensar e limitar os efeitos devastadores da mineração, apesar dos colossais recursos da Freeport. A Bechtel, gigante mundial em infraestrutura petrolífera, liderada pelo ex-secretário do Tesouro de Nixon, Georges P. Schultz (1974-1982) – e depois secretário de Estado de Ronald Reagan –, prestou sua assistência. Localizadas a 4.270 metros de altitude, essas minas a céu aberto seriam verdadeiramente inexpugnáveis sem o apoio de soluções técnicas excepcionais para realizar as múltiplas e complexas operações mecânicas e químicas necessárias à extração de metais preciosos. Com uma média de 1 grama de ouro por tonelada de minério processado, os volumes de resíduos de mineração descarregados – até 700 mil toneladas de rocha estéril por dia e 240 mil toneladas de minério em média por dia – são difíceis de imaginar. Montanhas de lama sulfurosa, envenenadas por metais pesados (arsênico, cádmio, selênio etc.) e instáveis pela fermentação química e infladas pelas precipitações tropicais, desabaram com a violência de um tsunami, varrendo vilas inteiras e seus habitantes. Ao longo das décadas, foram vários bilhões de toneladas de rejeitos de mineração embebidos em milhões de litros de produtos químicos liberados na natureza, envenenando a rede hidrográfica até o estuário do Mar de Arafura.¹¹

PRESIDENTE INDONÉSIO NEGOCIA

Quem se importa com essas consequências sociais, humanas e sanitárias? Até a grande greve de 2011, a maioria dos mineiros trabalhava por US\$ 1,5 por hora, e a Freeport acumulava US\$ 19 bilhões de receita líquida, apesar de gastar somas vertiginosas (quase US\$ 80 milhões de 1998 a 2008) alocadas para entidades policiais e militares – TNI (o Exército nacional indonésio), Kopassus (forças especiais do Exército), Brimob (briga da móvel) – encarregadas de garantir a segurança das instalações,¹² ou seja, arrasar revoltas locais, destruir movimentos sociais e até fazer provocações para

justificar mortes. Quantos líderes foram assassinados por se oporem às ações predatórias da gigante da mineração?

Estando a região fechada a todos os observadores, as raras informações que chegam até nós são imediatamente sufocadas pelas empresas, com grande ajuda de processos judiciais, doações amplamente divulgadas pela mídia e pressões políticas. Como a que exerceu Kissinger, em 1995, para que a Overseas Private Investment Corporation (Opic) mantivesse sua cobertura de seguro sobre as atividades de mineração da Freeport, por uma taxa anual de US\$ 600 mil.¹³

Se as primeiras exportações de concentrado de cobre das minas de Ertsberg trouxeram ao governo indonésio cerca de US\$ 450 milhões no total (impostos, taxas diversas, *royalties*) entre 1975 e 1985, com a Freeport obtendo um lucro líquido estimado em cerca de US\$ 3,4 bilhões entre 1975 e 1989, essa receita explodiu após o início das extrações da área vizinha de Grasberg. Nessa jazida cujas reservas já foram estimadas em US\$ 40 bilhões, um novo contrato foi rapidamente negociado em 1991, com duração de trinta anos. A ideia principal era que ambas as partes pudessem tirar o máximo proveito desse

maná antes que um novo impulso democrático viesse a solapar o reinado de um envelhecido Suharto.

Para aumentar a capacidade produtiva de sua mina, a Freeport, após entrar na Bolsa de Valores de Nova York (1988) sob o nome de Freeport-McMoRan Copper, abriu em 40% o capital de sua subsidiária FT-PI para a gigante mineradora Rio Tinto, conhecida, entre outras coisas, pelas mortes causadas na Ilha de Bougainville, onde operava a mina Panguna, em Papua Nova Guiné, país irmão (a operação, de 1972 a 1989, realizava-se em condições humanas e ambientais que acabaram levando a uma guerra civil com um saldo de 20 mil mortes).

Os resultados são proporcionais aos colossais investimentos. Em 1999, Grasberg produziu em um único ano duas vezes mais minério do que a produção total de Ertsberg em quinze anos. De 1990 a 2019, foram 528 bilhões de onças de cobre e 53 milhões de onças de ouro extraídos do distrito mineiro de Grasberg (minas a céu aberto e subterrâneas), estimadas entre US\$ 80 bilhões e 120 bilhões,¹⁴ com as consequências de acabar definitivamente com o futuro dos papuas e multiplicar negócios e



A extração de cobre, ouro e cobalto, da Freeport-McMoRan vai de vento em popa

empresas corruptas com ramificações nebulosas.¹⁵ Em 2004, a ONG Transparência Internacional classificou Suharto como o “líder mundial mais corrupto dos últimos vinte anos”, com um enriquecimento estimado em cerca de US\$ 30 bilhões. Isso é quase três vezes o reportado pela FT-PI, maior pagadora de impostos da Indonésia (US\$ 10,2 bilhões entre 1991 e 2021).

Com a epopeia de Suharto encerrada em 1998, a soberania econômica tornou-se a palavra de ordem dos presidentes que o sucederam. O alvo: a FT-PI. Teve início um confronto entre a mineradora norte-americana e o atual dirigente, Joko Widodo, que paralisou as operações e condenou um quarto de seus 32 mil trabalhadores a demissões sumárias com consequências fatais para uma centena deles. A Freeport acabou cedendo 51% de sua subsidiária, sendo 40% detidos pela Rio Tinto, à PT Inalum, uma companhia estatal. No entanto, o grupo norte-americano, que também se viu obrigado a construir uma fundição, conseguiu ampliar novas galerias subterrâneas para explorar as promissoras entranhas do Grasberg, bem como estender seus direitos de mineração até 2041.

A negociação foi tensa entre Adkerson, presidente da Freeport pressionado pelos acionistas, e Widodo, então em busca de um segundo mandato presidencial. Uma luta nacionalista que, no entanto, não deve nem ter assustado os investidores estrangeiros nem ameaçado os interesses dos últimos acionistas da Freeport – entre eles o bilionário Carl Icahn, conselheiro especial de Donald Trump quando este estava no poder, e o poderoso gestor de ativos BlackRock. Privados das negociações, os papuas ganharam unicamente um desastre ecológico, estimado em mais de US\$ 13 bilhões,¹⁶ se é que se pode avaliar financeiramente seus efeitos mortais para as gerações futuras.

Tendo a FT-PI passado parcialmente para as mãos da Indonésia, a empresa matriz foi na prática exonerada de qualquer responsabilidade criminal por suas atividades na Papua, um ponto positivo – negociado? – que lhe permitiu fortalecer suas operações de mineração na América do Norte e do Sul, cujos países têm legislações mais restritivas e propícias a custos operacionais mais elevados. No Arizona, onde a Freeport possui minas de cobre

muito lucrativas, seu desenvolvimento é cada vez mais criticado. A água, um bem raro nessas terras áridas e principal recurso para a indústria da mineração, está se tornando mais escassa com as mudanças climáticas. Desenvolver as capacidades extrativas de uma mina aumenta o consumo desse recurso e amplia as áreas de armazenamento dedicadas aos rejeitos.

TERRAS AMERÍNDIAS EXPLORADAS

Para sua mina de Bagdad, no Arizona, a Freeport acaba de adquirir do Departamento de Terras do Estado um território maior que a Ilha de Manhattan (65 km²), em troca de US\$ 13,5 milhões. A venda foi imediatamente contestada por onze comunidades ameríndias (Hopi, Navajo, Zuni...), pois para elas essas terras cheias de sítios históricos são sagradas. Para a eventualidade de um processo, a Freeport já aprovou uma caução de US\$ 500 mil. Uma ninharia entre as condenações judiciais às quais responde no nível de milhões de dólares¹⁷ ou em termos de “humanismo”, já que a mineradora se destaca no campo da filantropia: doações para atividades comunitárias, bolsas de estudo, programas de capacitação etc. revelam-se argumentos relevantes. Sem esquecer o mais relevante deles: o emprego e suas consequências econômicas. Cerca de 3.500 funcionários para as minas de Morenci e Bagdad (três vezes mais se forem considerados os empregos indiretos), gerando US\$ 1,213 bilhão em benefícios econômicos para o estado do Arizona em 2020¹⁸ – um maná para os políticos envolvidos.

No entanto, a mineração preocupa seu líder: “Aumentar a produção de cobre para atender à crescente demanda pela transição para uma energia limpa está se tornando cada vez mais difícil [...]”. As empresas e as comunidades locais resistem à criação de novas minas, e os políticos querem uma fatia maior do lucro”, comenta Adkerson. Ele critica as regras comunitárias e ambientais mais rigorosas, bem como “o peso crescente dos impostos sobre as atividades de mineração” exigidos pelos governos do Chile e do Peru, os dois maiores produtores de cobre do mundo, em cujos territórios a Freeport gostaria de se desenvolver ainda mais.¹⁹ As receitas de mineração do grupo chegaram a US\$ 22,8 bilhões em 2021, com um lucro líquido de US\$ 4,3 bilhões, um aumento de 619% em relação a 2020. Adkerson é todo sorrisos. Mais do que nunca, a Freeport vai de vento em popa.

*Philippe Pataud Célerier é jornalista.



© Dominik Vanyi/Unsplash

- 2 “Cooper giant Freeport-McMoRan buying rival” [Gigante do cobre Freeport-McMoRan compra rival], NBC news, 20 nov. 2006.
- 3 “RD Congo: l’américain Freeport-McMoRan cède une mine de cuivre pour 2,6 milliards de dollars à un groupe chinois” [República Democrática do Congo: companhia norte-americana Freeport-McMoRan vende mina de cobre por US\$ 2,6 bilhões a grupo chinês], *Jeune Afrique*, Paris, 9 maio 2016.
- 4 Greg Poulgrain, *JFK vs. Allen Dulles*, Skyhorse Publishing, Nova York, 2020.
- 5 Stephen Kinzer, *The Brothers* [Os irmãos], St Martin’s Griffin, Nova York, 2013.
- 6 “Memorandum by the deputy assistant secretary of State for inter-american affairs (Mann) to the assistant secretary of State for inter-american affairs (Cabot)” [Memorando do vice-secretário de Estado adjunto para assuntos inter-americanos (Mann) ao secretário de Estado adjunto para assuntos interamericanos (Cabot)]. In: “Foreign relations of the United States, 1952-1954, the American republics” [Relações exteriores dos Estados Unidos, 1952-1954, as repúblicas americanas], v.IV, 23 mar. 1953. Disponível em: www.history.state.gov.
- 7 Ler “Nettoyage ethnique en Papouasie” [Limpeza étnica na Papua], *Le Monde Diplomatique*, dez. 2019.
- 8 Ler Lena Bjurström, “Indonésie 1965, mémoire de l’impunité” [Indonésia 1965, memória da impunidade], *Le Monde Diplomatique*, dez. 2015.
- 9 Ver Vincent Bevins, “The Jakarta method” [O método Jacarta], *Public Affairs*, Nova York, 2020; e Geoffrey B. Robinson, *The killing season, A history of the Indonesian, 1965-66* [A temporada da morte. Uma história da Indonésia, 1965-66], Princeton University Press, Oxford, 2019.
- 10 Bradley R. Simpson, *Economists with guns, Authoritarian Development and U.S.-Indonesian Relations, 1960-1968* [Economistas armados. Desenvolvimento autoritário e as relações entre Estados Unidos e Indonésia, 1960-1968], Stanford University Press, 2008.
- 11 Relatório “PT Freeport Indonesia and its trail of violations in Papua: human, labour and environmental rights” [PT Freeport Indonésia e seu rastro de violações em Papua: direitos humanos, trabalhistas e ambientais], International Coalition for Papua (ICP), Wuppertal, 2020. Disponível em: <https://humanrightspapua.org>.
- 12 Ver Denise Leith, *The Politics of power* [A política do poder], University of Hawai’i Press, Honolulu, 2003.
- 13 Ler “Les Papous dépossédés de l’Irian Jaya” [Os papuas espoliados de Irian Jaya], *Le Monde Diplomatique*, out. 1996.
- 14 “Highlights on Indonesia’s copper industry” [Destaques da indústria de cobre da Indonésia], Deloitte Indonesia Perspectives (2. ed.), fev. 2021.
- 15 Cf. Bambang Slamet Riyadi e Muhammad Mustofa, “Corruption culture on managing natural resources: the case political crime ‘Papa asking stock of PT. Freeport Indonesia’” [A cultura da corrupção na gestão dos recursos naturais: o caso do crime político ‘Papa asking stock of PT. Freeport Indonésia’], *International Journal of Criminology and Sociology*, 2020.
- 16 Bastien Gokkon, “With its \$3.85b mine takeover, Indonesia inherits a \$13b pollution problem” [Com aquisição de mina de US\$ 3,85 bilhões, Indonésia herda um problema de poluição de US\$ 13 bilhões], Mongabay, 14 jan. 2019. Disponível em: <https://news.mongabay>.
- 17 Cf. “Freeport McMoRan slapped with \$6.8 million fine” [Freeport-McMoRan multada em US\$ 6,8 milhões], Mining.com, 26 abr. 2012.
- 18 Steven Hsieh, “Arizona quietly sells 16810 acres to Freeport-Mc-Moran for mining waste” [Arizona vende silenciosamente 16.810 acres à Freeport-McMoRan para depósito de rejeitos de mineração], *Phoenix New Times*, 31 jan. 2020.
- 19 James Attwood, “Politics are turning against copper miners, Freeport-McMoRan” [Política está se voltando contra mineradoras de cobre, Freeport-McMoRan], Bloomberg, Nova York, 26 jan. 2022.

1 “Freeport eyes U.S. expansions as Biden’s EV plan boosts copper demand” [Freeport está de olho nas expansões nos Estados Unidos, pois plano de Biden para veículos elétricos aumenta a demanda por cobre], Reuters, 25 jan. 2021.

POLÍCIA MORAL, CORRUPÇÃO E CUSTO DE VIDA

Iranianas acendem o fogo da revolta

Uma revolta contra a obrigatoriedade do véu? Certamente. Porém, o levante que abala a República Islâmica não se limita a isso. Os fundamentos do regime estão sendo atacados e diversas categorias da população unem-se por uma frustração generalizada. Embora o resultado da revolta seja incerto em razão da brutal repressão, a vontade de mudança permanece intacta

POR MITRA KEYVAN*

“Mulher, vida, liberdade!”, “Não vamos deixar isso acontecer mais!”, “Morte ao ditador!”. Essas palavras de ordem, ouvidas nas ruas de Teerã e em mais de oitenta cidades do país, resumem a determinação de manifestantes mulheres, mas não só, decididas a lutar com o poder. Tudo começou no dia 13 de setembro. Os agentes da polícia moral (*Gasht-e Ershad*) prenderam uma jovem de 22 anos de origem curda, Mahsa Amini, por causa de um véu que consideraram inadequado – uma queixa comum que milhares de mulheres iranianas enfrentam diariamente. Amini morreu três dias depois

no hospital para onde foi transferida em coma, e o funeral em sua cidade natal, Saghez, no Curdistão iraniano, foi seguido por uma explosão de raiva que se espalhou por todo o país.

Por toda parte, o muro do medo está cedendo e as mulheres assumem riscos consideráveis ao desafiar o regime nas ruas. Apesar das interrupções da internet orquestradas pelas autoridades, as redes sociais retransmitem imagens de mulheres queimando seus lenços em um gesto que lembra estranhamente as bandeiras norte-americanas outrora carbonizadas nas mesmas ruas pela multidão.¹ Em Saghez, a família da vítima contesta a versão oficial de sua

morte – por antecedentes médicos – e suspeita que as brutalidades pelas quais a polícia moral muitas vezes é acusada sejam responsáveis pela morte daquela que agora se tornou um “mártir”.

Apesar da repressão cada vez mais dura – as forças da ordem muitas vezes atiram com munição real –, o objeto de protesto rapidamente se expandiu. De início, a preocupação essencial era o questionamento do poder concedido à polícia moral e da obrigação de usar o véu, em vigor desde 1983. Muito rapidamente, contudo, os próprios fundamentos do regime passaram a ser atacados, como demonstram as palavras de ordem “Não queremos a República Islâmi-

ca! Não queremos!”. O Irã já experimentou várias ondas de protesto popular no passado, mas nenhuma apresentou tamanha magnitude nem tamanha audiência entre a população iraniana e no exterior. Em junho de 2009, o “movimento verde” rejeitou a reeleição do presidente Mahmoud Ahmadinejad, denunciando a não integridade das urnas.² O mote “Onde está meu voto?” mobilizou naquele momento as classes médias e altas, mas mal chegou às áreas rurais. No fim de 2017, diferentes grupos sociais das camadas mais desfavorecidas se mobilizaram separadamente para protestar contra a redução de subsídios e o aumento de combustíveis e diversos alimentos básicos. Por fim, em 2019, as mesmas motivações econômicas mobilizaram as classes trabalhadoras e a pequena burguesia, principalmente nas pequenas cidades e nas periferias pobres dos grandes centros urbanos. Em todas essas ocasiões, a repressão implacável nas ruas e as milhares de prisões dissiparam os movimentos.

10% NÃO TÊM O QUE COMER

Desta vez, o regime enfrenta uma expressão de frustração generalizada e o forte envolvimento das mulheres e jovens do país. Quase 51% dos iranianos têm menos de 30 anos, em uma população de 86 milhões, dos quais três quartos são urbana. Esses jovens estão fartos de viver de forma restrita, onde tudo o que pode parecer normal em outro lugar



– como o simples fato de ouvir música com os amigos na rua – resulta em complicações.³ “A dignidade humana está no centro desse movimento. É como se as pessoas quisessem recuperar a juventude perdida e expressar o desejo de uma existência normal e digna”, observa o sociólogo Assef Bayat. Soma-se a isso a extensão geográfica dos protestos, que não se limitam aos centros urbanos e atingem também áreas remotas. O Curdistão e o Beluquístão, particularmente na cidade de Zahedan, vivem os confrontos mais violentos.

A situação econômica ruim tem um grande peso na cólera dos iranianos, sobrecarregados por uma inflação de cerca de 40%. Uma das promessas eleitorais de Ebrahim Raisi foi agir para melhorar a vida cotidiana de seus concidadãos. No entanto, pouco foi mudado desde sua eleição como presidente da República Islâmica em junho de 2021. O governo, ao contrário, até adotou um pacote de medidas de austeridade, como redução de alguns subsídios a produtos alimentícios básicos, culpando as sanções impostas ao Irã para impedir o país de desenvolver seu programa nuclear. “O poder de compra dos iranianos caiu drasticamente; eles têm dificuldade em comprar produtos de primeira necessidade; o consumo de carne, ovos e laticínios caiu 50%”, observou, em maio passado, o jornal econômico *Jahan-e-Sanat*, que afirma que cerca de 45% dos iranianos vivem abaixo da linha da pobreza e que 10% deles não têm nada para comer.⁴

Com as dificuldades econômicas que continuam a agravar-se, a população tem de lidar com uma corrupção endêmica que nada parece conseguir superar. Apesar das promessas das autoridades, *fessad* [corrupção] e *reshveh* [suborno] regem não apenas a vida cotidiana, mas também a das empresas, em um país onde mais de dois terços do PIB dependem de empresas e organismos públicos ou semipúblicos. No fim de agosto, a imprensa oficial noticiou um relatório parlamentar denunciando o desvio de US\$ 3 bilhões na administração do maior produtor de aço do Irã, Foulad Mobarakeh. No pro-

cesso, o título da siderúrgica foi suspenso na Bolsa de Valores de Teerã, porém, nas redes sociais, os internautas expressam sua pouca convicção quanto às possíveis consequências jurídicas do caso.

Outra característica do levante é a ausência de uma liderança política ou coordenação reconhecida. Esse caráter horizontal, específico de outros movimentos no mundo, é explicado, em particular, pela repressão e pela fragmentação das forças de oposição política dentro do país e pelo medo de represálias. Também ecoa a falta de clareza sobre as relações de força que permeiam o poder iraniano. Por fim, a audiência do movimento não seria a mesma sem o papel ativo da mídia de língua persa financiada pelos países ocidentais ou pelas monarquias do Golfo e que faz o papel de retransmissora dos vídeos das manifestações. Em 2018, o *The Guardian* afirmou que o ativo canal de televisão *Iran International (II)* seria financiado pela Arábia Saudita⁵ – afirmação negada pela emissora.

Mesmo com a deterioração da situação econômica, o regime optou, alguns meses antes da revolta, pelo recrudescimento da força de repressão e pelo retorno violento da polícia moral às ruas, além da prisão de cineastas e membros da minoria religiosa bahaísta. Nesse contexto, o protesto pouco beneficia o campo reformista, pois os manifestantes estão unidos em sua rejeição ao sistema como um todo. “A cisão entre reformistas e fundamentalistas que ocupava a cena política oficial desde os primeiros anos da revolução terminou com o último mandato do presidente Hassan Rouhani, em 2021. Agora, perdeu completamente seu efeito e o povo rejeita ambos os campos”, avalia o sociólogo Youssef Abazari.⁶

Mesmo diante de uma rejeição tão forte, o regime não parece inclinado a operar uma mudança de acordo com as demandas da rua.⁷ Enquanto contramanifestações de apoio ao regime eram organizadas no país, o presidente Raisi, ao retornar da Assembleia Geral das Nações Unidas em Nova York em 23 de setembro, pediu às forças de segurança que agissem “com firmeza contra aqueles

que prejudicam a segurança e a paz do país e do povo”. Por sua vez, Gholamhossein Mohseni Ejei, chefe do Judiciário, destacou a importância do “tratamento intransigente contra os principais elementos e organizadores dos distúrbios”, durante uma visita-surpresa em 25 de setembro ao quartel-general das forças de choque. Voltando à sua retórica habitual, o líder da revolução, o aiatolá Ali Khamenei, declarou, por sua vez, que os “motins e a insegurança são obra dos Estados Unidos e do regime sionista usurpador”, sendo a questão do véu, segundo ele, apenas um pretexto para desestabilizar o país. E ainda acrescentou que “muitas mulheres no Irã não usam o véu perfeitamente e são fortes defensoras da República Islâmica”. O líder também se recusa a dar satisfação à ala reformista, que exige a retirada total da obrigação de usar o *hijab* (“véu”, em farsi).

No entanto, algumas medidas conciliatórias foram tomadas pelo regime, em particular a criação de “casas livres de diálogo” pelo Conselho Superior da Revolução Cultural. Houve até um encontro em um deles, com a presença de noventa professores universitários, escolhidos a dedo. Mas essa aparente disposição ao diálogo não deve encobrir o fato de que, em meados de outubro, a repressão levou à prisão de mais de 2 mil pessoas e à morte de, pelo menos, duzentos manifestantes, incluindo vinte menores. Essa avaliação provisória não considerou as vítimas dos confrontos dentro da prisão de Evin, em Teerã, uma “Bastilha” onde são internados delinquentes do direito dos costumes, mas também presos políticos e estrangeiros acusados de espionagem, como a investigadora franco-iraniana Fariba Adelkhah.

Até onde esse movimento pode ir? Muitas perguntas ainda permanecem sem resposta. Ainda não se sabe se os atores econômicos seguirão os passos dos manifestantes. É certo que os trabalhadores da petroquímica de Assalouyeh estão em greve, mas esse movimento ainda não teve grande repercussão no setor. Da mesma forma, os protestos de professores permanecem minoritários,

enquanto os comerciantes do Bazar de Teerã – cujo papel foi decisivo para acelerar a queda do Xá em 1979 – demoram a expressar franca solidariedade com os manifestantes. Por fim, qual será a atitude da base do regime e aquela, determinante, dos guardas da revolução? Em um momento de paralisação das negociações sobre a energia nuclear iraniana e de acentuada reaproximação de Teerã com Moscou – o Irã tornou-se membro permanente da Organização de Cooperação de Xangai em 15 de setembro –, é muito provável que a ala radical do regime argumente que a situação não está para grandes concessões. Um sinal dos tempos: o aiatolá Khamenei demitiu, em 20 de setembro, personalidades consideradas muito favoráveis ao Ocidente (incluindo o ex-presidente Rouhani) do “Conselho de Discernimento do Interesse Superior do Regime”.

Seja qual for o destino desse movimento, suas conquistas já parecem significativas. A juventude iraniana, especialmente as mulheres jovens, está pedindo mudanças. É possível que a polícia moral seja desmantelada ou, pelo menos, perca a capacidade de dano. O uso do véu poderia até não ser obrigatório, mas nada disso indica que, conjuntamente, seriam tomadas medidas a favor de uma maior abertura política.

*Mitra Keyvan é jornalista.

1 Ler Florence Beaugé, “Les Iraniennes ne désarment pas” [As mulheres iranianas não se desarmam], *Le Monde Diplomatique*, fev. 2016.

2 Cf. Ahmad Salamatian e Sara Danie, *Iran, la révolution verte. La fin de l’islam politique?* [Irã, a revolução verde. O fim do islã político?], Delavilla, Paris, 2010.

3 Ler Thelma Katebi, “Être chanteur en Iran” [Ser cantor no Irã], *Le Monde Diplomatique*, ago. 2020.

4 12 maio 2022.

5 “Concern over UK-based Iranian TV channel’s links to Saudi Arabia” [Preocupação com as ligações com a Arábia Saudita de canal de TV iraniano sediado no Reino Unido], *The Guardian*, Londres, 31 out. 2018.

6 *Naghd Siasi*, 26 set. 2022.

7 Ler Shervin Ahmadi e Philippe Descamps, “Espoirs et simulacres du changement en Iran” [Esperanças e simulacros de mudança no Irã], *Le Monde Diplomatique*, maio 2016.

UM SÉCULO DE LUTA FEMINISTA

A luta das mulheres iranianas pela igualdade está enraizada na turbulenta história do país. Desde 1905, durante as primeiras mobilizações para que o país tivesse uma Constituição e um Parlamento, associações de mulheres formaram-se secretamente, em particular para criar escolas para meninas. Em 1910, *Dânech* [Conhecimento] foi a primeira revista feminina iraniana. A monarquia, contudo, se consolidaria como um obstáculo a essa emancipação, assim como ao progresso democrático. Em 1932, a última organização feminina independente foi dissolvida por Reza Xá, que alternava medidas liberais com coerção. Em 1936, ele proibiu o uso do *hijab* em público e permitiu que as mu-

lheres entrassem na universidade. Mas a repressão atingiu indiscriminadamente homens e mulheres que se opuseram ao poder monárquico.

Entre 1940 e 1953, período em que ocorreu a nacionalização do petróleo iraniano, formaram-se associações de mulheres para exigir direitos civis e igualdade em relação aos homens. Após o golpe de 1953, fomentado pela CIA, apenas organizações próximas ao regime foram autorizadas a se manifestar e as autoridades acompanharam de perto as correntes feministas. Na década de 1970, muitas mulheres jovens, principalmente estudantes, aderiram à luta armada contra o regime do Xá. Muitas delas foram presas, torturadas e executadas. A Revolução Islâmica de 1979 acabou com as esperanças de igualdade de gênero. Em 8 de março,

Dia Internacional da Mulher, milhares de mulheres iranianas protestaram contra o projeto de lei que estabelecia a obrigação de usar o véu em público. O desinteresse das forças políticas por esse assunto e as prisões em massa de ativistas permitiram a entrada em vigor do texto apenas em 1983.

Nas últimas décadas, a luta feminista nunca parou, como demonstra o enorme sucesso da campanha de assinaturas por direitos iguais dentro da família e a revogação da punição por apedrejamento de mulheres, em 2009. Em 2017, as mulheres iranianas tiraram o lenço de cabeça e articularam o movimento Filhas da Rua Enghe-lab [revolução]. Essa ação já refletia o fracasso da ideologia oficial em fazer as gerações mais jovens aceitarem os argumentos de mérito para o uso do *hijab*. (M.K.)

HÁ MAIS DE UM SÉCULO, OS SINDICATOS SE ORGANIZAVAM CONTRA A MÍDIA

“Não deixar a grande imprensa babar é um ato indispensável”

Por retratar a vida pública, a mídia se beneficia de certa indulgência por parte de partidos e sindicatos: qualquer crítica ao papel social desempenhado pelos jornalistas expõe seus autores à suspeita de antidemocráticos. Não era o caso no início do século XX na França, onde a Confederação Geral do Trabalho (CGT) lutou vigorosamente contra a imprensa dominante

POR DOMINIQUE PINSOLE*

Contra os grandes jornais “populares” que se desenvolveram no início do século XX, as organizações operárias pretendem oferecer aos trabalhadores uma informação proveniente de suas fileiras e livre do poder do dinheiro. Uma imprensa socialista dinâmica já existia na França nos anos 1830 e 1840, e as diferentes correntes de esquerda (republicanos, socialistas, depois anarquistas etc.) possuíam havia muito tempo seus próprios órgãos de propaganda e reflexão. Mas a mudança da relação de força em favor de grandes empresas que se apresentavam como porta-vozes do povo obrigou a esquerda a tentar ocupar o terreno dos jornais de ampla distribuição, sem os meios nem os métodos de seus adversários.

Diante de empresas que dispunham de capitais colossais e dominavam perfeitamente a arte de seduzir as multidões, o combate começou mal. Na primeira década do século XX, quando a Confederação Geral do Trabalho (CGT) se dotou de uma revista semanal, *La Voix du Peuple* [A voz do povo], e depois de uma revista bimestral, *La Vie Ouvrière* [A vida operária], todos sabiam que, fora do círculo militante, a parcela de mercado ocupada pelos grandes jornais capitalistas continuava intacta. Do lado socialista, o projeto de lançar um grande jornal diário popular era muito mais ambicioso. Mas as tiragens cotidianas do *L'Humanité*, fundado por Jean Jaurès em 1904, eram inferiores a 70 mil exemplares em 1912. Em relação a ele, as tiragens dos “quatro grandes” continuavam inatingíveis e esmagavam qualquer concorrência: 1,3 milhão para o *Le Petit Parisien*, quase 1 milhão para o *Le Journal*, 850 mil para o *Le Petit Journal* e cerca de 650 mil para o *Le Matin*.¹

Muito da energia militante foi gasta, sem grande sucesso, para tentar convencer os operários a deixar essas leituras enganadoras e se voltarem para a imprensa proletária. Em 1º de maio de 1907, o jornal da Federação Nacional dos Trabalhadores da Alimentação, afiliada à CGT, publicou um artigo intitulado “Abaixo a imprensa”, assinado por “um grupo de operários sindicalizados dos bares e restaurantes”:



© Thomas Charters/Unsplash

Após 37 anos de regime republicano, os jornalistas estão junto dos exploradores

“Operários, trabalhadores, pequenos funcionários, não comprem mais os jornais burgueses, radicais ou outros; não contribuam mais para oferecer condições de vida aos jornalistas, bando de ignorantes e vagabundos! São nossos piores inimigos. Eles ironizam nossas mais justas reivindicações. [...]”

Depois de 37 anos de regime republicano os jornalistas ainda estão junto dos exploradores, contra os explorados! Eles vão acabar nos fazendo detestar a República! Partidários da ‘liberdade de imprensa’, nós, operários confiantes e ingênuos, esperávamos que os jornalistas republicanos fossem os campeões da justiça e da verdade, os defensores dos humildes e dos fracos.

Decepcionamo-nos.

Na imprensa burguesa só há mentirosos e oportunistas sempre dispostos a bajular os poderosos e a zombar do povo. Eles têm prazer em desorientar a opinião pública; eles amam gozar da cara do leitor, abusar de sua credulidade.

Pela astúcia e pela mentira, eles se tornaram os mestres do cotidiano; agora são o maior poder do Estado. Governam mais do que o governo. A imprensa burguesa está sempre presente. Nós a encontramos em todas as combinações desonestas. [...] Trabalhadores de todos os partidos, desprezem o bando de jornalistas burgueses. Vamos nos comprometer a não ler mais nenhuma página de sua imprensa burra e imoral. Não perdemos nada ao não ter mais sob os olhos a cada manhã a prosa de um bando de gente sem convicções, que gritaria tão facilmente ‘Viva o papa’ como ‘Viva a República!’ Não levemos mais a sério todos esses ‘fracassados’ que falam de qualquer coisa sem terem aprendido nada; que escrevem artigos de três colunas sobre assuntos que ignoram completamente. [...] Operários, trabalhadores, pequenos funcionários, não gastem mais seu dinheiro com jornais burgueses sujos. Enfiem bem na cabeça que os valores investidos por vocês nos

caixas da imprensa burguesa representam milhões e milhões de francos perdidos pelo proletariado em proveito da classe inimiga.

Abstenham-se. Não comprem mais nenhum de seus ‘panfletos’ e gritem: ‘Abaixo a imprensa!’”²

ATIVISTAS EXASPERADOS

A virulência do propósito estava à altura das tensões sociais que caracterizam o período. A CGT, que encarnava um sindicalismo revolucionário independente de qualquer partido político, conheceu uma forte progressão desde sua criação – contava com um pouco mais de 200 mil membros em 1906.³ Sua capacidade de mobilização impressionava e preocupava, como mostram os temores da burguesia parisiense nas proximidades de 1º de maio de 1906, dia de greve geral e de reivindicação por uma redução da jornada de trabalho para oito horas. Confrontado a uma multiplicação de conflitos por vezes violentos, o Estado reprimiu a torto e a direito: contaram-se cerca de vinte mortos e diversas centenas de feridos entre os operários nos governos de Georges Clemenceau e de Aristide Briand, entre 1906 e 1910.⁴

Nesse contexto de forte antagonismo de classes, a imprensa permaneceu fiel à sua posição de intermediária entre o povo e os dirigentes, ao mesmo tempo que se encontrava bem mais próxima dos segundos que do primeiro. Sob aparente benevolência em relação aos trabalhadores e num estilo que dava a ilusão de neutralidade, os grandes jornais diários de informação destilavam um discurso apaziguador, marcado por um republicanismo consensual que desqualificava qualquer protesto julgado um pouco mais radical.

Regularmente acusados de servir o governo e os empresários tratando com desprezo o movimento operário, os jornais que tanto defenderam a causa democrática em 1881 (data da lei que instaura a liberdade de imprensa) se tornaram o alvo dos ativistas exasperados. A tal ponto que, nos meios sindicais, começaram a levantar a questão da relação a ser mantida com os jornalistas:

deveriam continuar a acolhê-los nos congressos e a responder a suas solicitações? A resposta dos congressistas acabava geralmente sendo positiva.⁵ No entanto, ainda permanecia certa hostilidade, pelo menos verbal, principalmente quando os conflitos aumentavam.

Em junho e julho de 1908, as greves de Draveil e de Villeneuve-Saint Georges, que terminaram com a morte de seis operários, foram seguidas das prisões dos dirigentes da CGT, em 1º de agosto. Em reação à “atitude nojenta de uma imprensa subjugada pela burguesia”, um certo Martelet convocou os leitores, em *La Voix du Peuple*, a “recusar aos porta-vozes desta imprensa burguesa qualquer comunicação que diga respeito à vida interior ou exterior dos sindicatos”.⁶ Dois anos depois, a grande greve dos ferroviários de outubro de 1910 reacendeu as críticas aos grandes jornais. Em Bordeaux, por exemplo, onde o governo tinha acabado de ordenar a mobilização dos ferroviários para quebrar a greve, o militante socialista Dréan-Chapel lançou em uma reunião organizada em 15 de outubro que reuniu de 400 a 450 pessoas: “Ataques contra a imprensa atual que esqueceu seu apostolado de outros tempos, se tornou venal, a serviço da burguesia que mente todos os dias neste momento para derrotar a opinião sobre as consequências reais da greve; o jornalismo é apenas um negócio repugnante de negociação, ameaças, chantagem, sempre do lado torto, dos fundos secretos, é a prostituta que se vende a quem paga mais e que amanhã aclamaria Philippe d’Orléans [conde de Paris, neto de Louis-Philippe e pretendente do trono da França] se ele voltasse como hoje aclama a República, esta república que, como uma monarquia, comete graves ilegalidades, a exemplo da mobilização dos ferroviários”.⁷

Esse tipo de recriminação era corrente na Belle Époque. A contrapropaganda tendo rapidamente mostrado seus limites, era o momento de perguntar se as organizações operárias não deveriam

adotar uma atitude mais firme em relação aos grandes órgãos de informação. Essas reflexões aconteceram até no mais alto nível da CGT. Em 1913, em *La Bataille Syndicaliste*, o jornal diário lançado dois anos antes por sua ala revolucionária, o secretário-geral Léon Jouhaux publicou um longo artigo em duas partes consagrado a essa questão. Ele se dirigia principalmente aos jornalistas que tratavam das mobilizações sociais, dos quais uma parte se inscreveu no Sindicato Geral dos Jornalistas Profissionais (SGJP), criado em 1905 por trabalhadores próximos do movimento operário,⁸ mas que não foi aceito no seio da CGT – porque “a profissão de jornalista era imprecisa e não garantia aos seus membros a independência moral”.⁹ Jouhaux começava denunciando a maneira (aos seus olhos mentirosa) com a qual os jornais relataram uma conferência nacional de organizações operárias antes de se perguntar mais amplamente sobre as relações entre o movimento sindical e os grandes jornais:

“Isso [...] nos faz novamente questionar se devemos continuar a receber em nosso meio pessoas que, sistematicamente, por tomada de partido, rebaixam nossa ação e desfiguram nossas discussões, ou se não devemos, ao contrário, recusar impiedosamente sua entrada em nossas reuniões, e isso até que eles retornem a uma compreensão mais exata de seu papel de informadores?”

Esses senhores se creem talvez invulneráveis, já que a necessidade de informação que sentem os trabalhadores tem um nível igual ao dos outros cidadãos. [...]

Claro, nunca pedimos que os jornais burgueses celebrassem com louvações nossos feitos e gestos. Mas consideramos que temos direito a certa probidade moral por parte daqueles que recebemos em nossos meios.

Só pedimos a eles boa-fé e sinceridade. É pedir demais? Sua independência profissional é assim tão pouca que eles não podem nem sequer dar satisfação

a esse respeito? Se sim, que nos digam francamente; nós entenderemos e saberemos tomar medidas cabíveis. [...]

Essa situação não pode durar indefinidamente; é preciso que chegue ao fim. Um movimento como o nosso não pode ser zombado, ridicularizado impunemente. Ou os jornalistas, usando seu direito de crítica, serão informadores conscienciosos, honestos, segundo a própria definição de seu sindicato, ou então eles e seus órgãos devem interromper qualquer relação com as organizações confederadas.

Eles devem escolher. Por nossa vez, afirmamos que não deixaremos acumular as mentiras contra nossos atos e nossas palavras, sob a fachada de reportagens verdadeiras. Não permitiremos mais que se façam regularmente insinuações abomináveis, por ordem e sem provas, contra nossos camaradas presos. [...]

Estamos cansados dos jornais de baixo nível e dos puxa-sacos do governo”.¹⁰

SABOTAR AS ROTATIVAS

Alguns militantes foram bem mais longe que Jouhaux. Um punhado entre os mais radicais imaginava que seria preciso atacar prioritariamente a imprensa em caso de declaração de guerra. Em um manual clandestino, rapidamente apelidado de “Brochura vermelha” (por causa da cor da capa), eram dadas precisões técnicas para sabotar as engrenagens, os linótipos (máquinas que servem para a composição dos jornais) e mais amplamente todos os meios de transporte e de telecomunicações. “Não deixar a grande imprensa babar é um ato indispensável e urgente”, garantia a brochura incendiária.¹¹

Cerca de trinta anos depois do voto da lei de 1881 sobre a liberdade de imprensa, a dimensão econômica e social dessa liberdade se tornou central no seio dos debates que atravessavam e ultrapassavam o mundo operário. O que significa uma imprensa “livre” se ela permanece na mão dos dominantes?

*Dominique Pinsolle, historiador, é autor de *À bas la presse bourgeoise! Deux siècles de critique anticapitaliste des médias. De 1836 à nos jours* [Abaixo a imprensa burguesa! Dois séculos de crítica anticapitalista da mídia. De 1836 aos dias de hoje], Agone, Marselha, 2022, do qual este texto foi tirado.

- 1 Pierre Albert, “La presse française de 1871 à 1940” [A imprensa francesa de 1871 a 1940]. In: Claude Bellanger et al. (orgs.), *Histoire générale de la presse française, tome III: de 1871 à 1940* [História geral da imprensa francesa, tomo III: de 1871 a 1940], PUF, Paris, 1972.
- 2 *L’Alimentation ouvrière*, 1º maio 1907, Arquivos departamentais de Seine-Saint-Denis, Bobigny, fundos do Instituto de História Social-CGT.
- 3 Wayne Thorpe e Marcel van der Linden, “Essor et déclin du syndicalisme révolutionnaire” [Ascensão e queda do sindicalismo revolucionário], *Le Mouvement Social*, n.159, 1992.
- 4 Anne Steiner, *Le Goût de l’émeute* [O gosto da revolta], L’Échappée, 2012.
- 5 Guillaume Davranche, *Trop jeunes pour mourir. Ouvriers et révolutionnaires face à la guerre (1909-1914)* [Jovens demais para morrer. Operários e revolucionários diante da guerra (1909-1914)], L’Insomnie-Libertalia, Montreuil-Paris, 2014.
- 6 *La Voix du peuple*, 9-16 ago. 1908.
- 7 Relatório do comissário Lagnel transmitido à prefeitura de Bordeaux, Arquivos de Bordeaux, 15 out. 1910.
- 8 Sandrine Lévêque, *Les Journalistes sociaux. Histoire et sociologie d’une spécialité journalistique* [Os jornalistas sociais. História e sociologia de uma especialidade jornalística], Presses Universitaires de Rennes, 2004; Denis Ruellan, *Les “Pro” du journalisme. De l’état au statut, la construction d’un espace professionnel* [Os “pros” do jornalismo. Do estado ao estatuto, a construção de um espaço profissional], Presses Universitaires de Rennes, 1997.
- 9 Confederação Geral do Trabalho, XV Congresso Nacional Corporativo, IX da Confederação e Conferência de Bolsas do Trabalho, que aconteceram em Amiens de 8 a 16 de outubro de 1906. Relatório dos trabalhos, Amiens, Imprensa do Progresso da Somme, 1907.
- 10 Léon Jouhaux, “Presse bourgeoise et syndicalisme: quelle doit être notre attitude?” [Imprensa burguesa e sindicalismo: qual deve ser nossa atitude?], *La Bataille Syndicaliste*, 24-25 jul. 1913.
- 11 Documento de propaganda anarquista, encontrado por um suboficial em via pública nas proximidades de Bergerac, Arquivos Nacionais, 7 mar. 1914.

ARMAS DA CRÍTICA

O CLUBE DO LIVRO DA BOITEMPO

- Receba lançamentos antecipados em versão impressa e e-book
- Desconto de 30% na loja virtual da editora
- Toda caixa vem com brindes especiais
- E mais: conteúdo digital exclusivo no Blog e na TV Boitempo

CAIXA DE OUTUBRO

Repensar Marx e os marxismos,
de Marcello Musto

+ Calendário 2023

Assine até 15/11 e receba em primeira mão

Acesse www.ARMASDACRITICA.com.br

BOITEMPOEDITORIAL.COM.BR

blogdaboitempo.com.br

[tvboitempo](https://www.youtube.com/tvboitempo)

[@boltempo](https://www.instagram.com/boltempo)

[@boltempo](https://www.facebook.com/boltempo)

[@editorabotempo](https://www.twitter.com/editorabotempo)

[f /boltempo](https://www.facebook.com/boltempo)



FUTEBOL

Catar, uma Copa exagerada

Aproximando-se do pontapé inicial da competição, em 20 de novembro, os críticos se alvoroçam. Como antes tarde do que nunca, todos querem propalar sua cota de indignação

POR AKRAM BELKAID*

Em 2 de dezembro de 2010, em Zurique, o comitê executivo da Federação Internacional de Futebol (Fifa) escolheu o Catar para organizar a Copa do Mundo de 2022. Em Doha, capital do emirado, houve uma explosão de alegria. As sirenes dos navios ulularam no porto, as buzinas dos carrões brilhantes estacionados na orla fizeram eco e a mídia local celebrou, em uníssono, o reconhecimento internacional que consagrava a entrada do país na corte dos grandes. O emir Hamad bin Khalifa al-Thani, pai do atual soberano, que o sucedeu em 2013, exultou: agora, seu reino ficaria conhecido no mundo inteiro.

Imediatamente choveram críticas de todas as partes. Do lado esportivo, denunciou-se a aberração de organizar uma Copa do Mundo em um país desértico e quentíssimo, onde não existe paixão alguma pelo futebol. Ao mesmo tempo, os Estados Unidos, derrotados por 14 a 8 no pleito da Fifa – quando tinham certeza de que iam vencer –, gritaram que houve corrupção e compra de votos. Do lado político, ONGs alertaram para o caráter autoritário dessa opulenta petromonarquia, onde partidos políticos e sindicatos são proibidos. Em seu relatório anual sobre a situação dos direitos humanos no Catar (19 mar. 2011), a Anistia Internacional escreveu: “As mulheres são vítima de discriminação e violência. Os trabalhadores migrantes são explorados, maltratados e insuficientemente protegidos pela lei. Centenas de pessoas são arbitrariamente privadas de sua nacionalidade. Penas de flagelação são aplicadas. Condenações à morte continuam sendo proferidas, embora ainda não tenha havido nenhuma execução”. Não é preciso dizer mais.

Doze anos depois, a novela Catar 2022 segue sendo alimentada sem interrupção: investigações judiciais, nos Estados Unidos e na França, sobre a controvertida votação da Fifa e a prevaricação de vários de seus dirigentes; reportagens edificantes sobre a condição execrável dos trabalhadores asiáticos (de Bangladesh, Filipinas, Índia, Nepal e Paquistão) e africanos (do Quênia, Somália e Sudão); denúncia de atentados ao meio ambiente provocados pela construção de sete estádios com sistema de climatização. A lista de acusações vai se alongando mês a mês, mas nunca se acusa a própria orga-

nização do torneio. Como no caso da Copa do Mundo organizada pela Argentina dos generais em 1978, os raros apelos ao boicote não dão em nada. Já o emirado faz ouvidos moucos, gasta dezenas de milhões de dólares em comunicação para dourar sua imagem – e os US\$ 200 bilhões do orçamento consagrado aos investimentos em infraestrutura (estádios, metrô etc.) deixam felizes centenas de empresas ocidentais, chinesas e japonesas.

Aproximando-se do pontapé inicial da competição, em 20 de novembro, os críticos se alvoroçam. Como antes tarde do que nunca, todos querem propalar sua cota de indignação. “Considerando o que sabemos das condições em que ocorrerá a competição, climáticas e de engenharia, se eu fosse chefe de Estado (mas não sou mais, portanto minha posição é confortável), não iria ao Catar”, afirmou François Hollande (22 set.). Quando estava no Eliseu, o ex-presidente não tinha tantos escrúpulos. Em 23 de junho de 2013, em visita oficial a Doha, chegou a prometer que a França apoiaria o emirado “na organização de uma bonita Copa do Mundo”. Na época, a sorte pouco invejável dos trabalhadores asiáticos que, havia décadas, construíam o Catar e as outras petromonarquias do Golfo já era plenamente conhecida. Mas estava em jogo o projeto de venda de aviões Rafale, e Hollande pouco se preocupou com isso.

A prefeitura de Paris de repente se tornou também solidária com os sofrendores do Catar. A prova? Não reservará uma “área para torcedores” durante o Mundial. “Denuncio toda e qualquer convivência com Estados que, hoje, não respeitam as questões de clima, as regras sociais ou as normas de direito fundamentais”, inflamou-se David Belliard, adido à prefeitura de Paris, para justificar esse boicote temerário. Mas e quanto ao Paris Saint-Germain (PSG)? A equipe pertence ao Catar desde 2011, e seu presidente, Nasser al-Khelaifi, ligado ao emir Tamim al-Thani, recebe regularmente em seus camarotes VIP do Parc des Princes a prefeita da capital, Anne Hidalgo. Já a rede de televisão TF1 resolveu não mais mencionar “Catar” em sua vinheta do Mundial – sem renunciar, é claro, à transmissão das partidas da competição.

Se boicotássemos o Catar, deveríamos igualmente pôr em quarentena (e

há muito tempo) todas as monarquias do Golfo, pois, da Arábia Saudita ao sultanato de Omã, todas merecem as mesmas críticas. Centenas de operários morreram nas obras do Mundial do Catar; mas muitos morreram também em Dubai, nos anos 2000, para erguer um dos arranha-céus mais altos do mundo, o Bordj Khalifa. Sua cobertura panorâmica atrai hoje dezenas de milhares de turistas de todas as nacionalidades e ninguém pensa em criticar o edifício. Em Omã, a construção da nova cidade de Duqm mobilizou legiões de trabalhadores estrangeiros, tão maltratados quanto os do Catar, mas não há quem ouse atacar a elogiada Volta Ciclística do país. A Arábia Saudita, os Emirados Árabes Unidos (EAU) e o reino do Bahrein não cessam de ser acusados por sua falta de respeito aos direitos humanos, seu papel na guerra do Iêmen e o caráter autocrático de seu poder. E quem fala em boicotar os grandes prêmios de Fórmula 1 dessas monarquias? Quanto à presença de duas equipes de ciclistas na Volta da França, uma financiada pelos Emirados Árabes Unidos e a outra pelo Bahrein, ninguém tem nada a dizer.

E com relação às agressões ao meio ambiente perpetradas pelos outros membros do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG)? Aos sete estádios climatizados para a Copa do Mundo? Uma heresia ambiental, não há dúvida. Mas o que se pensa dos milhares de toneladas de hidrofluorcarbonetos (HFC) liberados pelas usinas de climatização, sem as quais a vida no Catar seria infernal

de março a outubro? Em 2016, em uma conferência internacional em Kigali e ao fim de um lobby intenso, as monarquias do Golfo conseguiram licença para adiar até 2047 a interdição desse gás de elevado efeito estufa, e não até 2036, como se exigiu de outros países. No entanto, não há nenhuma indicação de que esse






prazo será cumprido. Em Abu Dhabi, as piscinas dos grandes hotéis são refrigeradas no verão. Em Dubai, pode-se esquiar o ano inteiro em uma estação coberta, planejada por uma empresa francesa. Um esbanjamento de energia mascarado por uma astuta comunicação com promessas de tecnologia verde... justamente nos Emirados Árabes Unidos, gigante do petróleo, onde se encontra a sede da Agência Internacional para Energias Renováveis...

Ao organizar a Copa do Mundo de futebol, o Catar exibe o alcance de suas ambições no cenário internacional. Acolher competições esportivas regionais ou a conferência ministerial da Organização Mundial do Comércio (como em 2001) – lances ideais para impedir que se repitam as manifestações de Seattle em 1999? Vá lá. Mas não a Copa, um dos acontecimentos esportivos mais vistos no mundo: agora, é impossível passar despercebido e escapar às críticas, às desconfianças, aos ciúmes... Nessa área, o Catar poderia tirar algumas lições da experiência do Kuwait, que no fim dos anos 1980 também teve seu teto de vidro e se viu às voltas com uma torrente de críticas. Com um tesouro de guerra de US\$ 200 bilhões, o emirado fazia seus bons negócios em Wall Street e na Bolsa de Londres. Menos de um ano após a queda das Bolsas em 19 de outubro de 1987 (a “segunda-feira sombria”), as ações das grandes transnacionais se tornaram uma boa opção, a começar pelas da British Petroleum (BP), que o governo de Margaret Thatcher acabara de privatizar. Duran-

te o primeiro semestre de 1988, o fundo soberano do Kuwait Investment Office (KIO) pôs na mesa US\$ 2 bilhões para controlar 22% do capital do grupo petrolífero e anunciou que participaria da gestão estratégica da BP. Em Londres, a indignação: um peso-pesado da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) teria o direito de mandar nessa joia britânica? Fora de questão! Thatcher ameaçou o Kuwait com represálias em caso de novo avanço contra o capital da empresa, e o líder trabalhista Neil Kinnock alertou em altos brados sobre “o perigo que corria o interesse nacional”. Por fim, o KIO aceitou diminuir sua parte no capital da BP.

Nos Estados Unidos, onde já existe uma forte hostilidade aos investidores japoneses, o KIO logo começou a despertar as suspeitas de inúmeros congressistas, inquietos com suas aquisições de imóveis de luxo, principalmente em Nova York. Essa “invasão do Kuwait” não poupou nem sequer a França, onde ninguém esquece que, durante a Copa do Mundo de 1982, na Espanha, o xequê Fahad al-Ahmed al-Jaber al-Sabah, irmão do emir, entrou no gramado do estádio de Valladolid e, cioso de sua condição de príncipe, obrigou o árbitro a anular um gol da equipe francesa – algo nunca visto na história da bola. Esse contexto de desconfiança geral forçou o KIO a fazer grandes despesas com propaganda e lobby político, para convencer a opinião pública ocidental de que o Kuwait, por mais rico e arrogante que fosse, não merecia ser anexado pelo Iraque de Saddam Hussein em agosto de 1990.

Diante desses contratemplos, os dirigentes do Kuwait optaram, após três décadas, por uma discrição absoluta de seu país no cenário internacional. O Catar enveredará pelo mesmo caminho? Isso vai depender do sucesso da Copa do Mundo e da conclusão das investigações em curso. A Arábia Saudita, que pretende por sua vez empunhar a tocha, poderia até sucedê-lo no papel de vilão do Golfo. O país já se vê organizando a Copa do Mundo de futebol daqui a oito anos, em associação com o Egito, a Grécia e o Marrocos. E acaba de ser escolhido para sediar, em 2029, os jogos asiáticos... de inverno. 

*Akram Belkaid é jornalista do *Le Monde Diplomatique*.

livros



MAVI
Marco Lucchesi,
Penalux

Autor de quase trinta livros, o poeta carioca Marco Lucchesi construiu sua obra sobre um ponto de diálogo permanente. Seus versos são atravessados por um vendaval de encontros e influências vindas de várias partes do mundo, translado possível graças ao seu domínio de mais de vinte idiomas, num trajeto que vai de Bizâncio à Bulgária, da Turquia à Espanha, da Itália à Síria, ombreando Ocidente e Oriente num só corpo comum.

Em *Mavi*, seu mais recente livro de poemas, esse leque se estende desde "as bodas místicas / em mar de asfalto" de São Paulo até as "águas turvas do Ganges", na Índia. São versos que eliminam a distância física entre os países e a simbólica entre as culturas, entre os homens. Sem dúvida, algo curioso quando constatamos que são poemas escritos no decorrer de um longo período de pandemia, que, por razões sanitárias, separou pessoas que dividiam os

mesmos espaços. Contra os muros, contra a distância que separa, Lucchesi introduz a primeira parte de seu livro com um verso do poeta hindu Manglesh Dabral: "De muito longe, é possível tocar".

Dividido em duas partes, "Toque" e "Centro", o livro se compõe de 18 poemas permeados por sentimentos como a solidão, a ausência e a inquietude e por uma interminável busca do eu, tanto do corpo físico ("Não deixo de buscar o corpo que encontrei") quanto da alma em alteridade ("Eu me lancei no espelho atrás de ti"). Nessa epopeia do espírito, em que o eu lírico da poesia lucchesiana busca reconhecer no outro a si próprio ("filhos do plural"), sua busca é profundamente pessoal, como nos versos de chamamento que rompem a escuridão à procura do poeta: "Ouço uma voz fatal / na escuridão: / Marco, Marco, / por que te persegues?".

Poeta do diálogo, desde sempre em Lucchesi tudo é exílio – as referências cosmopolitas que o cercam e o formaram, a visão de mundo aberta à compreensão do olhar e da língua do outro, a literatura universal goetheana como missão de paz entre os povos. Que sua afeição ao mundo o conduza ao exílio, não é por desterro: pelo contrário, sua pátria é o mundo, e sua escrita, que já se expressou em tantos idiomas distintos, é sua morada.

[André Rosa] Mestrando em Literatura Comparada pelo PPGCL-UFRJ/Capes e tradutor.



**JOVENS E SAÚDE:
REVELAÇÕES DA
PANDEMIA NO
BRASIL - 2020-2022**
André Luiz da
Silva Sobrinho,
Helena Wendel
Abramo e Marisa
de Castro Villi (orgs.),
Fiocruz

Quando retratada de forma positiva, a juventude é comumente associada à ideia de vitalidade, força e transformação. Raramente nessa imagem está posta a dimensão da saúde. No início da pandemia não foi diferente: os jovens eram apontados como menos vulneráveis à Covid-19. Contudo, em 2021, o rejuvenescimento da pandemia forçou a uma mudança de olhar no enfrentamento da crise.

Jovens e saúde, publicação digital da Fiocruz, desafia a uma reflexão sobre como esse contexto gerou efeitos que vão muito além da Covid-19 em si, abrangendo a saúde mental, o processo educativo, a vida profissional, a visão de futuro e outros. Ao assumir como premissa o conceito ampliado de saúde, o livro convida a expandir a compreensão da determinação social da saúde de jovens, que perpassa as dimensões da educação, trabalho e renda, vida pública, identidades, entre outras.

Uma das provocações centrais da publicação é que as revelações desse período não se restrin-

gem à época da pandemia, mas suscitam questões fundamentais e preexistentes, que dizem respeito à condição juvenil contemporânea. E ainda convida a observar as juventudes em toda sua diversidade, buscando respostas aos desafios específicos vivenciados por cada fase de vida que engloba essa faixa dos 15 aos 29 anos.

A publicação está dividida em dois blocos. O primeiro traz informações do contexto social, político, econômico e epidemiológico do rejuvenescimento da pandemia, e apresenta a pesquisa "Juventudes e a pandemia do coronavírus" – iniciativa do Conselho Nacional da Juventude (Conjuve) e parceiros, que levantou a percepção de 68 mil jovens de diferentes realidades no Brasil sobre os efeitos da pandemia em sua vida. O segundo bloco agrega diferentes perspectivas de autores convidados que aprofundam o debate sobre condições de vida e saúde das juventudes, em seções temáticas: Saúde e autocuidado; Trabalho, território e educação; Gênero e raça; Informação e comunicação; Vida pública.

A convocação é para uma reflexão sobre como estruturar políticas articuladas voltadas às juventudes, um segmento diverso e multifacetado, durante e após a pandemia.

[Marisa de Castro Villi] Cientista social, mestre em Mudança Social e Participação Política pela USP e diretora executiva da Rede Conhecimento Social.

internet

NOVAS NARRATIVAS DA WEB

Sites e projetos que merecem seu tempo

ESCRITORES ARTIFICIAIS

Durante seis meses, escritores profissionais e o laboratório do Google criaram algumas ferramentas de inteligência artificial para ajudar autores a evoluir personagens ou explorar saídas para bloqueios criativos. Usando machine learning, as ferramentas podem criar linhas de diálogo, colocar o personagem num chat – onde o autor conversa com ele enquanto o cria – ou fazê-lo dar uma volta na cidade. Há ainda opções para deixar o software criar uma variedade de histórias de vida do personagem, para que se escolha uma ou se misturem todas. As experiências foram feitas durante o Emerging Writers Festival e você pode explorar o resultado do que saiu de lá.

<https://experiments.withgoogle.com/collection/aiwriting>

MINUTOS DE SABEDORIA

O Café Filosófico é um programa de TV produzido pelo Instituto CPFL e exibido na TV Cultura desde 2003, que convida pensadores para palestras transmitidas ao vivo no YouTube, que depois são editadas para a televisão. Em 2022 começou a experimentar o TikTok como ferramenta de distribuição de seu conteúdo. A plataforma tem crescido entre jovens e é a primeira que traz alguma preocupação ao hegemônico YouTube no campo do audiovisual on-line. Vídeos curtos do historiador Leandro Karnal, do filósofo Mario Sergio Cortella e do psiquiatra Neury Botega são os maiores sucessos, prova de que há espaço para a filosofia entre as dancinhas.

<https://www.tiktok.com/@cafeilosofico>

EXILADOS LGBTQIA+

Como você escolhe entre o lugar e as pessoas que ama? Narrado pelo artista sudanês Ahmed Umar e com ilustrações de Mohammed Abd el-Hadi, da Jordânia, o site é uma experiência interativa que acompanha quatro pessoas LGBTQIA+ desde a Revolução Egípcia em 2011 até a "crise" de refugiados na Europa hoje. Combinando documentário em áudio com animações estilizadas, os recursos interativos permitem que o público explore capítulos da história. É um projeto multiplataforma premiado que segue as histórias de refugiados LGBTQIA+ em diversos continentes e culturas – Oriente Médio, norte da África e outras partes do mundo.

<https://bit.ly/theycallmeasylumseeker>

[Andre Deak] Diretor do Liquid Media Lab, professor de Jornalismo e Cinema na ESPM, mestre em Teoria da Comunicação pela ECA-USP e doutorando em Design na FAU-USP.

CANAL DIRETO

Capa

Que capa linda! Que causa linda!

Renova a esperança!

Larissa Pedrosa, via Twitter

Reativei minha assinatura!!!

Karla, via Twitter

Correndo para comprar a minha.

Fernanda Fernandes, via Instagram

Parabéns pela capa, vamos juntos depositar amor e esperança nas urnas. Assegurar a democracia com o voto em Lula é garantir um país livre e soberano para nossos filhos e netos.

Isaura Francini, via Instagram

Parabéns Diplomatique! A capa e a matéria são a realidade do Brasil.

Essa capa nos faz ter esperança.

Hélen Jardim, via Instagram

Em tempos de questionamento da democracia, se posicionar é fundamental! Parabéns!!!

Bruna Raeder, via Instagram

Quando um lado se intitula democracia fica difícil.

Anderson Guimarães, via Instagram

“Rumo ao bolsonarismo sem Bolsonaro?”

Tempos muito difíceis e perigosos.

O @diplomatiquebrasil é um espaço de resistência fundamental.

Thiago Rodrigues, via Instagram

“Não podemos temer

o Brasil que salu das urnas”

Muito boa essa matéria! Tirou a inhaça do primeiro turno da minha mente.

João Novaes, via Instagram

O DIPLÔ AGORA TEM UMA NEWSLETTER

Inscrição na
Déjà-vu usando
o QR CODE ao lado



Participe de *Le Monde Diplomatique Brasil*: envie suas críticas e sugestões para diplomatique@diplomatique.org.br. As cartas são publicadas por ordem de recebimento e, se necessário, resumidas para a publicação.

Os artigos assinados refletem o ponto de vista de seus autores. E não, necessariamente, a opinião da coordenação do periódico.

SUMÁRIO



02 Ucrânia
A esquerda desarmada diante da guerra
Por Serge Halimi

05 Editorial
Democracia sem panos quentes
Por Silvio Caccia Bava

06 Reconstruir o Brasil
Eleições e democracia
Por Leonardo Avritzer
A consolidação da direita cristã
Por Magali Cunha
Da calamidade à retomada do desenvolvimento
Por Juliane Furno
A volta da asa branca e do Brasil potência socioambiental
Por Adriana Ramos e Kenzo Jucá

14 Reportagem
Amazônia fica sem originária progressista no Congresso
Por Martina Medina

16 Ucrânia, a escalada
Sanções, uma faca de dois gumes
Por Hélène Richard
O estupro como arma
Por Iloné Schultz
Quando a Rússia perdeu a Guerra da Crimeia
Por Marie-Pierre Rey

22 Direita é forçada a governar com a extrema direita
Ainda é bom viver na Suécia?
Por Violet Goarant

24 Greves se multiplicam, conservadores optam pela austeridade
No Reino Unido, o verão do descontentamento
Por Marc Lenormand

26 Quando as narrativas nacionais se chocam
Conflitos de fronteira na América Latina
Por Romain Droog

29 Os contratos de mineração polpudos da Freeport-McMoran
Uma gigante do cobre na Indonésia
Por Philippe Pataud Célerier

32 Polícia moral, corrupção e custo de vida
Iranianas acendem o fogo da revolta
Por Mitra Keyvan

34 Há mais de um século, os sindicatos se organizavam contra a mídia
“Não deixar a grande imprensa babar é um ato indispensável”
Por Dominique Pinsolle

36 Futebol
Catar, uma Copa exagerada
Por Akram Belkaid

38 Miscelânea

LE MONDE
diplomatique BRASIL

Ano 15 – Número 184 – Novembro 2022
www.diplomatique.org.br

DIRETORIA

Diretor da edição brasileira e editor-chefe

Silvio Caccia Bava

Diretores

Anna Luitza Salles Souto, Jorge Romano, Maria Elizabeth Grimberg e Rubens Naves e Vera da Silva Telles

Editor

Luís Brasilino

Editora-web

Blanca Pyl

Editor de Arte

Cesar Habert Pactornik

Assistente de edição

Samantha Prado

Estágio em Jornalismo

Carolina Azevedo

Revisão

Lara Milani e Mattê Ribeiro

Gestão Administrativa e Financeira

Lúcia Benito da Silva Ricco

Tradutores desta edição

Carolina M. de Paula, Frank de Oliveira, Livia Chede Almendary, Rita Grillo e Wanda Brant

Conselho Editorial

Adauto Novaes, Amâncio Friaça, Anna Luitza Salles Souto, Ariovaldo Ramos, Betty Mindlin, Claudius Ceccon, Eduardo Fagnant, Heródoto Barbelro, Igor Fuser, Ivan Giannini, Jacques Pena, Jorge Eduardo S. Durão, Jorge Romano, José Luis Goldfarb, Ladislau Dowbor, Maria Elizabeth Grimberg, Nabil Bonduki, Raquel Rolnik, Ricardo Musse, Rubens Naves, Sebastião Salgado, Tania Bacelar de Araújo e Vera da Silva Telles.

Assessoria Jurídica

Rubens Naves, Santos Jr. Advogados

Escritório Comercial Brasília

Marketing 10: José Hevaldo Rabello Mendes Junior
Tel.: 61.3326-0110 / 3964-2110
jh@marketing10.com.br

Le Monde Diplomatique Brasil é uma publicação da associação Palavra Livre, em parceria com o Instituto Pólis.

Rua Araújo, 124 2º andar – Vila Buarque
São Paulo/SP – 01220-020 – Brasil
Tel.: 55 11 2174-2005
diplomatique@diplomatique.org.br
www.diplomatique.org.br

Assinaturas: Lúcia Benito da Silva Ricco
assinaturas@diplomatique.org.br
Tel.: 55 11 2174-2005

Impressão

D'ARTHY Editora e Gráfica Ltda.
CNPJ: 01.692.620/0001-00, Parque Empresarial Anhanguera - Rod. Anhanguera Km 33 - Rua Osasco, 1086, Cep: 07753-040 - Cajamar - SP



LE MONDE DIPLOMATIQUE (FRANÇA)

Fundador

Hubert BEUVE-MÉRY

Presidente, Diretor da Publicação

Serge HALIMI

Redator-Chefe

Benoît BRÉVILLE

Diretora de Relações e das Edições Internacionais

Anne-Cécile ROBERT

Le Monde diplomatique

1 avenue Stephen-Pichon, 75013 Paris, France
secretaire@monde-diplomatique.fr
www.monde-diplomatique.fr

Em novembro de 2021, o *Le Monde Diplomatique* contava com 31 edições internacionais em 22 línguas: 24 edições impressas e 7 eletrônicas.

ISSN: 1981-7525

AGROTÓXICO MATA!



SAIBA COMO REALIZAR UMA DENÚNCIA DE CONTAMINAÇÃO POR AGROTÓXICOS

Acesse o site:

contraosagrototoxicos.org/como-denunciar

Aponte a câmera do
seu celular e acesse



Realização:

20
ANOS

Terra de
Direitos

AGROTÓXICO
MATA
CAMPANHA PERMANENTE CONTRA
OS AGROTÓXICOS E PELA VIDA

